



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

VIDIGAL: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS

POR:
BARBARA NASCIMENTO

RIO DE JANEIRO
2019

VIDIGAL: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS
(Bárbara Cristina Nascimento da Rosa)

Texto dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei

Rio de Janeiro
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL - MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

VIDIGAL: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS
(Bárbara Cristina Nascimento da Rosa)

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____

Professora Doutora Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Andréa Vieira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Maria Amália (Suplente)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Professora Doutora Carla Ramos
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Professora Doutora Flávia Rios (Suplente)
Universidade Federal Fluminense – UFF

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que vivem e sobrevivem em favelas, em especial aos “crias” do Vidigal e aos vidigalizados, que elaboraram e elaboram estratégias de resistência nesse território.

AGRADECIMENTOS

A Exu, “Laroyê Exu”, aquele que detém o poder de organizar o caos e abrir caminhos.

À Oyá, “Epahei Oyá”, quem me conduz com seus ventos.

A sua outra filha e minha mãe D. Neide, minha maior incentivadora!

Ao meu compreensivo marido e parceiro Marcelo.

Ao meu filhote Lázaro Akin (nada compreensivo quando disputa minha atenção).

A todos aqueles que antes de mim ou comigo ajudaram e ajudam a contar a história do Vidigal.

Eu teria uma infinidade de nomes para agradecer. Eu ando em boas companhias, são várixs companheirxs de caminhada: na favela, na academia, na militância e no bar (de onde saem as melhores resenhas e inspirações). Temo muitíssimo esquecer o nome de alguém; então, valeu a moral de geral.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA - Amigos dos Amigos

ALN – Aliança Libertadora Revolucionária

AMVV - Associação de Moradores da Vila do Vidigal

AMA_VIDIGAL - Associação de Moradores e Amigos do Vidigal

CV - Comando Vermelho

CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CAMDE - Companhia de Mulheres pela Democracia

CEV – RIO - Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

COOTRAM - Cooperativa de Trabalhadores de Manguinhos

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FAFEG - Federação de Favelas do Estado da Guanabara

FAFERJ - Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

FIV - Fórum Intersetorial do Vidigal

FLUP – Festival Literário do Universo das Periferias

PDT - Partido Democrático Trabalhista

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas

SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social)

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

ROSA, Bárbara Cristina Nascimento da. Vidigal: Narrativas de Memórias. **Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNRIO). Rio Janeiro, 2019.**

Resumo

A pesquisa tem por objeto de estudo a favela do Vidigal e as disputas de memória que envolvem seus moradores. Analisa-se os contextos que motivaram: a) os movimentos expulsatórios - planos de remoção dos barracos nas décadas de 1950 e 1970, disputa territorial entre facções rivais que comandavam o comércio de drogas ilícitas e a gentrificação; b) a propriedade do Morro Dois Irmãos, montanha onde se localiza a favela; e, c) os saberes institucionalizados, legitimados pela academia. A escolha do tema 'memória identitária' e pertencimento é resultado da vontade de abordar assuntos implicados à realidade da autora. Isto porque o lócus que aqui é retratado é o seu território de atuação como docente, militante moradora e pesquisadora. O objetivo da pesquisa foi o de compreender se o binômio 'memória identitária' é capaz de afirmar o sentimento de pertencimento dos moradores à favela do Vidigal. Marcada por disputas territoriais, o conhecimento sobre a história e as narrativas de moradores poderia influenciar o orgulho do pertencimento e a elaboração de estratégias de resistências? Conclui que, considerando as narrativas dos próprios moradores, é preciso lutar pelo direito às suas memórias e à escrita da história dessa favela.

Palavras-chave: Favela do Vidigal, Movimentos expulsatórios, Memória e resistência

Abstract

The research has as object of study the Vidigal slum and the memory disputes that involve its residents. The contexts that motivated it are analyzed: a) Expulsive movements - plans to remove the favela in the 1950s and 1970s, territorial dispute between rival factions that commanded the illicit drug trade and gentrification; b) the property of Morro Dois Irmãos, a mountain where the favela is located; and c) the institutionalized knowledge, legitimized by the academy. The choice of the theme 'identity memory' and belonging is a result of the desire to address issues implied to the author's reality. This is because the *locus* that is portrayed here is its territory of performance as a teacher, activist resident and researcher. The objective of the research was to understand if the binomial 'identity memory' is able to affirm the feeling of belonging from the residents to the Vidigal slum. Marked by territorial disputes, could knowledge about the history and narratives of residents influence the pride of belonging and the development of resistance strategies? It concludes that, considering the narratives of the residents themselves, it is necessary to fight for the right to their memories and the writing of the slum history.

Keywords: Vidigal slum, Expulsive movements, Memory and resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Eu: Cria do Vidigal	08
As escrivências vidigalenses	15
CAPÍTULO 1 – PASSANDO A VISÃO	31
1.1 – Os donos do morro	31
1.2 – A cidade em ebulição e a montanha em movimento	42
CAPÍTULO 2 – SE LIGA NA RESPOSTA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A ANÁLISE DA MEMÓRIA VIDIGALENSE	53
2.1 – O Vidigal e suas definições	56
2.2 – Cria de favela\ Vidigalizado \ Meia hora de morro: a disputa pelo território	67
CAPÍTULO 3 – DESENROLOS	75
3.1 – As tentativas de remoção da população favelada do Vidigal	76
3.2 – As disputas territoriais pelo domínio do tráfico de drogas	132
3.3 – A tentativa de gentrificação	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
Tá tranquilo? Tá favorável?	179
REFERÊNCIAS	183

Eu: Cria do Vidiga!

“Somos, no final de tudo, pesquisadores de nós mesmos, somos nosso próprio tema de investigação” (FERRAÇO, 2003, p.160. In: da Silva, p. 21).

Meu nome é Bárbara Cristina Nascimento da Rosa. Não assumo publicamente a combinação esdrúxula: Barbara + Cristina – desculpem, xarás. Já o da Rosa, pertence ao meu marido e o incorporei – é poética a junção com Nascimento. Após adotá-lo, estranhei. Só o uso quando é inevitável

Sou filha de Ivoneide Alves Nascimento. Ela, mulher de lãnsã, escolheu meu nome em homenagem a esse orixá (que também me rege), a partir do sincretismo, nomeou-me de Bárbara. Eu, em homenagem a minha mãe, assino apenas o seu sobrenome. Logo, sou Bárbara Nascimento.

Cria do Vidigal, nasci em 1978, período de precariedade e turbulência nessa favela. Há quarenta e um anos acompanho a trajetória e os movimentos de resistências aqui ocorridos. Falarei das memórias do meu lugar a partir e com os meus pares. Fico tentada em evidenciar essa aproximação também na forma do registro. Decerto, assumir a variante linguística _ própria da minha prática social no território analisado _ sofreria pena por parte dos avaliadores do presente trabalho. Para não abandonar o *favelês* e nem “*dar ruim pro meu lado*” no cumprimento das normas acadêmicas, farei uma intervenção a fim de unir as linguagens. As referências próprias do dialeto de favela abrirão os capítulos. Digressões a parte, dando continuidade ao que foi iniciado, continuarei a me apresentar.

Ingressei na faculdade de Letras (Português\ Literaturas) da UFRJ, em 1998. Durante toda a minha graduação (1998\2002), não me ocupei das mazelas próprias de um lugar de conflito, e, onde nasci e vivo _ o Vidigal. Após tornar-me a primeira moradora com nível superior da Pedrinha (área estigmatizada dessa favela), percebi que, além do diploma, nada me diferia dos que compartilhavam comigo aquele local, aquela vivência. Eu ainda era uma favelada.

A negação dessa condição acompanhou-me durante a infância e parte da adolescência. Embora eu não pudesse ocultá-la de mim porque meus trajes simples denunciavam minha classe social e os códigos de convivência próprios da favela já

estavam impregnados em mim _ quase que indissociavelmente. Ainda assim, eu gostava de “inventar realidades”. Imaginava-me em um apartamento grande no asfalto, de paredes com reboco e uma estante repleta de livros. Queria viver longe da falta de água, de saneamento, de energia, de banheiro e do “pombo sem asa¹”. Enfim, das ausências que marcam uma favela. Desejava uma moradia aos moldes dos apartamentos da classe média residente na zona sul carioca, onde minha mãe trabalhava como empregada doméstica.



Arquivo: Pessoal (1978)

Algumas vezes, a acompanhava em um dia de trabalho. O objetivo era que eu a ajudasse em pequenas tarefas e “aprendesse a cuidar de uma casa”, caso precisasse seguir a mesma profissão. No entanto, ocupava-me em explorar cada cômodo do apartamento, observar os objetos, folhear os livros e fingir que era uma

¹ Designação utilizada para denominar uma prática comum entre moradores do Vidigal até por volta dos anos 1990. Por falta de saneamento básico e rede de esgoto, defecava-se em sacolas que eram lançadas no mato.

moradora. Muito embora essa fantasia já fosse anulada antes mesmo de adentrar na residência da patroa da minha mãe. A portaria do edifício encarregava-se do apartheid. Isso porque a placa segregadora indicava onde era a entrada social, destinada aos moradores e a entrada de serviço, acesso que me cabia na versão moderna da “casa grande”.

As relações são muito tensas porque este cenário colonial está sempre presente. A arquitetura para mim é um dos lugares físicos mais marcantes no Brasil porque é, de fato, desenvolvida de uma forma que não conheço, com uma porta de fundo, uma porta da frente, onde os corpos não se veem, onde os corpos não podem entrar onde os corpos dominantes entram, e entram por trás porque são corpos que são corpos sujos, mas que vêm limpar a sujeirada. E que, portanto, não podem entrar em contato com os corpos limpos, que entram pela frente. Usar o espaço físico desse modo é de uma violência quando vivemos em uma democracia, entra em conflito direto com o que é uma democracia: não são todas as pessoas que podem entrar pela mesma porta. (KILOMBA²)

Munida do desejo de ocupar outros espaços, iniciei minha carreira profissional como docente em 2001. Deboche da vida, destino ou identidade (ainda que negada), fui trabalhar no Complexo de Manguinhos. Tratava-se de uma cooperativa, que, entre outras atividades, atendia à educação de jovens e adultos. O projeto em que eu estava inserida (COOTRAM) atendia aos funcionários terceirizados da FioCruz e\ou aos moradores do em torno.

Porém, eu vivia um conflito pessoal. Naquele ambiente cercado por facções criminosas rivais, eu não podia assumir minha posição de semelhança com meus alunos. Por questões de segurança, precisava negar meu endereço, meu pertencimento. Eu era vista pelos educandos como a professora utópica, que não conhece a violência vivenciada por morador de favela. Isso incomodava-me. A partir de então, o tema território e suas vulnerabilidades passou a fazer parte do meu interesse. Intrigava-me a relação entre espaços sociais legitimados pela população favelada e, ao mesmo tempo, negados a ela pela ótica da opressão.

Casei em 2005 e me mudei para a parte alta do morro, conhecida como Sobradinho. Lá, a maior parte dos moradores é nordestina. Estranhei os locais.

² <https://www.geledes.org.br/autora-e-autoridade-da-propria-historia/>

Estranharam-me. Embora houvesse o choque cultural, havia uma identificação de origem. Sou filha de uma imigrante baiana.

Entre 2004 e 2007, o Vidigal disputou com a Rocinha o domínio do tráfico de drogas. A disputa pelo território atingiu de diversas formas várias famílias *vidigalenses*. A localidade em que eu vivia nessa época, não era zona de conflito direto. As moradias eram recentes em comparação ao restante do morro, pois, por se tratar da parte mais alta, sua ocupação foi mais tardia. Porém, quando havia invasão dos traficantes de drogas da Rocinha pelo Morro Dois Irmãos, aquela parte da favela era rota de passagem.

Minha mãe, irmãos e sobrinhos continuavam vivendo na Pedrinha e no 314, dois focos da “guerra” pelo domínio do tráfico de drogas no Vidigal. Não suportando a violência empregada ao local, muitos se mudaram para a zona oeste da cidade, em 2006. Além dos meus familiares, vários *vidigalenses* foram morar em Pedra de Guaratiba, localidade que embora distante dos locais de trabalho desses indivíduos, possibilitava a compra de terrenos de forma parcelada. Lá, essas famílias puderam construir novas moradias.

Misto de alívio pela garantia de segurança (contra essa violência) e perda das referências parentais acompanhavam-me. Eu havia acabado de construir minha casa. Investi. Acreditei que ali viveria até quando desejasse. No entanto, várias pessoas com as quais convivi e desenvolvi relações abandonavam o morro. Quase nunca por escolha.

Após o rompimento do meu casamento, voltei a morar na Pedrinha, em 2007. Na ocasião, esse era o local possível financeiramente. Ocorre que não se tratava apenas de um retorno a uma casa. Estava novamente na localidade onde nasci e fui criada; área estigmatizada pela violência e que não mais era endereço de muitos daqueles com os quais construí relações de identidade.



Fonte: a autora. Fachada de uma casa na Pedrinha. É possível observar as marcas de balas na parede (ainda que rebocadas de cimento).

Devido à “guerra” já mencionada, muitos moradores venderam suas moradias a preços irrisórios, parcelados diversas vezes. Alguns simplesmente abandonaram suas casas. Esse contexto expulsório (entendido como negação do direito ao território) motivou a aquisição da casa própria por aqueles que já habitavam o Vidigal, mas na condição de inquilinos.

Ao reformar a casa (que esteve trancada por um período e cedida por outro, desde a saída de minha família), reformava também a minha vida. Não me refiro apenas ao aspecto emocional (comum no período pós separação); reafirmei meu pertencimento ao local. Passei a atuar com mais afinco nos assuntos comunitários, frequentando espaços de discussão sobre o Vidigal. Em 2009, cheguei a dirigir o Centro Cultural do Vidigal, permaneci no cargo até 2011.

Após o nascimento de meu filho (2011), tive dificuldade de conciliar a maternidade com o trabalho e a militância. Além disso, os recursos para a manutenção do espaço eram escassos. Provinham da ínfima mesada de R\$ 300,00 enviada pela AMVV (Associação de Moradores da Vila do Vidigal). Todos os envolvidos nas atividades ofertadas no espaço (aulas de percussão, mosaico, sala de leitura, e brinquedoteca) eram voluntários. A essa altura, havia também a insegurança sobre o destino do prédio do Centro Cultural, pois a família proprietária demonstrava a vontade de encerrar a concessão firmada na década de 1980. Sendo assim, entreguei o cargo de diretora do Centro Cultural ainda em 2011. No entanto, continuei acompanhando ativamente e analisando criticamente todo processo de modificação do Vidigal, pré e pós implementação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora).

Da mesma forma, continuei tendo o Vidigal como tema gerador das minhas aulas e a frequentar o FIV (Fórum Intersetorial do Vidigal). Tal fórum reunia representantes de instituições sediadas nessa favela e líderes comunitários a fim de discutir problemas do morro e propor soluções coletivas. Um dos temas mais frequentes nesses encontros era a especulação imobiliária que substituía os moradores antigos na localidade por outros que não conheciam a trajetória do lugar e os embates que o constitui. Tal contexto passou a incomodar-me e apostei nas narrativas memoriais como construtoras da autoestima dos moradores e motivadoras da permanência na favela. Afinal, o Vidigal tem uma trajetória de resistência paradigmática no contexto das favelas.

Para tanto, em 2012 criei o “Núcleo de Memórias do Vidigal”, a partir da pesquisa pessoal que eu vinha desenvolvendo desde 2009 sobre a memória local. Esse projeto tem como proposta pesquisar a história do Vidigal, reunir acervos e promover a difusão da memória do local. Iniciei entrevistando moradores antigos do morro, lideranças locais e participantes do movimento de resistência contra a remoção dessa favela, ocorrido na década de 1970. A fim de observar também a visão da geração atual, utilizava-me das minhas aulas de Produção Textual, uma vez que meus alunos são jovens moradores deste morro. Eles narravam as mudanças percebidas nesse território e a relação com os novos ocupantes. Com o intuito de instrumentar essa discussão e provocar a reflexão, passei a abordar textos vinculados na mídia que tinham o Vidigal como tema. O objetivo era comparar as visões: “o que é dito de

nós” contrapondo com “como nos vemos”.

Tal trabalho instigou-me a buscar o aprimoramento da minha prática docente. Sendo assim, em 2014, ingressei na pós-graduação lato senso em Educação de Jovens e Adultos (UFRJ). O tema da monografia defendida foi “A importância da memória do Vidigal como afirmação do pertencimento dos alunos do Colégio Estadual Almirante Tamandaré”. Logo, parte da pesquisa que aqui será apresentada iniciou-se com esse trabalho.

O projeto “Núcleo de Memória do Vidigal” ganhou certa visibilidade após o interesse de indivíduos externos ao morro. Passei a ser convidada a dar entrevistas e a colaborar em discussões e projetos que tinham o Vidigal como tema. Em 2015, participei do “Slum Tourism in the Americas”, em Kingston, Jamaica, a convite da The London School of Economics and Political Science. Tratou-se de um encontro entre representantes de favelas da América do Sul (Providência, Vidigal e Tepito/ México) sobre turismo de base comunitária que se desejava implantar em Trench Town, favela de Kingston conhecida por ter sido o lugar onde viveu Bob Marley.

Em outubro do mesmo ano, participei da Exposição-Manifesto CASA CIDADE MUNDO, do projeto artístico e arquitetônico “A Beleza Possível – arte e cultura para uma arquitetura social no Brasil”, desenvolvido pelo instituto CASA (Convergências de Arte, Sociedade e Arquitetura), exposto no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica. Apresentei o projeto descritivo e arquitetônico “Casa da Memória do Vidigal”, em parceria com o arquiteto nascido na favela do Cabula, Bahia, Jeferson Dias. Foi exibida a descrição textual de um espaço físico destinado à memória do morro, em conformidade com a identidade do local, e a planta arquitetônica da construção.

Outros trabalhos preocupados em preservar e difundir a memória do Vidigal foram realizados no decorrer desses anos. Aqui irei descrever e analisar alguns, mas isso será em capítulo mais adiante.

O que aqui foi relatado cumpre a única função de pontuar de onde parto. É preciso frisar que a motivação inicial desse trabalho não é a pretensa carreira acadêmica. Ele nasce da vontade de falar do meu lugar _com os meus_ para a universidade. Dialogar. A minha necessidade de difundir a trajetória de resistências do Vidigal reside no motivo maior de aqui residir a minha identidade. Trata-se de

escrevivências. O conceito cunhado por Conceição Evaristo define-se como o contar histórias de si, mas que remetem a experiências coletivas. É a escrita que parte do cotidiano, do convívio entre aqueles que são constantemente silenciados

Depois que o Vidigal virou favela grife, vários pesquisadores, jornalistas e “empreendedores” me procuraram “a fim de entender a comunidade do Vidigal”. Não somos ratos de laboratório. Se o Vidigal interessou a tantos, se eu sou considerada um argumento de legitimidade, falemos por nós. Sou daqui. Assumo isso e assim sempre fui reconhecida. Sou cria. É dessa afirmação que parto. Nunca houve aparte algum entre mim e meu lugar. Afinal, sempre foi do Vidigal que parti.

As escrevivências vidigalenses

“Homens, mulheres, crianças que se amontoaram dentro de mim, como amontoados eram os barracos de minha favela” (EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*, 2006. p.21).

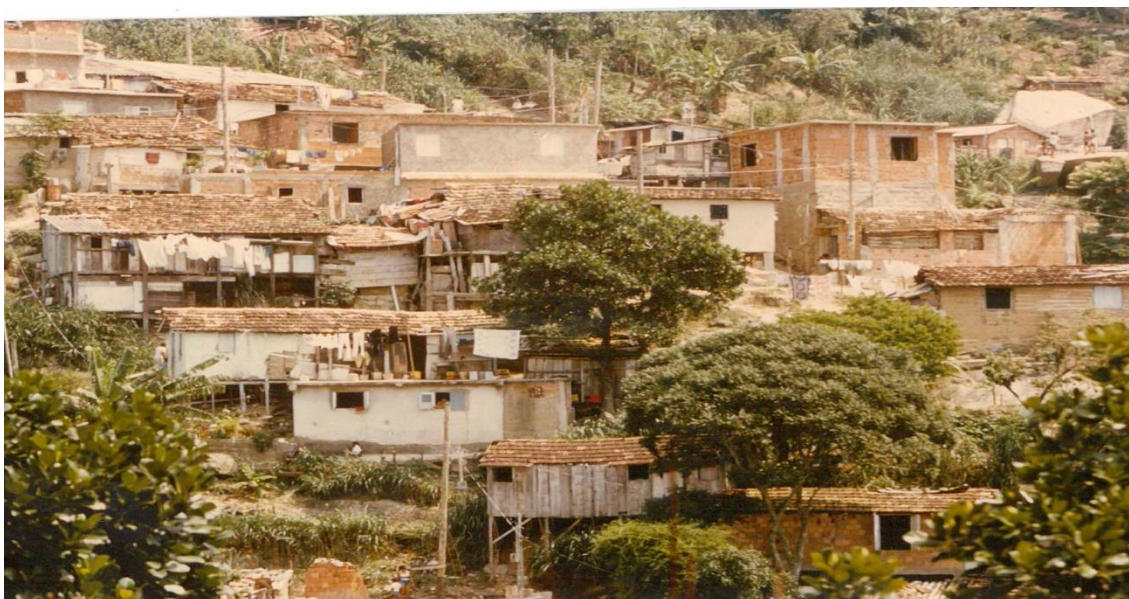


Foto: Vidigal (área da 25), década de 1980. Arquivo pessoal da autora.

“Eu sou nascida e criada aqui. Minha mãe era capixaba e meu pai mineiro. Meu pai, pelo que contava, hoje ele não está mais presente, está morto, eram três irmãos que vieram da África. Na realidade, eu sou de origem africana; de reis africanos. Nós nunca fomos escravos. Eu não sei de que lugar da África viemos. Eu sei que vim da África.”

Bem, os três fugiram da África. Vieram de navio e cada um foi parar em um lugar. Meu pai é de Ubá. Nasceu lá. Ele casou, teve uma filha, ficou viúvo, casou com minha mãe. Nisso de migrar de lá para cá, veio parar no Vidigal. O porquê, o porquê... eu não sei.

Sempre moramos aqui nesse terreno. Minha mãe era lavadeira, lavava roupa para fora. Ela e meu pai se juntaram e compraram isso aqui. No começo era só um barraquinho lá embaixo. Somos em treze. Tem dois mortos. Tem quatro que já não mora mais no Vidigal, mas têm direito porque esse terreno é de usos e frutos. Não sei de quem eles compraram esse terreno. Foi de brasileiros. Só eu tenho 60 anos... aí, você tira... Tem muito tempo que minha família mora aqui. É muito tempo de Vidigal.

Ah, o Vidigal de antigamente... era o verdadeiro Vidigal. Nossa! Hoje em dia eu não vejo como era na época que eu conheci lá trás. Tinha passeata aqui dentro de 7 de setembro, que a cavalaria vinha por aqui, pela essa principal e subia. Por isso que tem o nome de Forte aquela parte lá do alto. Eu tinha uns dez anos de idade.

Eu ia lá para a Pedrinha pegar sol. Lá em cima, no Sobradinho, eu ia pegar cana, porque só tinha lá em cima. Para lavar roupa, meu pai furou um poço no fundo do quintal. Tem esse poço até hoje. Esse poço tem uns dez metros. Meu pai cavou sozinho. Sozinho à luz de lampião; não tinha luz naquela época. Ele cavou isso noite e dia até achar água. E foi essa água que abasteceu a gente e ajudou muitas pessoas. Muitas pessoas vinham pegar água aqui em casa. Nunca faltou água. Nunca faltou. Vinha o pessoal de outras partes do morro... do 314, o pessoal da Iraci já pegou muita água aqui.

Olha, nessa época a parte mais populosa do Vidigal era parte de lá, o 314. Aqui eram poucas casas e tinha aquela separação da galera de lá. Tinha duas associações _ não sei se você sabe. Eu como era muito favela, vamos assim dizer, a minha galera era a galera de lá. Não era a galera daqui onde moro.

A galera daqui não se considerava favelado e até hoje tem muitos que não se consideram. A galera daqui paga IPTU. Alguns já estão isentos porque é área de risco. Aqui em casa paga.

Nessa época, aqui tinha alguns estrangeiros. A relação dos estrangeiros com os daqui era de boa, tranquila. Na minha rua tinha portugueses. Hoje em dia não podemos chamar portugueses de estrangeiros, mas naquela época não tinha muitos estrangeiros aqui.

Quando houve a ameaça da remoção, a galera daqui não se envolveu. Foram solidários, mas nunca se envolveram. Na época da mudança de nome da Estrada do Tambá para João Goulart era uma discussão complicada entre a associação daqui com a associação de lá. Eu particularmente não queria. Nada a ver mudar o nome, queria que tivesse continuado Estrada do Tambá. Foi assim que eu conheci.

Outra coisa que eu me lembro dessa época foi o Papa no Vidigal. A vinda do Papa para mim foi maravilhosa. Eu vi o Papa de perto. Eu fui dormir lá, lá na favela. Deu um certo horário e o pessoal daqui não podia passar para lá. Quem determinou isso foi o pessoal da organização da vinda do Papa. Muita gente aqui ficou revoltada. Era o Papa, né? Mas o Papa não ia vir aqui na área nobre. O Papa ia na favela. Porque aqui era chamado de área nobre porque tinha luz, água, do outro lado não tinha...; tinha televisão, do outro lado não tinha.

Lá, onde o Papa foi, era de barro. Aqui na época do Papa não era de paralelepípedo. Era de barro também, mas as casas eram de alvenaria. Lá no 314 não; era de madeira ou de estuque, pau a pique, luz de lampião. Com a vinda do Papa é que botaram água no 314, botaram luz no 314. Eles vinham com aquelas... como é que se fala? Ah, balança! Eles vinham com aquelas balanças buscar água desse lado e no poço, onde tem ali uma entrada em frente ao mercado. Tinha um poço ali que foi fechado após a morte de uma criança ali. O barranco desceu e caiu em cima desse menino.

Nessa parte que eu moro, essa rua aqui, maior parte das famílias dessa época permaneceu (...)

Era maravilhoso! Muito bom o baile do Águia. Muito bom! Essa rua ficava lotada de carros, porque aqui também, ali no Carlinhos Ferreiro, falecido, tinha um centro espírita muito famoso. Um grupo de comediantes alugou porque um deles era espírita. Eu não sei de data, de números, não me venha perguntar de datas... para mim é difícil. Isso aí eu era aquela fase de criança para adolescente. Eu via tudo isso porque minha mãe fazia cocada. A gente ia para a rua vender cocada. Tinha também o famoso bloco da Deia, que também era explicadora. Ótima professora! Ah, Acadêmicos do Vidigal foi surgindo... Ah, eu queria que o Acadêmicos do Vidigal fosse aquele Acadêmicos do Vidigal antigo. As pessoas realmente curtiam samba. Principalmente, a galera da favela; do 314. Tanto é que a maioria das vezes era da galera do 314 que ganhava o samba. Tinha competição de samba... tinha. Era o Marquinho do 314, o Mário _ irmão dele, e, um dos presidentes da associação de moradores lá de trás. Tinha o Dedé, o Dakitari, meus irmãos. Eu era passista nessa época! É... eu era passista... eu e minhas irmãs. Era uma época assim, as pessoas se juntavam para fazer fantasias, era uma coisa de irmandade mesmo, de favela mesmo, de povão junto. Hoje em dia você não vê mais isso, sabe? Tinha respeito. Tinha respeito das pessoas do poder paralelo _ se é que você me entende... Tinha respeito com os mais velhos.

Com a guerra Vidigal e Rocinha, esse lado também foi afetado. Foi afetado sim. Tenho vizinhos aqui que foram afetados, que saíram e agora voltaram com a nova gestão... Pessoas também morreram por conta disso, mudanças de facções. Muito triste isso... muito triste. Olha, eu espero que essa guerra não volte a acontecer. Mas, ao mesmo tempo, eu tenho medo. A juventude não pensa, né? Hoje é a juventude que manda. Na época que meus vizinhos saíram já era assim, já era a juventude. Antigamente, não. Antigamente, os mais velhos, os malandros da antiga, vamos assim dizer, tiravam o seu filho de lá. Hoje você não tem mais voz. Eles recrutam o seu filho. Diferente, bem diferente.

Tem sim que os pobres saíssem do morro. Porque, assim, foi muita mudança radical. A começar pela minha rua que era de pedra portuguesa. Eu curtia muito, sabe? Aquilo era meio Rio antigo. Eu acho que ia ficar melhor para os turistas. Aí, botaram isso agora e quando tem uma enchente, alaga tudo. Antigamente, não. A água infiltrava na pedra portuguesa. Você sabe, né? E aí teve muita mudança que eu não gostei não. Tudo encareceu. Tudo subiu. Hoje em dia tem gente que mora aqui e eu nem conheço.

Mas o que me abalou mesmo aqui no Vidigal foi quando eu passei por uma enchente. Aqui mesmo nessa casa que ainda vivo. Eu estava grávida de sete meses do meu filho ... aconteceu isso, como aconteceu dessa vez... Alagou; alagou tudo. Eu perdi tudo. Isso tem 22 anos.

A enchente desse ano, para mim, teve mais ajuda do poder público e a comunidade se abraçou mais. Não vou dizer que não tive ajuda. A comunidade me abraçou, me acolheu. Tive muita ajuda. Mas, dessa vez foi maior. Eu pense assim, talvez, porque dessa vez eu não fui atingida. Eu me doei. Então, eu pude ver melhor. Quando eu fui atingida, eu não pude ver. Eu estava grávida de sete meses! Eu não vi a quantidade de gente que foi atingida. Dessa vez eu acompanhei. Ajudei.

O que tem de melhor para mim aqui são as amizades que cultivei. Para mim o Vidigal mudou. Eu penso em sair daqui. Hoje em dia se perdeu a amizade... o laço, o “oi, vizinho”, o “bom dia!”, sabe? Hoje em dia não tem muito disso. Não sei se é por conta da idade_ se bem que eu tenho a idade que tenho e não sinto. Mas as pessoas passam por você não falam. Muita falta de respeito! Antigamente, se respeitava mais o mais velho. Você tem que saber como chegar, como falar. Você tem que saber respeitar o mais velho, como era lá trás.

Esse Vidigal vai voltar com a conscientização. A gente tem que trazer esse jovem para perto da gente, com roda de bate papo, conversa... para que eles tenham outra visão da vida”. (Ivanete Aleluia, 60 anos).

Essa narrativa foi escolhida como a primeira deste trabalho por cumprir a função de pôr a mulher como sujeito ativo da história. Ivanete Aleluia, conhecida

como Nete, é uma mulher negra, favelada e militante. Aqui, essa narradora é tratada como uma espécie de griot, ou seja, uma “mais velha” (como se diz no candomblé _ religião por ela proferida), responsável por transmitir a cultura local às novas gerações, através da oralidade. Logo, essa seria a minha forma de pedir agô, isto é, licença as que me antecederam nesse território marcado pela presença feminina.

Assumo uma postura de pesquisadora implicada com o contexto pesquisado. Sendo assim, ao eleger essa narradora como a “abre-alas” da pesquisa, empodero seu lugar de fala a partir de uma perspectiva antirracista, antielitista e antissexista, como defende Bell Hooks (2019). Afinal, como diz a filósofa Djamila Ribeiro: “Cada mulher pode criar em seu espaço de atuação formas de empoderar outras mulheres” (RIBEIRO, 2018, p. 136).

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo.” (Angela Davis)³

Falar de favela é falar de opressões estruturais. Nete, como mulher-negra-favelada-candomblecista configura identidades que são inferiorizadas pela hegemonia eurocêntrica hétero normativa. O desejo do presente trabalho é, também, tratar de interseccionalidade, ou seja, pensar as diversas formas opressoras sem a hierarquia entre elas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classes e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, Kimberlé. In: RIBEIRO, Djamila, 2018, 123)

A favela é vista pelas ausências que lhe são atribuídas: falta de saneamento básico, falta de eletrificação adequada, falta de segurança, escolaridade, acesso à educação e à cultura valorizada. Nesse cenário de negatização, inclui-se a visão da existência do indivíduo favelado como algo subalterno, estereotipado e zoomórfico. A visão é ainda mais preconceituosa e excludente quando se reporta à mulher favelada _ inferiorizada pelo seu gênero, território que ocupa, classe social e raça (a maioria dessas mulheres são negras). Sofremos várias formas de violência.

³ Trecho da palestra na UFBA no dia 25.07.2017.

A intenção aqui não é hierarquizar opressões, mas, como já dito, considerar as interseccionalidades, ou seja, a interação simultânea de avenidas identitárias e, como defende Carla Akotirene (2018), essas são marcadas por encontros e cruzamentos de formas de submissões vivenciadas por mulheres de favelas _ subordinadas ao privilégio cisheteronormativo racista e ao elitismo imposto pelo capitalismo.

Além do intuito político, ético e identitário aqui afirmado, a narrativa de abertura pontua aspectos que serão tratados no desenvolver da presente dissertação. A descrição física e cultural do Vidigal do passado, a origem de seus primeiros ocupantes, as disputas marcadas pelos moradores da parte legalizada e da favelizada, a tentativa de remoção, a vinda do Papa, as disputas pelo domínio do comércio varejista de drogas ilícitas, as mudanças após a implantação da UPP, o cenário atual e as perspectivas para o futuro do morro.

Nete pertence a uma das famílias mais antigas e populosas do Vidigal. São quatro gerações atuando nesse território como moradores, lideranças comunitárias, membros da escola de samba, da associação de moradores, de movimentos de mulheres e representantes do candomblé. A família Aleluia é a síntese do Vidigal e da cultura negra. Trata-se de um patrimônio local, por assim dizer.

O interesse da pesquisa Intitulada “Vidigal: Narrativas de Memória” é preservar a memória dessa favela e difundir a trajetória local a partir de registros orais fornecidos pelos moradores. Nesse sentido, o intuito é analisar se o conhecimento sobre a história da localidade a que pertencem _ marcada por disputas territoriais _ pode colaborar para o orgulho do pertencimento e elaboração de estratégias de resistências frente às demandas atuais. Através de narrativas dos próprios moradores, deseja-se conferir o direito à memória e à escrita da história dessa favela. A memória social do Vidigal.

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente⁴. (Tierno Bokar).

⁴ In: Ki-Zerbo, 168. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

A memória passou a ser discutida como ciência a partir do filósofo francês Henri Bergson e do “pai da psicanálise” Sigmund Freud. Já Maurice Halbwachs, sociólogo francês da escola durkheimiana, introduziu os estudos sobre memória no campo das ciências sociais.

Bergson, em sua obra “Memória e Matéria”, aborda a memória a partir da conservação do passado. Nessa visão abstrata em relação ao passado, a evocação das lembranças caberia ao presente. Para o estudioso, essa autêntica ressurreição, denominada de memória imagem-lembrança, se desenvolve de forma vocativa, inconsciente e individualizada. Enquanto a memória-hábito é desenvolvida pela repetição e ação de comportamentos habituais; logo, mecânica e artificial

Halbwachs contesta a concepção individualizada em relação à memória e defende seu caráter coletivo. Acredita que a constituição da memória não se dá subjetivamente e sim a partir do trabalho consciente e socialmente construído. Isso porque: “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais corrente do pensamento coletivo” (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Sendo assim, a memória individual se consolida e se mantém através das interações no interior dos grupos sociais. Dessa forma, o afastamento dos indivíduos que compõem esse grupo social dificulta a manutenção dessas recordações partilhadas, pois haveria a ruptura do indivíduo com o seu contexto socioespacial. E, “no desapego não há reconhecimento, não há lembrança” (Schmidt, 2012: p. 05).

Para Halbwachs (1990), as recordações dos indivíduos garantem a relação de pertença a um grupo, pois a memória coletiva pode ser tomada como uma forma de história vivente. Logo, o grupo de referência permanece como o espaço com o qual o sujeito estabeleceu afinidade de pensamento, fusão, identidade.

Desta forma, o sociólogo desconsidera a memória individual. Posto isso: não importa quais sejam as lembranças, não são pessoais, pois só podem existir a partir dos quadros sociais da memória, ou seja, das estruturas simbólicas e culturais compartilhadas. Logo, as lembranças individuais referem-se a um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Essa, por ser construída, pode ser modificada e até simulada, uma vez que não se pauta em fenômenos históricos. Como afirma Halbwachs (2004): “Os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes do pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo”. (Halbwachs, 2004, p. 71).

Adotei as contribuições de Halbwachs por perceber a memória como instrumento de pertencimento; afinal, falo de disputas territoriais enfrentadas pelos favelados do Vidigal. Outro autor que embasa a pesquisa é o sociólogo seguidor de Pierre Bourdieu, Michael Pollak. Para esse estudioso, ainda que a memória seja um processo dinâmico e submetido a flutuações e mudanças constantes, a história de vida individual ou coletiva tem sempre algo invariante, que se torna essência. Tal invariante pode ser entendida como noção de pertencimento e de identidade; interesses do trabalho aqui apresentado.

Pollak, austríaco radicado na França, refletiu sobre o problema da identidade social em situações limites (por exemplo, mulheres sobreviventes dos campos de concentração). O autor defende que “A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (p. 204). Por estar preso à ideia de identidade rizoma, a visão *pollakiana* pode ocultar ou mascarar as singularidades (aspectos tão perigosos em tempos de discursos fascistas). A fim de não silenciar vozes, darei ênfase ao aspecto relacional de sua análise da identidade (critérios de aceitabilidade negociados com o outro, o exterior ao lugar).

Walter Benjamin aproxima-se de Pollak por se interessar pela memória dos vencidos, as memórias subterrâneas, como esse último denomina. O autor, centrado na experiência, trabalha com a unidade entre o vivido e o narrado. Lamenta a “morte do narrador”, a perda da tradição oral. Por valorizar a narrativa oral, fonte privilegiada deste trabalho, Benjamin é um dos referenciais para as análises.

A dissertação “Vidigal: Narrativas de Memórias” fala de uma favela a partir de narrativas de seus moradores. Trate-se de um território marginalizado mais ou menos intensamente de acordo com os jogos de poder impostos. Sua população, majoritariamente negra, criou estratégias de resistências a favor da sobrevivência e estruturação local, e, contra interesses do capital. Através de vários mecanismos utilizados pela opressão branca, classista e sexista, teve a sua permanência em seu

lugar de pertencimento ameaçada.

Sendo assim, considerar apenas os autores supracitados seria uma incoerência identitária. Isso porque tais estudiosos são homens brancos europeus, preocupados com as demandas do seu continente. Esses autores não consideraram a memória colonial dos negros escravizados e a vida em diáspora.

Portanto, as narrativas aqui expostas são analisadas, também, à luz de estudiosos pós-colonialistas. Tal conceito remonta da década de 1970, mas só se torna mais corrente na década seguinte, a partir da obra *The empires writes back: theory and practice in post-colonial literatures* (Ashcroft, 1989), segundo Mata (2012). Trata-se da ruptura com a história única, contada pelo prisma do colonizador. É o desvelamento da colonialidade do saber eurocêntrico, que desconsidera a análise de poder caracterizada pela diferença de raça, classe, gênero etc.

Chimamanda Adichie em ocasião do evento *Technology, Entertainment and Design* (TED 2009) assim comentou sobre o perigo de uma história única: “A consequência da história única é a seguinte: rouba-se a dignidade das pessoas. Dificulta o reconhecimento da nossa humanidade compartilhada. Enfatiza o quão diferentes somos em detrimento de quão iguais somos”⁵. Daí a importância aqui defendida de contar a memória do meu lugar a partir dos meus; criar outras narrativas.

Outra feminista negra que fundamentará a análise narrativa é Grada Kilomba. A intelectual portuguesa, com origens em São Tomé e Príncipe e Angola, fala de memórias traumáticas causadas pelo racismo. Frantz Fanon, em quem se embasa a pesquisadora citada, retoma o conceito de trauma para tratar de experiências cotidianas de racismo. Logo, estudiosos preciosos para a discussão sobre a marginalização da população favelada e suas consequências.

Hampâté Bâ, filósofo e historiador malinês, busca o reconhecimento da oralidade africana como fonte legítima de conhecimento histórico. O relato autobiográfico “Amkoulle, O Menino Fula”, que narra sua infância e adolescência, é uma narrativa de memória, uma autobiografia etnográfica, por assim dizer. Hampâté Bâ narra as tradições de seu povo e confere a oralidade como ferramenta fidedigna para a análise da história e construção da memória. Considera-a fonte tão confiável

⁵ In: ALVES e OLIVERIRA, 2014, P. 47.

quanto a escrita por ambas serem construções humanas; logo, passíveis de equívocos.

O burquinense Ki-Zerbo comunga da visão de Hampâté Bâ e afirma que a memória é um dos instrumentos do historiador. Ki-Zerbo foi o primeiro africano a ser agregado de História na Universidade de Sorbone. Lá, seus estudos refutavam academicamente a visão eurocêntrica que negava a história e cultura africanas. Foi o responsável pelo primeiro volume da obra História Geral da África (UNESCO), comprometida em contar a história do continente a partir de intelectuais de lá pertencentes. Esse volume traz contribuições de Hampâté-Bâ, autor considerado nas análises narrativas desse trabalho.

Interessa-me também falar da coletividade que me constitui. A experiência valorizada e que é relatada não foi forjada em “impressões, sensações, emoções e sentimentos expostos numa narrativa onde é privilegiada a ideia do encontro com o outro” (ABREU, 2001, p. 40). Não se trata de “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico”, pois os indivíduos observados “não fazem parte da minha sociedade” (VELHO, 1987, p. 126). O trabalho aqui exposto não se debruça sobre uma realidade familiar ou exótica. “Vidigal: Narrativas de Memórias” é fruto de uma identidade compartilhada que gera subjetividades aqui valorizadas. Sou cria do *Vidiga!*

A pesquisa supracitada nasce da vontade de abordar, em ambiente acadêmico, questões implicadas à realidade da autora, enquanto moradora, professora e militante da favela do Vidigal. Entende-se por militante aquele indivíduo que coletivamente busca estratégias para defender uma causa. Dessa forma, toda a percepção e formulação a respeito da memória do Vidigal é um exercício de junção entre o saber orgânico, atuação militante, com o aprendizado adquirido via formal e formalmente repassado. Logo, sou sujeito e objeto do que será descrito. Deseja-se contrariar a substituição da experiência e da narrativa _tão criticada por Walter Benjamin. Isso porque as singularidades observadas também me compõem; sou para além de “personagem integrante da narrativa” (ABREU, 2001: 41).

Ainda assim, não se trata de uma auto-pesquisa ou pesquisa de si. O método utilizado é a etnopesquisa implicada ou engajada, ou seja, ligada à condição da pesquisadora, suas origens e realidades. Sou do Vidigal. Tenho com essa favela

relações identitária e de pertencimento. Estou impregnada das construções culturais e sociais do lugar. Assumi-las como integrantes do meu lugar de fala é a postura ideológica e política que afirmo nesta pesquisa.

Estamos vivendo um cenário de disputa de narrativas. Verdades dicotômicas vociferando nas redes sociais. Falas que confundem o “direito de expressão” com o “direito de opressão”. Recrudescimento de discursos fascistas. Cerceamento de liberdades. Morte sem esclarecimento de uma voz dos movimentos negro, de favela, LGBT e direitos humanos: Marielle Franco. Favelados e negros sendo exterminados. Necropolítica⁶. É preciso afirmar posições. Sou pesquisadora e militante do Vidigal. Uma vez que as duas faces não são objetivamente dissociáveis, não quero ocultar as subjetividades aí implicadas. Defendo que essa postura não rompe com o rigor acadêmico; cria outras possibilidades, outro rigor.

Macedo (2012) ao tratar dos discursos educacionais implicados aos movimentos sociais, defende a etnopesquisa como instrumento de emancipação do sujeito. Isso porque preocupa-se com a heterogênesse do protagonismo possibilitado pelo conhecimento político dos modos de produção do conhecimento. No âmbito da presente pesquisa, tal visão é comungada por estimular o indivíduo “enquanto sujeito social fazer-se autor e coautor de si mesmo e de sua comunidade de destino” (p.180). Dessa forma, favorece a discussão coletiva com o grupo social pesquisado, com o intuito de transformar um contexto. Segundo esse autor:

No estágio atual do capitalismo, a pesquisa científica e os grupos de pesquisadores constituem um grupo privilegiado de exercício do poder, quer pela ação direta na participação nos órgãos de decisão do Estado, quer pela indireta por meio da difusão de conhecimentos que justificam as ações dos poderes públicos. Os grupos sociais, cujos membros não fazem pesquisa ficam alijados dessas instâncias de poder. (MACEDO, 2012, p. 182)

O estudo da sociedade tem sempre um caráter interpretativo. A interpretação e a intervenção são para os pesquisadores engajados, implicados, âmbitos da complexidade do objeto analisado. Macedo defende que trabalhar com etnométodos é eleger uma modalidade de pesquisa com intensa preocupação ético-política e cultural. Isso porque é fundada em interesse antropológico capaz de fazer emergir singularidades surgidas da compreensão transformadora dos atores social.

⁶ O termo cunhado por Achille Mbembe para descrever o poder de mortalidade exercido sobre corpos subjugados.

Ao analisar o Vidigal assumindo minha posição identitária e militante em defesa desse lugar, abandono abstrações formalizadas.

Desejo dialogar com os saberes institucionalizados, legitimados pela academia, e com o conhecimento proveniente da convivência cotidiana e dos movimentos de resistência em prol da permanência nesse território. Afinal: “O diálogo da literatura sobre memória social com a observação de fatos cotidianos pode fazer surgir um bom tema de pesquisa” (Abreu, 2005: p. 29).

Fals Borda (1981), sociólogo colombiano, desenvolveu o método de “Investigação Ação Participativa” (IAP) como uma possibilidade de descolonização das ciências sociais. Segundo Borda, essa subversão é positiva e se dá a partir do engajamento do pesquisador com as classes subalternas. O comprometimento de intelectuais com os setores populares rompe com o paradigma cientificista que prega que o objeto e o sujeito devem estar apartados. Já a negação dessa cisão favoreceria interpretações alternativas da sociedade e a transformação radical da sociedade capitalista. O estudioso falecido em 2008 defendia que a América Latina deveria falar de si a partir das próprias lentes.

Por compreender a história como processo social e a memória como narrativa, Borda utilizava a pesquisa ação baseada na construção participativa do conhecimento junto ao grupo pesquisado. Seu pensamento teórico sobre a pesquisa militante resultaria em uma sociologia da libertação do ser (de forte influência freireana) que prega a compreensão sobre determinada realidade e mecanismos de poder como um motivador de transformação de um contexto opressor.

Na década de 1980, Fals Borda interessado na questão da reforma agrária, escreveu de forma inovadora a sua famosa obra “História Doble de la Costa”, que misturava o rigor histórico-sociológico com narrativas populares coletadas por meio da investigação-ação participativa junto aos campesinos colombianos e contava com a coprodução de outros pesquisadores-militantes membros do coletivo La Rosca.

O sociólogo colombiano defendia a sociologia periférica, a partir da memória coletiva promovia mecanismos de educação através da cultura que recuperavam experiências de resistência camponesa. Daí a importância desse estudioso e sua valiosa metodologia para a pesquisa das narrativas mnemônicas dos moradores do Vidigal. Isso porque os depoimentos coletados para análise foram em

boa parte estimulados por eventos em prol do registro de narrativas memoriais realizados pelo projeto “Núcleo de Memória do Vidigal”. A fim de analisar o momento atual, coletou-se outras narrativas durante o período de pesquisa.

Já que a memória social é transdisciplinar, a pesquisa considera a visão de um geógrafo, Milton Santos (2009). O estudioso compreende o espaço como um sistema de elementos e ações, somente fragmentando os elementos que o compõe é possível analisar o espaço em sua totalidade. Dessa forma, um espaço não pode ser compartilhado apenas pelos seus limites fronteiriços físico-territoriais. Cada lugar seria uma fração do espaço real, totalitário. Durante o trabalho aqui apresentado, procurei analisar o espaço a partir das categorias listadas por esse geógrafo para o estudo do Vidigal (forma, função, estrutura e processo), embora essa categorização não tenha sido tratada individualmente. Entendendo que o espaço urbano não é imutável e que sua organização se altera através das transformações sociais, descrevi o Vidigal sobre diversos aspectos que os integra (físico, social, identitário e mnemônico).

No tocante ao tema favela, a pesquisa se apoia no livro “Resistências e conquistas do Vidigal”, de autoria do ex-presidente da Associação de Moradores do Vidigal, Sr. Armando Lima (2010). Tal obra é a narrativa de um morador local e líder da resistência contra a remoção, na década de 1970. Logo, são relatos de memória e pertencimento. Luciana Bezerra (2010), cineasta e autora de um livro sobre seu processo como artista do grupo teatral “Nós do Morro” e sua trajetória no Vidigal, por se tratar de uma “escrevivência” situada no objeto da pesquisa, compõe as referências. Estudiosos legitimados pela academia que se dedicam ao tema favela também são apreciados: Jailson da Silva (2009 e 2013), Eliana Silva (2009), Lícia Valladares (2005) _ formação das favelas cariocas; Freire-Medeiros (2009) _ favela como destino turístico e Marielle Franco (2015) _ favela como parte integrante da cidade.

Autores pós-colonialistas, que por abandonarem a visão do dominador, melhor se aproximam da temática dos excluídos, são incluídos na pesquisa. Stuart Hall (2004) e Neil Smith (1988) a partir de seus estudos sobre a globalização e gentrificação colaboram como base para a análise do fenômeno expulsatório. Albert Memmi (2007) ajuda a compreender a relação opressor\oprimido aproximando esses conceitos dos por ele analisados: colonizador\colonizado.

Devido ao caráter subjetivo do objeto de estudo _ uma favela localizada na zona sul carioca, paradigma de resistências contra remoções e recente destino da classe média e de estrangeiros _ alguns conceitos não tratados na academia são definidos. Para tal, a postura se embasará na noção de desconstrução defendida por García Gutiérrez (2009), ou seja, a possibilidade de outras categorizações.

Não houve interesse em fazer amostragem por sexo, idade ou qualquer outro critério quantitativo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca estudar experiências, valores e atitudes através de narrativas de vida, considerando-as o patrimônio de maior valor. Como grupo eleito para a observação e coleta de entrevistas, usei a figura do “cria da favela” por considerar esse o melhor grupo representante da memória local. Isso porque o *cria* é o indivíduo que nasceu ou vive em lugar desde sua infância; logo, possui a topofilia com o território pesquisado.

Admitindo que as perspectivas assumidas no campo de memória social são parciais, resultados de decisões políticas que definem quem tem direito à memória, a postura aqui adotada procura valorizar o conhecimento sobre o lugar a partir de narrativas daqueles que têm a legitimidade forjada na experiência e no pertencimento. Coerente a essa visão, a pesquisa acredita ser a figura do *cria* a categoria capaz de acionar a memória como estratégia de combate às demandas do presente (POLLAK, 1989).

Além das narrativas de memória dos *crias*, concedidas oralmente e registradas em audiovisual, também foi interesse da pesquisa acervos pessoais (fotográfico e documental) que registraram a trajetória do morro. Afinal, a memória é o “lugar que nos ancora e nos liberta de nós mesmos, talvez por nos permitir num mesmo movimento acessar o já vivido, e a ele atribuir novos sentidos” (ABREU, 2016, p. 66).

A abordagem será dividida em três seções. A primeira irá narrar a história do Vidigal no contexto das favelas cariocas. A subsequente tratará de conceitos tidos como fundamentais para a compreensão do território aqui analisado e de seus ocupantes. Já o terceiro, fala dos movimentos aqui denominados como expulsatórios, ou seja, questões sociopolíticas e ideológicas que motivaram a saída de moradores desse território. Considero três: as tentativas de remoção sofridas nas

décadas de 1950 e 1970, a disputa pelo domínio do comércio de drogas e a gentrificação.

A fim de analisar o primeiro movimento expulsatório, foram selecionadas as narrativas de lideranças comunitárias da época, aqueles considerados “raízes”. Os dois outros momentos consideraram os depoimentos de “crias” da favela, escolhidos como representantes desse grupo identitário por trazerem em suas falas aspectos interessantes para análise das fases retratadas. Vale ressaltar que a dissertação “Vidigal: narrativas de memórias” não se dedica à análise do discurso. As narrativas que aqui desfilam refletem a trajetória local e percepções sobre as mudanças sofridas. O que se pretende é relatar a memória do morro, fazer considerações a respeito de alguns pontos narrados, mas, acima de tudo, possibilitar que a história do Vidigal seja contada por aqueles que a constrói.

Não houve a elaboração de um questionário ou a limitação prévia do assunto a ser narrado. O dispositivo utilizado foi a memória de cada narrador. Em geral, eu pedia para que falassem sobre a memória que tinham do Vidigal, há quanto tempo moram nessa favela e como é a identificação com o local. Durante a narrativa, outros aspectos interessantes para a pesquisa foram surgindo. Além disso, por ter com os narradores uma relação identitária e de convívio direto, em alguns momentos, pontos que necessitavam de maior esclarecimento eram coletados durante a fila do mercado ou do transporte alternativo, eventos sociais, na escola que leciono, na mesa do bar ... Ligava-se a câmera do celular e lá estava registrada a narrativa. Muitas dessas vezes, os próprios narradores desejavam corrigir alguma informação fornecida, contar algum episódio esquecido durante a narrativa já prestada. Opinavam também sobre como eu deveria dividir o texto acadêmico, aspectos da trajetória local que deveriam ser evidenciados (como a visita do Papa, por exemplo) e indicavam outros narradores que “sabiam tudo do morro”.

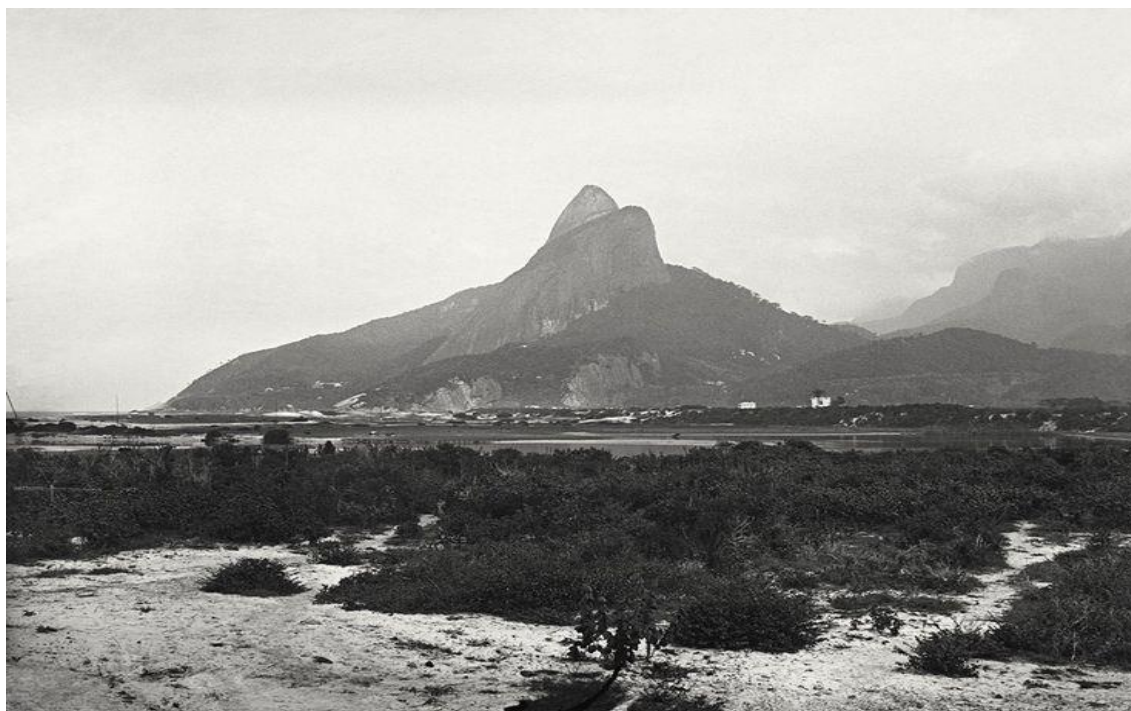
Assino o texto de uma pesquisa construída com os meus pares. Não “dei voz” a esses indivíduos; ofereci meus ouvidos. Falamos juntos.

CAPÍTULO 1 – PASSANDO A VISÃO

Na favela há uma gíria que usamos quando queremos contextualizar algo, dizemos que vamos “passar a visão”. Dessa forma, uma vez que o objetivo desse capítulo é discutir a respeito do cenário político e social da cidade do Rio de Janeiro e o surgimento desse território chamado favela, creio ser esse o título mais apropriado para a seção que aqui se apresenta.

O capítulo tem o objetivo de discutir a posse, a ocupação do Vidigal, a motivação do nome do morro e localizar essa favela dentro do contexto da cidade. O intento é introduzir esse território, relatar sua gênese e apresentar um breve resumo de sua historicidade. Aspectos da trajetória do lugar serão apreciados no capítulo dedicado à análise das narrativas. Por ora, irei apenas apresentá-lo.

1.1 – Os donos do morro



Morro de Dois Irmãos, visto da restinga de Ipanema e Leblon, 1920, por Alberto Sampaio

“Eu vim pro Vidigal com 4 anos, moro aqui há aproximadamente 80 anos. O Vidigal era tranquilo, com poucos moradores e muita vegetação. Havia só um barraco no 314 usado como centro de macumba. Era famoso, frequentado por gente daqui e de fora. Antes de ter a Estrada do Tambá o acesso era pela Estrada da Ponta Grossa, onde hoje é o Atalho. O doutor Miranda Jordão era procurador de um proprietário que era o

dono de parte da Estrada do Tambá, hoje Presidente João Goulart. Havia também um outro dono, o inglês Charles Amstrong, que era dono daquela parte que beira o mar. A família Niemeyer também era dona dessa parte dali até aquele largo em São Conrado. Não tenho certeza, mas a família Niemeyer tinha terras no Largo do Santinho também.

Eu comprei esse terreno aqui de um espanhol, Marcos Piñon, que era o dono do antigo Nosso Hotel, na avenida Niemeyer. Aqui se chamava Anglo brasileiro. Essa tomada de nome pela população se deu por conta dos jornalistas. O mundo⁷ estava de olho nesse lugar, como tem a Estrada do Vidigal logo ali no começo do morro, começaram a chamar de Vidigal. Aí, na época da vinda do Papa o nome pegou. O nome Anglo-brasileiro ficou esquecido”. (Luiz Alberto Corrêa e Castro, 86 anos)

Essa seção dedica-se à descrição cronológica daqueles que foram detentores das terras onde hoje se localiza o Vidigal. Para tanto será preciso considerar os proprietários de bairros vizinhos dessa localidade e as disputas de poder envolvendo a avenida Niemeyer (entrada dessa favela) e o Morro Dois Irmãos (onde o Vidigal é incrustado). Embora o título aqui exibido possa remeter à posse do lugar através do domínio do tráfico de drogas, esse não é o interesse desse capítulo.

A disputa territorial aqui analisada sempre foi marcada pela ótica do capital. Esse que privatiza o acesso à terra a partir de conveniências parentais e da manutenção do poder garantido pelo sangue. O mesmo que extermina, escraviza e oprime de variadas formas povos e indivíduos não pares. A história exhibe vários relatos de arrogância e crueldade europeus: a ganância que opera o capitalismo e anula humanidades. Falaremos disso agora.

Os índios tamoios viviam na região da zona sul antes da chegada dos europeus. No Leblon (bairro onde se localiza o Vidigal), havia a aldeia kariané. Esse grupo indígena foi exterminado pela ação de Antônio de Salema, “Governador da Parte Sul do Brasil” (1575- 1578).

⁷ O depoente se referia aos jornalistas que cobriam a luta dos moradores contra a remoção do Vidigal e a vinda do Papa João Paulo II (1981) a esta favela.

Salema, a fim de construir um engenho na região onde se localiza o Jardim Botânico, contaminou perversamente com varíola, em 1575, os índios que ali viviam. A doença foi transmitida através de roupas usadas por doentes e espalhadas pelas matas e ao redor da atual Lagoa Rodrigo de Freitas, a mando do Governador. Expurgados aqueles que eram os proprietários originais da terra, graças a empréstimo concedido pela Coroa, Salema executa seu intento ganancioso: erige o engenho “D’El Rei”. Porém, constatou-se um superfaturamento no valor orçado para a construção. A propriedade assim como todas as terras (do Leblon ao Humaitá) passaram para Diogo Amorim Soares, em 1584.

No que se refere às terras que hoje o Vidigal ocupa, em 1566, Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, doa o Morro Dois Irmãos a Antônio Preto. Esse último, falecido em 1608, era um nobre português que fixou moradia em São Vicente, onde prestou serviços à Coroa no combate a indígenas durante disputas pela terra. Tais “préstimos” eram habitualmente pagos em forma de sesmarias aos autodeclarados “conquistadores”, ou seja, aqueles que atuaram nas expedições de extermínio de índios e expulsão de estrangeiros eram agraciados com terras.

Em 1594, Salvador de Sá, governador do Rio de Janeiro e irmão de Estácio de Sá, aceita a petição de seus filhos e entrega a eles sesmarias localizadas na zona oeste e parte do que hoje compõe um bairro da zona sul, uma vez que os proprietários dessas terras não haviam tomado posse. Gonçalo de Sá recebe as terras de São Conrado e Barra da Tijuca e seu irmão Martim de Sá torna-se latifundiário do que atualmente constituem o bairro de Jacarepaguá e áreas vizinhas. Enquanto Martim de Sá ocupava-se com a política, Gonçalo de Sá dedicava-se a sua sesmaria, arrendando suas terras e com isso colaborando, inclusive, com o povoamento dessas localidades.

O Rio de Janeiro no início do século XVII foi marcado pela expansão da cultura canavieira. A zona sul carioca era coberta por vários canaviais, incluindo as áreas dos atuais bairros do Leblon e São Conrado (limites fronteiraços do Vidigal). O Engenho Nossa Senhora da Conceição, antigo engenho D’ El Rei, que abarcava os atuais bairros do Jardim Botânico e Lagoa, era propriedade do vereador Diogo de Amorim Soares _ anteriormente mencionado. Em 1609, o vereador é acusado de

corrupção e expulso do Rio de Janeiro. Seis anos antes desse fato, ele havia vendido parte de suas terras a Antônio Pacheco Calheiros.

Casado com Inês de Leão, o fidalgo combinava sua posição hierárquica com os afazeres mercantis transatlânticos, ou seja, sequestro de angolanos para trabalho escravo no Brasil. Em 1619, Antônio Pacheco Calheiros arrendou as terras que iam desde o engenho de Diogo Amorim Soares (Lagoa) até a Costa Brava (Leblon) e contornava a Gávea. O morro Dois Irmãos _ onde se localiza o Vidigal_ fazia parte desse patrimônio.

O acesso à terra era medido por relações pessoais formadas por casamentos e por laços consanguíneos. No início do século XVI, a família Correia de Sá já era dona do sistema agrário da zona sul confrontando com as terras dos herdeiros de Sebastião Fagundes Varela, que recebeu parte das terras de Diogo Amorim Soares como dote ao se casar com a filha do antigo proprietário. Rodrigo de Freitas, através de um casamento por interesse financeiro contraído com a bisneta de Fagundes Varela, aumenta de forma ilegítima o patrimônio da família. Ele e o sogro ao assumirem parte das terras do Engenho Nossa Senhora da Conceição, antiga propriedade de Diogo de Amorim Soares, incorporam outros engenhos desde a Paçava (hoje a av. Marquês de São Vicente) até o mar (incluindo a atual av. Niemeyer).

O Morro Dois Irmãos volta ao poder de fato da família Correia de Sá, por volta de 1620. Dona Vitória de Sá, filha de Gonçalo de Sá, herda essas terras ao se casar com o governador-geral do Paraguai, o espanhol Don Luiz de Céspedes. A herdeira, senhora católica e pertencente a uma família ilustre, desejava manter o destaque e eternizar o seu nome. Para tanto, doou aos monges beneditinos o Engenho D'Água, hoje o bairro de Jacarepaguá, além do morro onde se localiza o Vidigal.

“doar aos clérigos e monges revestia um aspecto de grandeza moral, dado que eles, enquanto interlocutores do divino, funcionavam para os doadores como uma espécie de garantes mediáticos da protecção de forças sagradas. Deste modo, clérigos e monges (igrejas e mosteiros), em termos econômico-políticos, tornavam-se também senhores e eram assimilados a nobreza e, como tais, tratados socialmente”. (SOUZA, 2011, P. 29).

Em reconhecimento, D. Vitória de Sá foi sepultada no interior do mosteiro de São Bento, em 26 de agosto de 1667. Mesmo após 60 anos da morte da

distinta senhora, seu nome era lembrado nas missas do mosteiro. Esse compromisso só foi interrompido com o incêndio que atingiu o local em 1732. Porém, a memória funerária desse membro de família ilustre permanece marcada no chão católico até hoje com os seguintes dizeres: “Sepultura da doadora Da. Vitoria de Sá – Falleceo aos 26 de agosto de 1667”.

A herdeira da família Correia de Sá não foi a única benfeitora dos monges beneditinos. No final do século XVIII, esses eram os maiores proprietários de engenhos, escravos, imóveis e terras do Rio de Janeiro. Segundo Souza (2011), “a exortação de Bento era referente à pobreza individual, portanto, a riqueza coletiva não possuía nenhum impeditivo” (p. 170). Além dos bens doados, os beneditinos compraram várias outras propriedades no Rio de Janeiro, incluindo aí quatro engenhos.

Lógico, tamanho patrimônio requeria muita mão de obra. Logo, os representantes divinos precisavam da força de trabalho daqueles sujeitos sem alma e possibilidade de civilização⁸: os negros. As fugas constantes e a resistência exercida pelos quilombos ameaçavam o bom funcionamento dos negócios da igreja⁹. Major Miguel Nunes Vidigal era o grande aliado dos monges beneditinos, pois era quem comandava a perseguição, punição severa e repressão dos negros escravizados. Não tão diferente dos dias atuais, “as leis eram tão imperfeitas ou tão imperfeitamente executadas que parece que os brancos aos poucos se haviam convencido de que estavam acima delas” (HOLLOWAY, 1975, p. 34).

Major Vidigal também comandou pessoalmente vários assaltos a quilombos montados por escravos fugitivos nas florestas ao redor do Rio de Janeiro. Detestava batuques e festas africanas. Em recompensa pelos seus serviços, ganhou um presente que até hoje emoldura a orla carioca. (GOMES, 2007, p. 234).

O comandante da Guarda Real era bastante dedicado à manutenção da ordem e da moral na capital do Império, inibindo manifestações afro-brasileiras, reprimindo as fugas de escravizados e destruindo quilombos. Devido a esse empenho exercido de forma autoritária e cruel – porém interessante

⁸ Essa era a justificativa para a escravização de africanos raptados de seu continente

⁹ Frei Leão foi o testamenteiro de D. Vitória de Sá e era quem administrava os bens do mosteiro de São Bento.

para a ótica capitalista do acúmulo e manutenção de riquezas _ recebeu dos monges beneditinos, em 1820, as terras do Morro Dois Irmãos.

Avistei o Vidigal.

Fiquei sem sangue;

Se não sou tão ligeiro

O quati me lambe

(Mario de Andrade. In introdução às Memórias de um Sargento de Milícias, São Paulo, 1941).

Essa era a modinha famosa que anunciava a chegada do Major Vidigal. Miguel Nunes Vidigal era major de milícias e intendente da polícia. O mais célebre membro da Guarda Real e homem de grande influência no Primeiro Império dá nome à favela que terá a sua trajetória aqui descrita. Sendo assim, trataremos agora de apresentar essa ilustre figura do século XIX.

A Intendência Geral de Polícia, criada em 10 de maio de 1808, tinha o propósito de manter a ordem pública e cuidar do espaço urbano, a fim de atender às necessidades da Corte portuguesa, há dois meses aportada no Rio de Janeiro. Até a promulgação da Constituição do Império do Brasil, transferia-se para a colônia a mesma estrutura administrativa da metrópole¹⁰. Logo, manteve-se a jurisdição que esse órgão tinha em Portugal, incluindo-se aí a responsabilidade de prover a limpeza, a salubridade, a iluminação, o arruamento da cidade e o abastecimento de água. A Intendência tinha também a incumbência de atuar judicialmente, julgando e punindo os considerados transgressores da ordem urbana. A ameaça social eram os ébrios, desocupados, escravizados fugidos, capoeiras, ciganos, aventureiros. Na verdade, o que se reprimia era a classe e a raça do indivíduo. O negro e o pobre sofria (e ainda sofre) a marginalização de sua identidade.

Para desvanecer este tecido de sofismas importa reconhecer, em primeiro lugar, que a vagabundagem, a recusa ao trabalho, não é um vício peculiar às classes pobres. A contemplação da sociedade demonstra não só que o maior número de vagabundos é fornecido pela burguesia, mas ainda que são esses os vagabundos mais prejudiciais. (...). O único vagabundo para eles é o pobre sem trabalho, ou o mendigo, cuja dignidade a grosseria contemporânea não

¹⁰ Ver: Revista Brasileira de Direito Comparado. Rui Manuel de Figueiredo Marcos. Rostos da política legislativa de D. João VI no Brasil. [www.idclb.com.br/revistas/34/revista34%20\(7\).pdf](http://www.idclb.com.br/revistas/34/revista34%20(7).pdf)

compreende, mas que o positivismo consagra, sistematizando a inspiração católica e sancionando as antecipações poéticas a este respeito. (SANTOS, 2004, p. 159)

Paulo Fernandes Viana, advogado que cumpria os cargos de desembargador e ouvidor da corte, foi nomeado intendente geral da polícia, chefe do órgão supracitado, por D. João VI. Viana, segundo Laurentino Gomes (2007), era uma espécie de fusão de prefeito e secretário de Segurança Pública. Entre outras providências, como “transformar a vila colonial, provinciana e inculta, suja e perigosa em algo mais parecido com uma capital europeia digna de sediar a monarquia portuguesa” (GOMES, 2007, p. 229), organizou a Guarda Real de Polícia da Corte.

Esse órgão era integrado pelo famoso major Miguel Nunes Vidigal (1745-1843), que foi imortalizado em *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), em 1852:

O Major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo o que dizia respeito a esse ramo de administração, era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava; fazia o que queria e ninguém lhe tomava as contas. Exercia, enfim, uma espécie de inquisição policial. (ALMEIDA, 1978, p. 21.)

O Major Vidigal era cruel e implacável na perseguição aos negros (escravos ou libertos) e às manifestações diaspóricas, principalmente a capoeira. Essa além de ser um forte símbolo da cultura africana (marca que deveria ser ocultada da cidade habitada pela nobreza europeia), era também um meio de defesa usado inclusive contra os policiais que compunham a guarda da corte. Apesar da proibição de “exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem”¹¹ só ser oficial a partir do decreto de lei 847, de 11 de outubro de 1890, a prática da capoeira era severamente reprimida há tempos. Embora o ilustre major coibisse a capoeira, há registros que mencionam seu conhecimento e desenvoltura nessa prática, o descrevendo como:

homem alto, gordo, do calibre de um graneiro, moleirão, de fala abemolada, mas um capoeira habilidoso, de sangue frio, e de uma agilidade a toda prova, respeitado pelos mais temíveis capangas de sua época. Jogava maravilhosamente o pau, a faca, o murro e a navalha, sendo que nos golpes de cabeça e pés, era um todo inexecedível. (BARRETO FILHO, p. 266, 1939).

¹¹ Artigo 402 do Código Penal Brasileiro de 1890.

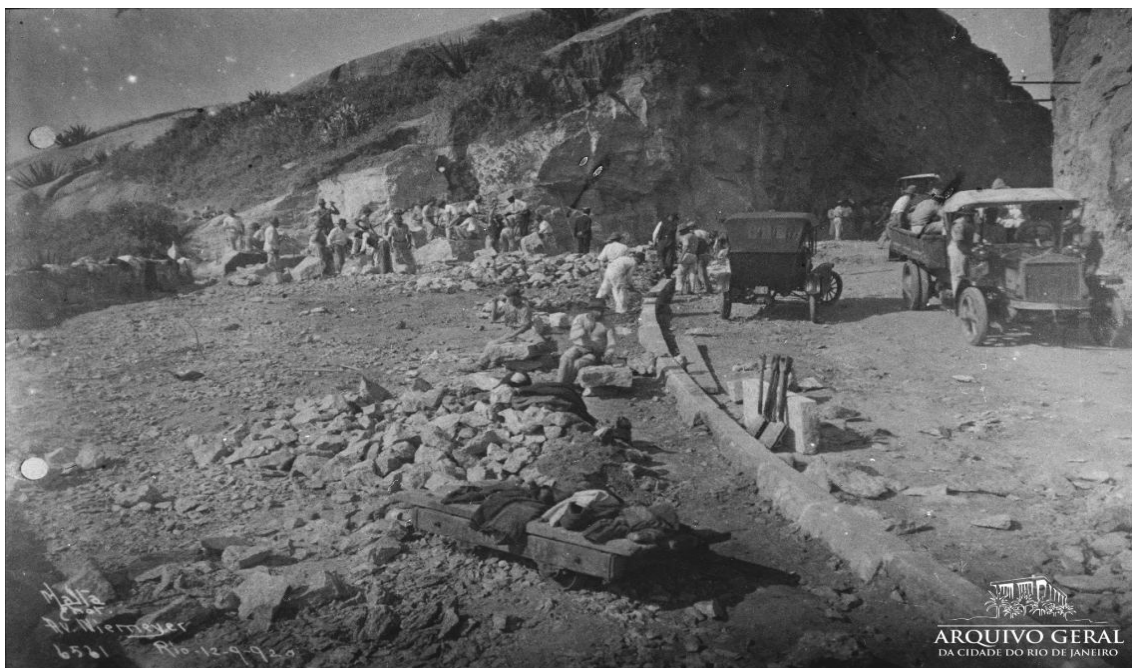
Parecia estar em toda parte, com seus granadeiros, armados de longos chicotes. Protegidos pela distância que mantinham dos capoeiras, podiam atingi-los a salvo. Chegava, inesperadamente, aos quilombos, rodas de samba e candomblés, arrebatando tudo e todos que encontrava. Aos capoeiras, que foram sua mira principal, reservava um tratamento especial, um conjunto de surras e torturas a que chamava de 'ceia dos camarões. (REGO, 1968, p. 293 e 294).

O que os opressores não poderiam supor é que em 1940, essa localidade seria ocupada pelos que foram oprimidos. Afinal, a população do Vidigal (como na maioria das favelas cariocas) é composta por negros (e nordestinos). Essa parcela da sociedade é vítima constante da criminalização da sua raça, classe social e práticas culturais. A repressão policial que se vivencia nos territórios periféricos foi inaugurada no Rio de Janeiro pelo Major Vidigal. O modus operandi do chefe da Guarda Real muito se assemelha ao atual “pé na porta” que subjuga os moradores de favelas durante as abordagens policiais. Na época do Major Vidigal, a prática policial era pautada na suspeição sistemática contra negros. Não havia a necessidade de comprovação do delito, um negro poderia ser punido por parecer suspeito ou por estar em situação suspeita. Nada tão diferente dos dias atuais.

Major Vidigal morreu aos 98 anos em suas terras, a Chácara do Vidigal. Segundo Barata e Cláudia Gaspar (2015), tal propriedade não tinha fins agrícolas ou comerciais (como ocorria com as terras arrendadas da Fazenda Nacional). Em 1886, seus herdeiros vendem as terras ao engenheiro João Dantas, que tinha como objetivo criar uma linha férrea em direção ao litoral sul fluminense. Cinco anos depois, a Viação Férrea Sapucaí (propriedade do engenheiro) projeta uma linha na região conhecida como “Caminho do Céu” (hoje Av. Niemeyer) que ligaria Botafogo à Angra dos Reis. O projeto não foi adiante.

Anos depois, em 1913, o professor Charles Armstrong, diretor do Colégio Anglo Brasileiro, fundado em 1910 e destinado aos meninos herdeiros da elite da época, aproveita-se do projeto iniciado da linha férrea e melhora o acesso a sua escola localizada no Vidigal. Ricardo Feio, engenheiro responsável pela obra, abriu um corte na pedra para o Leblon e iniciou a construção de cerca de 100 metros da atual avenida Niemeyer. Antes dessa construção, o único modo de se chegar ao

colégio era pelo tortuoso Caminho do Céu¹². Esse acesso possibilitou a ocupação do Vidigal.



Fonte: Arquivo Nacional. Construção da Avenida Niemeyer, 1913¹³.

Charles Wicksteed Armstrong era inglês de origem escocesa, veio ao Brasil para trabalhar em uma exportadora de borracha amazônica para a Europa. Viveu alguns anos em Manaus até ser convidado pelo governador de São Paulo para orientar a educação de seus netos. Afinal, Armstrong era professor e pertencia a uma família de intelectuais. Em 1899, fundou um internato inglês, o Gymnasio Anglo-Brasileiro, localizado na Alameda dos Andradas, mudando-se depois para a Avenida Paulista, número 17. A ideia do diretor era oferecer um colégio aos moldes inglês (os professores vieram todos da Inglaterra e de outros países europeus) para a elite da época. Em 1906, o colégio de Charles Armstrong competia em excelência e reputação com o notável Pedro II. Tal sucesso animou o professor e investidor inglês a abrir uma outra unidade no Rio de Janeiro. Em 1910, foi inaugurado na Chácara Paraíso, em São Gonçalo, o novo Gymnasio Anglo-Brasileiro. Porém, foi a sucursal localizada na

¹² Em 1915, o comendador Jacob Niemeyer, proprietário de terras na localidade, estende a obra até a praia da Gávea. Um ano depois (20\10\1916), por ocasião do Primeiro Congresso de Estradas de Rodagem, o ilustre senhor doa o logradouro à Prefeitura do Rio de Janeiro, que a batiza de Av. Niemeyer.

¹³ <https://www.google.com.br/search?q=Construção+da+Avenida+Niemeyer>

Avenida Niemeyer que cumpriu o intento de Armstrong: ensino de nível europeu, junto à natureza, dedicado às famílias mais abastadas da República.



Fonte: Imagem do Gymnasio Anglo-Brasileiro, localizado em São Paulo¹⁴.

O colégio estava situado a 300 pés acima do nível do mar, cercado de floresta virgem, à frente da majestosa montanha dos Dois Irmãos¹⁵ e cercado de fontes naturais de água¹⁶. Apenas meninos compunham o quadro de alunos que deveriam desenvolver o intelecto e as habilidades físicas. As práticas esportivas, inclusive, eram exercidas na prainha do Vidigal.

Se findássemos por aqui essas linhas descritivas, teríamos uma visão positiva do educador que com a abertura do acesso à escola que fundara, possibilitou a ocupação de um território. Ocorre que Charles Wicksteed Armstrong pretendia fazer do Gymnasio Anglo-Brasileiro uma escola eugenista no Brasil. Além de professor e empresário, Armstrong também foi autor de vários livros em defesa da eugenia, ou seja, respostas supostamente científicas às demandas de transformação social capazes de eliminar o que se considerava degenerações humanas. Dessa forma, eram considerados disgênicos os indivíduos inaptos à existência devido à classe, deficiências físicas e raça. Além disso, a eugenia acreditava que a pobreza e o

¹⁴ <https://spcity.com.br/serie-avenida-paulista-150-anos-do-colegio-sao-luis>

¹⁵ Impressões do Brazil no Século Vinte, editado na Inglaterra em 1913.

¹⁶ Até hoje a fonte localizada logo na subida da favela continua ativa e é usada pelos moradores para lavar os pés após a praia.

analfabetismo eram características hereditárias, e, como tal não poderiam ser sanadas. Assim, elimina-se o marginalizado e não a marginalização.

O último verbo usado não apresenta valor conotativo. O ideal da eugenia defendida por Armstrong era de fato exterminar todos aqueles que não eram considerados “bem nascidos” e assim garantir a supremacia da elite branca no Brasil. Inclusive é de sua autoria o livro “The Survival of the Unfittest” (1933) onde afirma que somente através de três métodos era possível acabar com a multiplicação de “degenerados”: a esterilização, a segregação e a câmara letal (MISKOLCI, 2005).

Assim como o Major Vidigal, Charles Armstrong viveu no Vidigal. Inclusive, quatro dos seus cinco filhos nasceram nas propriedades do Gymnasio Anglo Brasileiro. Sendo assim, por tudo aqui exposto, podemos concluir que os dois primeiros ocupantes do Vidigal tinham como “inimigos” a serem perseguidos ou exterminados, justamente aqueles que hoje vivem nessa localidade: negros e pobres.

Antes do Vidigal ser ocupado por esses últimos, seus proprietários, segundo as fontes narrativas, foram portugueses e espanhóis. Infelizmente, a pesquisa não conseguiu avançar sobre a identidade desses indivíduos. Sabe-se que havia um escritório chamado Jardim Vidigal Imobiliária LTDA, que respondia pelos terrenos onde hoje se localizam parte da Av. Presidente João Goulart (Principal), as ruas Dr. Olinto Magalhães (Rua Nova) e Nuno Alves (Cantão de Baixo), partes legalizadas do Vidigal.

Em 1986, a imobiliária citada tentou desapropriar judicialmente diversos lotes de terras que possuía nas localidades descritas acima, objetivando a regularização fundiária. O processo se arrastou por mais de 20 anos. Em 2007, o governo do Estado do Rio de Janeiro revogou a qualificação da área como de interesse social; logo depois, considerou arbitrária a ação de desapropriação. Alegou-se que as ações indenizatórias iriam onerar os cofres públicos e muitos posseiros possuíam usucapião.

Em 2018, a reclamante solicitou indenização ao ERJ, alegando prejuízos por conta da expropriação. Porém, perdeu a causa. Isso porque a área já havia sido ocupada densamente por particulares quando foi solicitada a desapropriação. Enquanto durou a ação, a expansão territorial da área reclamada foi de 2,2%. No período de 1965 a 1985, ou seja, antes da reclamação judicial por parte

do proprietário, a área teve o crescimento horizontal de 209,2%. Logo, entendeu-se que houve alienação por parte do Jardim Vidigal Imobiliária LTDA em relação a esse terreno e posteriormente interesse de enriquecimento através de ação indenizatória.

Para muitos moradores, o dono desses terrenos era Miranda Jordão, que possuía um escritório na Praça Mauá e visitava com frequência o Vidigal. Embora muitos moradores dessas áreas não se considerem favelados porque pagam imposto pela terra ocupada, é possível inferir através da ação judicial que muitos deles não compraram os terrenos do proprietário legal. Motivo alegado para a abertura do processo por parte Jardim Vidigal LTDA.

“Eu vim pra cá pequena, sabe? Com 7 anos de vida. Meu pai veio trabalhar aqui. Ali embaixo onde hoje é a Joana, ele tinha uma loja que na época se chamava secos e molhados. Não era dele, não. Era alugada. Mais tarde ele comprou ali onde tem o muro baixo. Muitas casas aqui pertenciam ao Dr. Miranda Jordão. De vez em quando, ele vinha aqui montado em seu cavalo. É, vinha montado a cavalo com seus trabalhadores ao lado. Além do Dr. Miranda Jordão tinha outro, mas não me lembro o nome. Era conhecido o lugar como Jardim Vidigal.” (Maria Rosa de Carvalho Matos, D. Rosa, comerciante, 82 anos).

1.2 – A cidade em ebulição e a montanha em movimento

Dois Irmãos

(Chico Buarque)

*Dois Irmãos, quando vai alta a madrugada
E a teus pés vão-se encostar os instrumentos
Aprendi a respeitar tua prumada*

E desconfiar do teu silêncio

*Penso ouvir a pulsação atravessada
Do que foi e o que será noutra existência
É assim como se a rocha dilatada
Fosse uma concentração de tempos*

*É assim como se o ritmo do nada
Fosse, sim, todos os ritmos por dentro
Ou, então, como uma música parada
Sobre uma montanha em movimento*

Tratarei do Vidigal sob a perspectiva abrangente do meio acadêmico e dos documentos oficiais a respeito de favela. A fim de não privilegiar, exclusivamente, a fala de indivíduos estrangeiros ao lugar, também exporei a narrativa de um autor pertencente a esse território, Sr. Amando Lima, ex-presidente da associação de moradores na década de 1970 e autor da única obra que conta a trajetória dessa favela. Afinal: “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1936, p. 198).

A intenção aqui é traçar um panorama da cidade do Rio de Janeiro no que se refere à formação das favelas e ao desenvolvimento da zona sul. A partir dessa contextualização, o Vidigal será brevemente apresentado a fim de ser melhor exposto em capítulos subsequentes. Por ora, o interesse é mostrar o cenário que favoreceu a ocupação desse território pela população favelada.

Moradores mais antigos do Vidigal e da Chácara do Céu (ambas localizadas no Morro Dois Irmãos) costumam afirmar que essa última favela já foi um quilombo. Ocorre que na região havia o Quilombo do Leblon (também chamado de Camélias do Leblon ou Quilombo do Seixas)¹⁷. Não era um quilombo de rompimento, ou seja, não havia a estratégia de combate e defesa dos inimigos e nem uma administração autônoma em relação ao resto da sociedade. Foi o primeiro quilombo abolicionista do Brasil.

No quilombo abolicionista, as lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente. Não mais os poderosos guerreiros do modelo anterior, mas um tipo novo de liderança, uma espécie de instância de intermediação entre a comunidade de fugitivos e a sociedade envolvente”. (Silva, 2003, p. 01)¹⁸

Tratava-se de uma chácara de propriedade do português fabricante de malas José Seixas Magalhães, na década de 1880. Por ser participante da Confederação Abolicionista, o empresário recebia no local escravizados fugidos.

¹⁷ Caetano Veloso e Gilberto Gil gravaram a canção “Camélias do Leblon”, em 2015, homenageando esse quilombo. Álbum: Dois amigos: um século de música.

¹⁸ SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Fundação Casa de Rui Barbosa www.casaruibarbosa.gov.br.

Devido ao seu prestígio junto aos grandes nomes da alta sociedade, inclusive com a Princesa Isabel, fazia-se vistas grossas para esse apoio dado aos negros. Como gratidão, Seixas enviava à Princesa buquês de camélias, flor símbolo dos abolicionistas. Inclusive, a pena de ouro com a qual a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea foi um presente coletivo do qual Seixas fez parte.



Ex-escravizados fazem reverência à Princesa Isabel com camélias em ilustração de Ângelo Agostini.

O quilombo se localizava desde a atual rua Timóteo da Costa e seguia até o Morro Dois Irmãos, sendo a sede onde hoje se situa o Clube Campestre da Guanabara. Como o Leblon nessa época era um local isolado e pouco povoado, oferecia o refúgio necessário para os negros fugidos das senzalas. Para conquistar a proteção do prestigiado abolicionista, o indivíduo deveria seguir a atual rua Bartolomeu Mitre (antiga rua do Sapé) até a rua do Pau, número 6 (hoje rua Dias Ferreira) e ir se guiando pelo imponente Dois Irmãos até a ladeira da rua Igarapava.

Ainda que o Vidigal não tenha sido um quilombo, vários são os estudiosos que associam as favelas a esses territórios por serem espaços de resistência da população oprimida e majoritariamente negra. Atualmente, 22% da população da cidade do Rio de Janeiro vive em favelas, segundo IBGE/2010. Isto corresponde a 1,3 milhões de pessoas vivendo em “aglomerados subnormais” – segundo a definição do mesmo órgão para esse território¹⁹. Dados do SABREN (Sistema Multimídia sobre os Assentamentos de Baixa Renda do Município do Rio de Janeiro) apontam que há, apenas na cidade, 752 favelas. Números que contabilizam algumas favelas como complexos e não unidades distintas. Ainda assim, a história dessas localidades está inserida na disputa pelo território e as inadequações sobre o espaço.

Há dois marcos de origem das favelas: a Guerra de Canudos (1896/1897) –gênese do topônimo– e o “bota abaixo” dos cortiços do centro da cidade – gênese da representação física. Em 1893, o Cara de Porco, maior cortiço do Rio de Janeiro, situado a rua Barão de São Félix, 154, foi demolido²⁰. A ideia era modernizar, higienizar e embelezar a capital – pretensões retardadas pelos embates políticos anteriores à Proclamação da República (1889). Além disso, seus moradores eram considerados malandros, vadios e um perigo à sociedade.²¹

A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando a demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se processou sob a legitimação conferida pelo sanitarismo. (MARINS, 2006, p.141).

Barata Ribeiro, foi o primeiro prefeito da cidade capital da recém instaurada República. Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cuja tese de doutorado tinha o título “Quais as medidas necessárias devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro”, percebia os cortiços²² como fontes de miasmas e foco de

¹⁹ Essa definição data de 1950 e ainda é a usada pela instituição citada.

²⁰ Fonte: Arquivo da cidade; 2002: “Memória da destruição: Rio _ uma história que se perdeu (1888 – 1965)

²¹ Idem

²² Segundo o Censo de 1890, um quarto da população carioca vivia em cortiços localizados na região central da cidade.

infecções. Além disso, essas habitações insalubres e moradia de pobres e miseráveis não combinavam com a imagem de cidade moderna que se desejava implantar ao Rio de Janeiro.

Então, no dia 26 de janeiro de 1893, autorizou a destruição do cortiço Cara de Porco, que tinha esse nome por ter a imagem desse animal ornamentada na entrada. Esse cortiço era o maior que havia na região central da cidade, os moradores dividiam o espaço com chiqueiros, galinheiros e pequenos comércios. A visão do lugar como símbolo da imundície e promiscuidade fora confirmada um ano antes de sua destruição pela Inspetoria de Higiene. Logo, acabar com o Cara de Porco representava limpar a cidade dessa presença anti-higiênica. Ângelo Agostini, ilustrador e jornalista do famoso periódico da época, a Revista Ilustrada, assim descreveu a demolição:

Quem suporia que uma barata fosse capaz de devorar uma cabeça de porco em menos de 48 horas? Pois devorou-a alegremente, com ossos, pele e carne, sem deixar vestígios. E só assim a secular cabeça, que derrubou ministérios, fez as delícias do Conde d'Eu²³ e as glórias da respeitável D. Felicidade Perpétua de Jesus²⁴, deixou de ser, sob o domínio de um impiedoso barata. (Folha Ilustrada, 27\01\1893).

²³ Comentava-se na época que o Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel, era o proprietário do Cabeça de Porco; porém documentos atestam a existência de vários donos.

²⁴ D. Felicidade era uma das proprietárias do cortiço.



Revista Ilustrada. Charge sobre o cortiço derrubado em 1893.

A intenção do prefeito sanitarista era extirpar dos olhos da sociedade essa visão degradante que eram os cortiços, erradicando-os definitivamente. Seu intento não foi adiante pois o Senado da República vetou seu mandato devido à insatisfação com as normas disciplinares implantadas pelo prefeito.

Como uma espécie de prêmio de consolação, Barata Ribeiro permitiu que os moradores desse cortiço (cerca de duas mil pessoas) construíssem seus barracos no morro da Favela (hoje morro da Providência), situado atrás do Ministério da Guerra, com as sobras das madeiras das habitações do cortiço Cara de Porco demolidas. O episódio de demolição desse cortiço foi o marco inaugural do “bota-abaixo”, modo como ficou conhecido o projeto urbano de Pereira Passos (1902 - 1906), que de forma ainda mais efetiva ordenou a destruição de outros tipos de habitação similares.

Em 1897, os soldados que retornaram da Guerra de Canudos conseguiram autorização do Exército para fixarem moradias no morro da Providência. A campanha militar ocorreu no sertão da Bahia, onde havia um morro coberto por uma planta chamada favella (*Jatropha phyllaconcha*). Logo, em alusão a essa localidade também íngreme e com a mesma vegetação, o morro passou a ser chamado de Morro da Favela. Na década de 1920, o termo “favela”²⁵ já era usado para designar habitações populares construídas em morros (GONÇALVES, 2013).

Contemporâneo a essa empreitada bélica, em 1890, a Companhia de Estrada de Ferro Sapucahy obteve a concessão do ministro Lourenço Cavalcante para a construção de uma malha ferroviária que ligaria a Baía de Botafogo a Angra dos Reis. Tal construção seria realizada no local onde hoje é o Vidigal e que a essa altura já havia sido vendido pelos herdeiros do Major Miguel Nunes Vidigal. No entanto, a Companhia de Melhoramentos da Lagoa contestou tal empreitada, alegando ser prejudicial a suas obras de saneamento nessa região. Sendo assim, o governo exigiu a mudança no projeto inicial. Desanimada diante da exigência, a empresa ferroviária Sapucahy abandonou as obras.

Charles Weeksteed Armstrog, já citado anteriormente, dono do Gymnasio Anglo-Brasileiro, vende o prédio ao Colégio Stella Maris, em 1937. No entanto, como a construção dessa instituição de ensino favoreceu a ocupação desse território, moradores do Vidigal, até por volta da década e 1980, chamavam a entrada do morro de “portão do Anglo”.

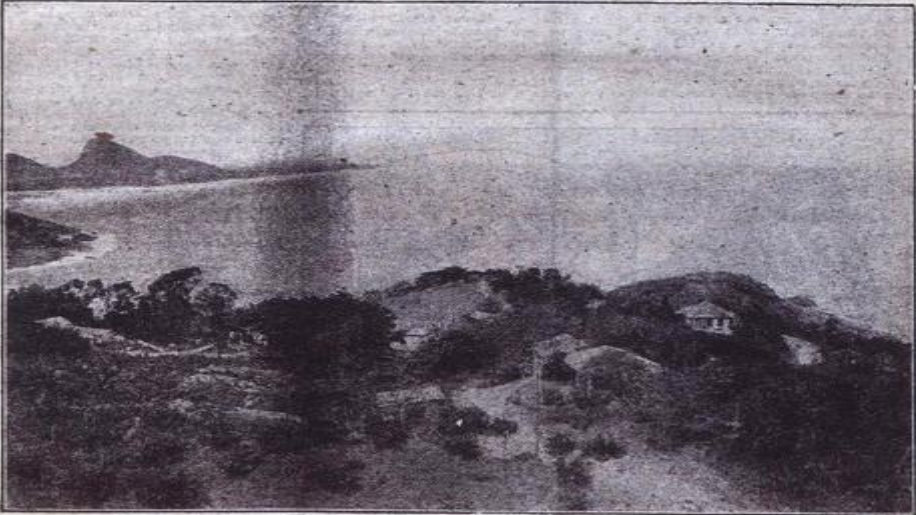
O portão do Anglo era exatamente onde é a entrada do Vidigal. A pracinha não existia. O que tinha era uma casa de um alemão e depois uma empresa de ônibus para os ônibus manobrem. Não sei como a prefeitura se apropriou de tudo ali e virou espaço público. (Manuel Nonato de Souza, colaborador da AMVV)

²⁵ Estudiosos que se debruçaram sobre o tema, como Abreu (1987) e Marins (2004), concordam que embora alguns barracões dispersos em morros já fizessem parte da paisagem carioca, foi a partir do Morro da Favela que esse tipo de habitação ganha certa notoriedade, ao menos como solução de moradia para a população pobre e miserável. Segundo Abreu (1987), periódicos de 1865 já citavam habitações populares no alto dos morros.

GYMNASIO ANGLO-BRASILEIRO
 Chacara e Praia do Vidigal - Leblon

CAIXA POSTAL 46 TEL. IPANEMA 789

Directores: -- Charles W. Armstrong e Stanley B. Allan



VISTA DO LOCAL ONDE FUNCIONA O GYMNASIO ANGLO-BRASILEIRO

**CURSOS PRIMARIO, SECUNDARIO,
 COMMERCIAL E DE PREPARATORIOS**

**Exercicios militares - Gymnastica sueca - Equita-
 ção - Natacão - Football - Tennis, etc.**

PROSPECTOS E TODAS AS INFORMACOES NA CASA ORASHLEY,
 RUA DO GUVIDOR 52 - RIO DE JANEIRO

Fonte: <https://spcity.com.br/serie-avenida-paulista-150-anos-do-colegio-sao-luis>

A partir do século XX, a zona sul é escolhida como moradia das classes sociais mais abastadas da cidade. Vale lembrar que no início do povoamento da cidade do Rio de Janeiro o que evidenciava o status social não era a localização da moradia. A população se concentrava na área central e o que marcava a diferenciação de classes era o padrão de construção das casas.

Devido a este crescimento imobiliário e urbano, houve necessidade de grande número de mão-de-obra que atuasse na construção civil e nos serviços domésticos que atendessem a esta elite. Embora, como afirma Abreu (1987), a zona sul tenha passado a ser frequentada desde o aterro do Mangue São Diogo, em 1854, sua ocupação só foi efetivada no século XX. Nas décadas de 1930 e 1940 foi a parte

da cidade que mais se desenvolveu²⁶. Isso motivou o surgimento de favelas na zona sul, pois os trabalhadores necessitavam viver próximo ao local de trabalho, uma vez que o transporte público era escasso e ineficiente.

Enquanto o povo sofria com a dificuldade de mobilidade urbana, as classes mais privilegiadas se divertiam com as corridas automobilísticas realizadas na avenida Niemeyer. No ano de 1933, o Automóvel Club do Brasil promoveu o 1º. Prêmio da Cidade do Rio de Janeiro. O trajeto iniciava na rua Marquês de São Vicente, seguia pela Bartolomeu Mitre, Visconde de Albuquerque e tinha seu maior desafio nas tortuosas curvas da avenida Niemeyer. Essa competição ficou conhecida como “corrida de baratinhas”, devido aos carros monopostos da época e ocorreu (com algumas interrupções) durante vinte e um anos.



Avenida Niemeyer, 1933.

Segundo dados oficiais, a ocupação do Vidigal deu-se a partir de 1940. Essa data é bastante questionável e não há nenhum dado histórico que possa justificá-la. Porém, como esse tipo de registro não é comum em favela (salvo poucas exceções,

²⁶ A Revolução de 30 impulsionou a migração de trabalhadores poucos qualificados atraídos pelo desenvolvimento da construção civil para a cidade. Houve também a migração do próprio estado do Rio de Janeiro, após a decadência da cultura cafeeira.

como o Morro da Providência que serve de mito de origem para o topônimo), lanço mão deste marco inicial apenas como contexto cronológico. Mesmo porque considero como fontes de pesquisa a fala dos meus pares e a minha própria vivência no Vidigal. Coerente a isso, discordo da data estipulada pelo governo do Estado e pela Prefeitura da cidade, pois conheço pessoas que possuem mais de 79 anos neste espaço.

A história da reflexão sobre a favela _ a sua história intelectual _ não deve ser confundida com a sua história propriamente dita, baseada em datas, eventos e conjunturas, marcadas, fundamentalmente, pelas diferentes ações/intervenções implementadas pelo poder público em distantes momentos político-administrativo. (VALLADARES, 2000 p. 6).

Todavia, considerando o marco de 1940, o Vidigal durante mais de uma década não havia sofrido nenhum tipo de intervenção do governo. Há quem afirme que sua ocupação ocorreu após a remoção de moradores que viviam do outro lado da Avenida Niemeyer, oriundos da colônia de pescadores da praia homônima. Outro motivador da constituição de sua população foi a desapropriação de favelas da zona sul _ tratarei com mais profundidade desse assunto na seção dedicada às tentativas de remoção dessa favela.

A década de 1940 é marcada pelo surgimento de várias favelas. Esse “boom” é justificado pela própria formação espacial da cidade do Rio de Janeiro. As companhias de bondes firmaram alianças com o capital externo, imobiliário e fundiário. Sendo assim, as concessionárias de transporte ao ampliarem as linhas de bondes, determinavam as áreas que seriam providas de transporte; logo, mais valorizadas. Além disso, impulsionava a construção civil necessária para a criação de túneis (Túnel Velho que liga Botafogo a Copacabana, por exemplo) e da própria malha viária. Maurício Abreu (1987, p. 44) denominou tal relação de “associação bonde-loteamento”. Maria Laís Pereira da Silva (1992) afirma que a concessão para abertura das linhas para Copacabana e Vila Isabel implicaram em obras que modificaram o espaço urbano:

A Cia. Do Jardim Botânico, por exemplo, executa o desmonte de parte da ladeira de Santo Antônio para alargamento da rua da Guarda Velha, sem falar nos túneis e em aterro (como vários na lagoa Rodrigo de Freitas) para construir estações; a Cia. De São Cristóvão prolonga e abre várias ruas, como condição para extensão de suas linhas; a Cia. De Vila Isabel faz o aterro do mangue de Praia Formosa e abre ruas no Cachambi e outros locais, e assim por diante. (SILVA, 1992, p. 43)

Voltando a falar do porquê do surgimento de favelas na zona sul dos anos 1940, devido a essa frenética transformação urbana, foi necessária a contratação de mão de obra para atuar na construção civil. Trabalhadores construíam suas moradias próximo aos canteiros de obras. Uma vez que a maior oferta de emprego era em bairros nobres, esse também era o endereço da classe proletária—porém, nos altos das encostas. O interventor do Distrito Federal Henrique Dodsworth (1937 - 1945) considerando as favelas um problema de saúde pública (tal qual pensava Pereira Passos em relação aos cortiços), remove algumas favelas para parques proletariados. Durante o que Mário Brum (2011) chamou de “Era das remoções” (1935 – 1975), mais de 175 mil pessoas foram removidas de suas favelas. O Vidigal permaneceu; porém, em outros momentos a permanência dos moradores foi ameaçada. Falaremos a respeito no capítulo destinado ao assunto

Atualmente, o Vidigal dispõe de duas escolas de nível fundamental (E. M. Djalma Maranhão e E. M. Alm. Tamandaré) e uma de nível médio (C. E. Alm. Tamandaré); duas creches municipais (Dr. Sobral Pinto e Afonso Perissé) e um posto de saúde (Rodolpho Perissé).

O comércio local conta com bares, biroskas, restaurantes, drogarias, três supermercados, mercadinhos, salões de beleza e lan houses. Devido aos eventos esportivos sediados no Rio de Janeiro (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2106) e à implementação da UPP (2011), 37 pousadas foram abertas para atender aos turistas interessados em conhecer o Vidigal. Esses e os moradores locomoviam-se\locomovem-se por meio de kombis e moto-taxis que fazem o trajeto do início da favela até seu topo.

Em 2015, estimava-se que o morro recebia três mil visitantes mensalmente²⁷. O Vidigal como “favela grife” e destino preferido de turistas interessados em “conhecer a realidade favelada” e da classe média alternativa, vinha sofrendo um processo de gentrificação. Obviamente o atual cenário de violência no Rio de Janeiro e o enfraquecimento da atuação da polícia militar nas favelas onde se implantaram Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) diminuíram a especulação imobiliária.

²⁷ Dados fornecidos pela AMVV, em 2015.

Até o primeiro semestre de 2018 os turistas continuavam frequentando as festas famosas promovidas no morro (que, por conta dos preços elevados, ditavam: “favela sim; favelado não!”), fazendo a trilha do Morro Dois Irmãos e se hospedando nas pousadas locais. Tal encantamento pela favela “cartão postal” vem se dissipando diante de constantes confrontos entre facções rivais pelo domínio do tráfico de drogas local e a atuação despreparada da polícia.

Aquela que era vista pelo “asfalto” como ex-favela voltou a motivar o medo e a repulsa. Negros favelados voltaram a morrer no Vidigal. Tiroteios voltaram a ser ouvidos do asfalto. A favela voltou a ser favela. O favelado voltou a ser visto como o “neguinho do morro”. As demandas sociais são da favela; a paisagem bonita é de toda a população da cidade. O asfalto continua subindo o morro, mas já o percebe como não tão diferente de outros espaços periféricos.

CAPÍTULO 2 – SE LIGA NA RESPOSTA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A ANÁLISE DA MEMÓRIA VIDIGALENSE

Na favela, quando queremos chamar atenção para um fato importante que requer atenção do interlocutor, dizemos “se liga na resposta” e em seguida mandamos o “papo reto”, sem meandres, direto. Não serei tão objetiva assim; afinal, texto acadêmico requer mais detalhamento nas informações.

Tratarei nesse capítulo de conceitos que serão considerados ao analisar o lugar e seus ocupantes. A intenção inicial dessa pesquisa era descrever a memória do Vidigal a partir das narrativas dos moradores locais, enfatizando os movimentos expulsatórios; entre eles, a gentrificação²⁸. Mas houve o dia 23 de julho de 2017. A memória social leva em conta a mutabilidade e a instabilidade próprias da dinâmica do convívio. Essas foram alteradas de tal forma que o trabalho que se pretendia aqui expor assumiu um novo contexto.

²⁸ Movimento caracterizado pela mudança sofrida em territórios periféricos e pobres que passam a ser ocupados por uma população com maior poder aquisitivo que elevam o custo de vida local, impossibilitando a permanência dos moradores originários.

É claro que mudanças na abordagem são previstas no decorrer de qualquer análise acadêmica. No entanto, o campus escolhido como objeto de observação possui particularidades alheias à ótica dominante. Afinal, não há definição que dê sustentação à abrangência de especificidades implicadas a esse território: a favela.

O intento inicial será tratado em linhas decorrentes do próximo capítulo. Previamente, é necessário descrever o motivo do incômodo anunciado acima. Após dias de chuva, o Rio de Janeiro acordou ensolarado. Domingo. Dia de lazer. Momento em que o morador de favela faz da rua a extensão de sua casa. No entanto, os moradores do Vidigal estavam impedidos de circular pelo morro. Os meios de transportes estavam com os serviços interrompidos. Um policial militar foi morto durante um confronto ocorrido na madrugada.



Foto: Parceiros do Vidigal: 23\07\2017.

O episódio ocorrido no dia 23 de julho de 2017 evidenciou para toda a sociedade (em rede nacional) que a favela que tinha como epígrafe “a UPP que deu certo” não sustenta mais essa falácia. A partir de tal fato, um novo cenário de disputa territorial pelo domínio do tráfico de drogas ou restabelecimento de grupos antigos passou a ser escrito. Devido a isso, faz-se necessário reconsiderar um dos períodos eleitos como objeto de análise da trajetória do Vidigal. Isso porque o movimento

expulsatório provocado pela gentrificação foi interrompido pela violência vivenciada na favela. Ocorre que esse mesmo cenário pode favorecer o retorno de um outro movimento expulsatório que estava enfraquecido: aquele motivado pela disputa pelo domínio do comércio varejista de drogas ilícitas.

Acredito no conhecimento sobre o passado como ferramenta para os embates do presente. Dito isso, tal perspectiva de abordagem confia na ativação dos processos de transformação social e produção do futuro diante das disputas de poder vivenciadas no passado e no presente.

Essa proposta de interlocução assume um entrelaçamento de subjetividades e perspectivas de análises que não foram ignoradas no decorrer da pesquisa. Uma afetação ocorreu. Na mesma semana em que um helicóptero com turistas foi atingido por balas²⁹, um policial é morto em conflito no Vidigal³⁰. No dia 24 de julho de 2017, o morro amanheceu tenso e incerto³¹. A morte de um policial durante ação em favela provoca uma retaliação violenta como resposta, uma espécie de “vingança”. Quem é morador de favela sabe disso.

Mensagens de amigos preocupados com as notícias vinculadas pelos jornais e, principalmente, nas redes sociais traziam constantemente a seguinte pergunta: “As coisas já normalizaram?”. Afinal, qual é o normal em uma favela? A normalidade é o tiroteio promovido por grupos rivais (inclui-se aí a força policial) ou a “pacificação” imposta pela política de segurança do Estado? Tais indagações motivaram a adoção da favela, em particular o Vidigal, como um espaço de singularidades não observadas em outros territórios ditos formais.

Ainda assim, o Vidigal foi analisado como parte integrante da cidade. Afinal, só se tenta excluir, negar, aquilo que previamente existe. A fim de não engessar a visão sobre o lugar, criando um novo conceito, não optei em defini-lo. Seria só mais uma nomenclatura eufemística ou romantizada de um lugar que nunca deixou de ser favela. Já os indivíduos que ocupam esse território foram classificados em três grupos

²⁹ Ver: https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-07-21/helicoptero-que-fez-pouso-forcado-pode-ter-sido-atingido-por-tiro-do-vidigal.html

³⁰ Ver: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mais-um-policial-militar-e-morto-no-rio.ghtml>

³¹ Ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/morro-do-vidigal-ate-entao-considerado-tranquilo-entra-no-mapa-da-violencia>

distintos e interligados: cria de favela, meia hora de morro e vidigalizado. Conceitos que serão tratados neste capítulo.

2.1 – O Vidigal e suas definições

A “higienização social” pela qual o Vidigal vinha passando foi impulsionada pela política de segurança do Estado praticada nessa favela: a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora, em 2011. O proclamado fim da cidade partida³², a localização geográfica acessível aos abastados e a paisagem deslumbrante entusiasmaram a presença de indivíduos oriundos da classe média e estrangeiros no Vidigal.

É claro que a violência é um fenômeno que atinge todos os CEPs. Porém, a percepção que a sociedade tem em relação a esse espaço periférico e os modos de sociabilidade e regras de conduta de seus habitantes possuem particularidades passíveis de análises.

A favela sempre participou da dinâmica social da cidade. As desigualdades impostas pelo capitalismo e a necessidade de garantir a subsistência, inclusive, foram motivadores para a formação de várias delas. Afinal, o trabalhador necessita estar próximo aos locais que garantam a sua empregabilidade, às ofertas de trabalho. Logo, a favela inserida no solo urbano incomoda como lócus da pobreza, mas garante os serviços exigidos pela mesma classe que não reconhece monetariamente essa mão-de-obra, desconhece sua humanidade e estratégias de resistência.

A experiência desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas de organização para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas políticas, sociais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e legitimidade dessas produções. (RIBEIRO, 2017, p. 65)

Não há como falar de favela sem falar de racismo. A população negra há mais de meio milênio tem seu lugar _ com a sorte de toda a polissemia do termo _

³² Expressão difundida no livro homônimo de Zuenir Ventura.

negado. Desde seu surgimento, a favela é um território de população majoritariamente negra. Logo, o racismo estrutural praticado por nossa sociedade rotula os moradores de favelas, ou seja, os negros, como vadios e sujeitos perigosos. São justamente esses atributos marginalizantes que contribuem para o desejo constante de apartar os favelados, empurrando-os para zonas periféricas. Do mesmo modo, a visão da favela como moradia de bandidos e traficantes justifica a ação violenta da polícia em suas incursões nesses territórios. Nessas ocasiões, todo jovem negro é um “indivíduo suspeito”.

Aléga-se que a abolição do regimen escravocrata introduzirá na sociedade uma massa de homens que, estando acostumados à escravidão, recuzarão trabalhar desde que fôrem livres e passarão a engrossar o número dos vagabundos. (...) Para conjurar esses males planeja-se então um regulamento que classifique a vagabundagem, ou antes a dezocupação, como um delito que ficará sob a alçada da autoridade civil. Por outro lado, o mesmo regulamento traçará régras de locação de serviços, dando garantias aos patrões contra a inconstância dos proletários (SIC). (SANTOS, 2004, p. 160).

Falarei agora de algumas das definições e visões acerca da favela desde seu surgimento. Assim, será possível perceber posicionamentos que marginalizam esse território e sua população e o quanto isso ainda persiste atualmente. Após esse breve panorama, tratarei especificamente do Vidigal.

Alguns autores aproximam o conceito de favela ao de quilombo³³. Seja pela predominância da população negra, seja porque muitos quilombos se localizavam em morros (assim como a maioria das favelas cariocas hoje se localizam), seja porque ambos topônimos representam a resistência da população excluída contra a classe opressora, tais territórios apresentam similaridades. Relacionar ambos como espaços de resistência, prática vivenciada nos quilombos e mantida nas favelas, é reconhecer que há uma disputa marcada pelo racismo. Há o poder hegemônico - branco, elitista - que deseja expurgar a população negra favelada - que “insiste” em usufruir do direito cidadão à vida e à propriedade.

O quilombo existe desde quando negros importados (eram mercadorias) da África começaram a ser utilizados nas lavouras e logo passou a representar para o Estado e, sobretudo, para os grupos dominantes uma ameaça à ordem estabelecida. Do ponto de vista quilombolas, significava tão somente a possibilidade de resistência ao senhorio e ao próprio Estado Colonial. (CAMPOS, 2006, pg. 24)

³³ Duane Brasil Costa e Uly Castro de Azevedo, no artigo “Das Senzalas às Favelas: por onde vive a população negra brasileira”, fazem uma aproximação entre senzala e cortiço.

Adrelino Campos, geógrafo negro, fundador do grupo de pesquisa “Sociedade, Espaço e Etnia” (UERJ), em sua tese de doutorado “Planejamento urbano e a invisibilidade dos afrodescendentes: Discriminação étnico-racial, intervenção estatal segregação socioespacial no Rio de Janeiro” (2006), trabalha com o conceito de heteronomia para analisar a segregação socioespacial dos afrodescendentes a partir da produção de invisibilidade causadas pelas desvantagens sociais impostas a essa parcela significativa da sociedade. Segundo o autor, as heteronomias seriam resultantes das representações sociais heterogêneas que distorcem a imagem do “outro” e, ao assim fazer, geram hierarquias valorativas entre identidades. Nesse contexto, o negro estaria em uma posição subalterna perante o modelo hegemônico branco.

Ainda segundo Adrelino Campos, foi no século XX que a favela passou a representar para república o mesmo que os quilombos representavam para o império: território de classe perigosa que necessitava de repressão. Não podemos desconsiderar que tanto o quilombo como a favela são espaços ocupados por uma maioria negra. Logo, a questão da favela não passa apenas pelo viés da pobreza, mas, principalmente, pela desigualdade imposta pelo racismo. O “mito da democracia racial” ou o “racismo cordial” propiciam a “situação infantil”, ou seja, a posição de passividade a que são levados esses indivíduos em desvantagem social. Dessa forma, cria-se o estigma e a desorganização é vista como algo inerente às classes subalternas. Por isso, as questões referentes a essas desvantagens não entram na agenda pública, não são politizadas. Até mesmo estudos sobre a favela muitas vezes não consideram a questão racial ao tratar desse tema.

(...) nos Estados Unidos o tema racial sempre teve um lugar mais central no âmbito do debate público e, por isso, conta com mais legitimidade na esfera acadêmica. No Brasil tudo se passa como se a magnitude dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país jogasse para um futuro indefinido a discussão do racismo, um problema aparentemente menor, quase resolvido (...) pela Constituição no seu artigo 50, parágrafo XLII48. Sendo assim, continuam a aparecer interessantes relatórios de pesquisa de campo em favelas que sequer mencionam a composição racial das mesmas, nem questionam por que há tantos negros e mestiços favelados. Por sua vez, cientistas políticos [entre outros intelectuais] continuam publicando ensaios lúcidos sobre transição democrática e elaborando agendas para a construção da cidadania sem gastar uma palavra sobre racismo e desigualdades raciais. (HASENBALG, 1992, p. 9-10. In: CAMPOS, 2006, p. 75).

Janice Perlman (1977), autora da famosa obra “O Mito da Marginalidade” (1997), diz destacadamente em uma passagem do seu livro:

Eu sustento que os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não são social ou culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado. (p. 235).

Pois bem, a mesma autora que critica o sistema social fechado que estigmatiza e exclui os moradores de favela, desconhece a posição de uma outra autora: Carolina Maria de Jesus. Um trecho do livro “Quarto de Despejo” (1960) é reproduzido na obra de Perlman sem que seja feita referência alguma à Carolina de Jesus ou ao seu importante trabalho. O livro que esgotou as 10.000 cópias na semana do lançamento, vendido para 40 países (em apenas cinco anos) e traduzido para 14 idiomas, foi mencionado por Perlman através unicamente de seu subtítulo “o diário de uma favelada”. A obra da norte-americana data de 1977 (ano da morte de Carolina Maria de Jesus), ou seja, dezessete anos após o lançamento de Quarto de Despejo. Nessa época, o relato de uma negra favelada já era bastante conhecido pela crítica literária e entre intelectuais. No entanto, a Carolina e sua obra foram invisibilizadas.

Há um consenso entre os estudos sobre favela de que essa teria sido originária dos cortiços do centro da cidade (em particular, o Cabeça de Porco). Além da gênese, ambos territórios possuem outra relação: o estigma social. Tais espaços configuram como antros da população marginal guetificada. Assim como no romance naturalista de Aluísio de Azevedo, “O Cortiço”, as favelas foram pensadas a partir da ciência positivista, que desejava entender esse “miasma” a fim de propor soluções. Os detentores da ótica determinista acreditavam no meio como determinante do indivíduo. Assim, segundo essa visão, eliminar esses locus da desordem era evitar a proliferação de marginais.

O prefeito “Bota-Abaixo” remove mascates e meirinhos, cesteiros, tanoeiros, tropeiros e garrafeiros, remove barbeiros, tamanqueiros, peixeiros, trapicheiros e vassoueiros, mequetrefes, almocreves e magarefes, remove pretos do Benim e caboclos de Angola, crioulos do Daomé, Nigéria, Sudão e Congo, remove negos mina, fon e malês, bantos, nagôs e cambinda – Zés, Joões e Marias –, remove babalaôs e ialorixás, abarés, iaôs e abiãs, mandingueiras Nagô, rezadeiras Banto, benzedadeiras ioruba e parteiras ibô, filhos de Oxalá, pai de todos, de Xangô, guerreiro da flecha e do machado, e de Oxum, sua esposa, a que tudo sabe e tudo vê, remove filhos de lemanjá, rainha das águas, e de Iansã, senhora dos ventos, remove filhos de Oxóssi, rei das matas, de Ogum-Delê, senhor da guerra e de Exu-Bará, dono do fogo, remove ex-mucamas, ex-escravos e exguerreiros, (...) remove esses mestiços, esses mulatos e esses cafuzos, esses pardos e esses pobres,

esses aqui, esses aí e esses ali, esses uns e esses isso, essa malta, essa multidão desvalida, essa arraia miúda, essa gente sem rosto, sem posto, sem nome nem sobrenome – sem eira nem beira – e que já vinha, desde 1897, transformando o morro da Providência numa favela de miseráveis, humilhados e deserdados, cujos frutos, amargos e violentos, amadurecem hoje³⁴ (TEIXEIRA, 2001, p. 24).

Desde seu surgimento, a favela é definida de forma negativa e como se não fizesse parte da cidade. Os homens das letras e da ciência a conceituaram como “lepra da esthetica”³⁵, “habitação anti-higiênica”³⁶, “sertão da cidade e locus do mal”, “outra cidade”, “terra sem lei”, “livres acampamentos da miséria”, “cidade-satélite avessa a toda e qualquer regra de hygiene”³⁷; “infestação avassaladora”, “cancros sociais”, “parte do patrimônio nacional que mantemos em custódia para a humanidade”, “cheias de contraventores e criminosos” (PERLMAN, 1977, p. 125) .

Oficialmente, o decreto de 1937, em seu artigo 349, define a favela como “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados” (VALLARES, 2005, p. 52). O censo de 1950 assim definiu esse território:

proporções mínimas (agrupamentos com mais de 50 unidades), tipo de habitação (predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico), condição jurídica da ocupação (sem licenciamento ou fiscalização e em terreno de terceiros), melhoramentos públicos (ausência de rede sanitária, água encanada, luz e telefone) e, por fim, urbanização (sem arruamento, numeração ou emplacamento). (ROCHA, 2010, p. 4)³⁸

A definição do IBGE para favela data de 1950 e permanece até hoje. Segundo esse órgão federal, esse território é um “aglomerado subnormal”, ou seja:

É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)³⁹.

Devido à tamanha dificuldade em elaborar critérios objetivos que definam a favela, alguns estudiosos como Janice Perlman (1981) e Leeds e Leeds (1978)

³⁴ Parágrafo livremente inspirado no livro Viva o povo brasileiro, de João Ubaldo Ribeiro, publicado pelas Edições Casa de Rui Barbosa em 2001, na coleção Papéis Avulsos, n. 38

³⁵ PIMENTA, 1926. In: VALLADARES, 2005, p. 36.

³⁶ BACKHEUSER, 1906, In: VALLADARES, 2005, p. 39.

³⁷ AGACHE, 1930. In: VALLADARES, 2005, p. 47).

³⁸ In: As favelas do Distrito Federal e o Censo de 1950 Alberto Campos Guimarães, p. 259.

³⁹ <https://ww2.ibge.gov.br/>

acreditam que a característica que abarca todas as favelas é o não reconhecimento de propriedade pelo estatuto jurídico da terra. Ainda que o favelado tenha título de posse de sua moradia, não é dono do solo onde ela está localizada.

Daniella Guedes Rocha (2010) em seu artigo intitulado “Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca”, parte do conceito de enquadramento para analisar as subjetividades criadas pelos meios de comunicação ao noticiarem a favela. Considerando que os meios de comunicação são formadores de opinião, os enquadramentos listados por Rocha são representações das visões sobre a favela a partir da ótica do não-favelado.

Tabela 1

Categorias de enquadramento estabelecidas

Enquadramento dicotômico: aquele que contrapõe a favela à cidade;	Enquadramento da favela como espaço do trabalhador: retrata os moradores destes espaços como trabalhadores;
Enquadramento higienista: a favela vista como o local da imundície;	Enquadramento da favela como ameaça ao meio ambiente;
Enquadramento paternalista: retrata a favela como a única opção de moradia do pobre, que deve ser ajudado a sair daquela situação;	Enquadramento da favela como espaço da pobreza: vista como espaço do pobre por excelência;
Enquadramento da favela como o espaço do “não”: o espaço da carência, da ausência de serviços públicos;	Enquadramento da favela como o espaço da criminalidade: o lugar onde o crime faz parte do cotidiano. Neste caso, os moradores da favela podem ser vistos como criminosos em

	potencial/cúmplices de bandidos ou como vítimas desta criminalidade.
Enquadramento da favela como o espaço da cultura popular;	

Fonte: ROCHA, 2010, p. 4 p. 6

Já o observatório das favelas assim define esse território como:

“Moradias singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano, estando, portanto, integrado a este, sendo, todavia, tipos de ocupação que não seguem aqueles padrões hegemônicos que o Estado e o mercado definem como sendo modelo de ocupação e uso do solo nas cidades”

O binômio asfalto X favela traça uma marcação hierárquica que Silva e Barbosa (2013) chamam de “mesmo hegemônico” e “o outro subalterno”. Acredito que devido a essa dicotomia, a favela é vista de forma determinista pelas ausências que a violenta (falta de infraestrutura, saneamento básico, segurança, saúde, educação, moradias precárias, subempregos). As ações comunitárias de construção e desenvolvimento do espaço, as potências cultural e criativa da população favelada acabam por ser ocultadas.

Jailson de Sousa e Luiz Barbosa (2013) criticam as leituras das favelas em si nos estudos sociais sobre esse território. Propõe a compreensão das favelas para si na cidade. Marielle Franco (2014) analisa o Rio de Janeiro a partir de duas terminologias díspares: “projeto de cidade de direitos” versus “cidade mercadoria” (p. 15). Essa última seria aquela preocupada com os lucros e com a manutenção de privilégios da classe mais abastada, negligenciando os menos favorecidos, expelindo-os dos espaços mais valorizados. Enquanto a anterior idealiza uma cidade em que todos os indivíduos compartilhem o direito cidadão a ela.

Ao lado desses últimos posicionamentos pertencentes a estudiosos originários de favelas, expostos no parágrafo imediatamente acima, há a negação desse território através da adoção do substituto: “comunidade”. É como se o uso desse eufemismo fosse capaz de ressignificar o conceito e o espaço da favela, eliminando o

estigma. Porém, ainda que se considere o termo como capaz de impor maior dignidade ao local, na prática ele não modifica a realidade.

O termo comunidade como substituto de favela surgiu na década de 1960, a partir de um documento da Fundação Leão XIII em que dizia: “A favela deve ser encarada como uma comunidade e sua recuperação como um problema global” (FL XIII, 1962, p. 18)⁴⁰. Essa nomenclatura foi utilizada em 1961 pelo Departamento de Assuntos Sociais da ONU, através de um estudo que pretendia implementar os métodos usados para o desenvolvimento de comunidades rurais em favelas. Instituições que atuavam nesses territórios o incorporaram e aos poucos os próprios favelados o assumiram como o termo preferido por alguns.

A nomenclatura adotada nessa pesquisa é favela. Não pretendo analisar a favela como um locus apartado da cidade. Tal postura acaba por inibir políticas públicas que reconheçam a responsabilidade do Estado nesses territórios, aumenta o paternalismo assistencialista e os estigmas que os acompanha. Reconheço as singularidades desse território, mas o entendo como parte integrante da cidade e como tal deve ser reconhecida por toda a sociedade _ sem eufemismos.

A favela no curso de sua trajetória foi vista de maneiras diferentes. As categorizações partem de aspectos heterogêneos, mas não são livres de enquadramentos. Podemos considerar que a visão externa acerca da favela (não necessariamente do favelado) sofreu transmutações periódicas, ao ponto que passou de paisagem indesejável, logradouro de marginais, destino turístico e, novamente, local perigoso _ no que se refere ao Vidigal.

A coluna de Anselmo Gois de 17\04\2017, intitulada “A UPP que deu certo”⁴¹, mostra que o Vidigal, mesmo diante da crise econômica do país e da já percebida ineficiência da política de segurança implantada, continuava a atrair visitantes:

A crise passa longe do turístico Morro do Vidigal, na Zona Sul do Rio. Nem a cobrança de R\$ 50 pela entrada impediu que uma fila — de mais de uma hora — se formasse, veja só, no Bar da Laje, no alto da comunidade carioca, sábado passado.

⁴⁰ In: ALMEIDA, 2016, p. 350.

⁴¹ Ver: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/uma-upp-que-deu-certo.html>

Além dos quitutes e da vista, teve roda de samba por lá. (O GLOBO, 17\04\17))

A capacidade de justapor em um mesmo espaço posicionamentos incompatíveis precisam ser considerados na análise da favela. Pois bem, embora a favela receba a cunha de moradia da criminalidade, a sua população é composta majoritariamente por trabalhadores. É o espaço da contradição. No caso do Vidigal, configura-se também como endereço de um grupo menos abastado que convive com uma classe média mais ou menos estabelecida, visitantes e moradores recentes oriundos de outros grupos socioeconômicos e de diversos países.

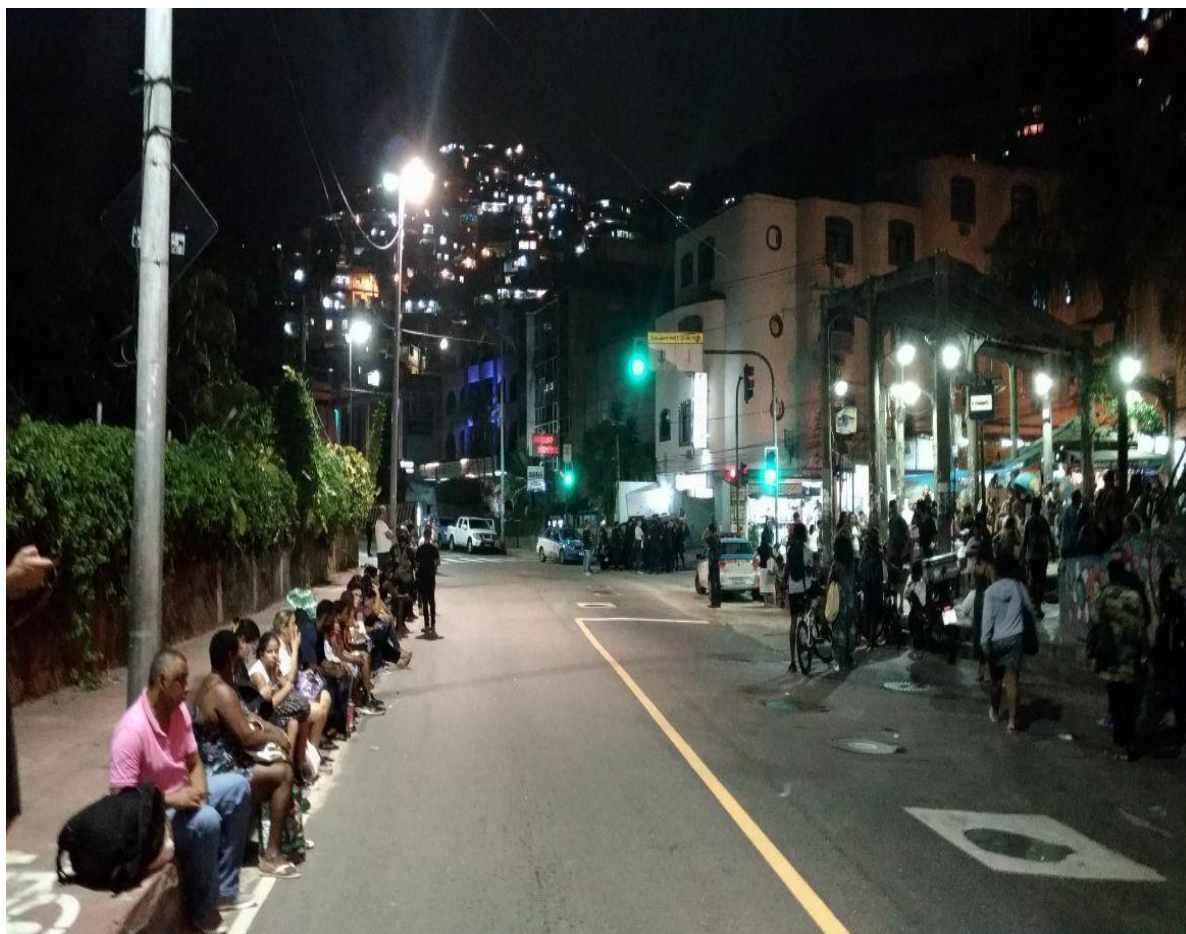
Esses, muitas vezes se interessam pelo morro apenas como uma espécie de mirante para o asfalto. Há também aqueles que desejam “vivenciar a realidade da favela”, mas elegem os lugares da moda e as festas caras para tal experiência. Eles querem a favela; não os favelados. Logo, esse território é a junção de lugares estranhos a si mesmos.

Durante muito tempo a favela foi uma espécie de poluição visual, uma mancha no cenário. Enquanto a UPP funcionava, razoavelmente, de acordo com os propósitos a que se propunha, houve um aparente fim da dicotomia favela X asfalto, que nutria a cidade partida, resultando no processo de gentrificação pelo qual o Vidigal vinha passando.

Fenômeno esse interrompido devido à retomada da disputa pelo domínio do tráfico de drogas. O fato é que as favelas *uppesadas* não conseguiram eliminar o comércio de entorpecentes. Houve sim uma diminuição da exposição de armamentos por traficantes. Meu filho, nascido dias antes da ocupação militar, até seus cinco anos de vida nunca tinha visto um “bandido” armado (embora já tivesse escutado tiros); no entanto, acostumou-se com os fuzis e metralhadores ostentados pelos policiais que deveriam garantir um sentimento de paz no morro.

O ano de 2017 já iniciou com uma mulher atingida após um confronto entre traficantes. Em julho, ocorre o episódio aqui descrito inicialmente. Duas semanas depois, um homem é baleado na cabeça depois de trocar tiros com policiais militares. O primeiro mês de 2018 mantém o cenário de disputa territorial, um ônibus é incendiado na Avenida Niemeyer, uma das principais vias de acesso à zona sul. No mês seguinte, um jovem inserido no tráfico é assassinado. Em abril a invasão de traficantes pertencentes à facção denominada ADA, Amigos do Amigos, no morro

ocupado por membros do Comando Vermelho, promove a lembrança do que é viver em uma área vulnerável. Um intenso tiroteio interrompe o abastecimento elétrico e o transporte comunitário e motiva o fechamento do comércio. Vários moradores são impedidos de voltar para casa. A avenida Niemeyer tem o tráfego interdito. Estava evidenciado que a UPP havia falido. O morro que já havia sido chamado de “ex-favela” exhibe para toda a sociedade que as mazelas próprias de territórios excluídos ainda nos atingem.



Av. Niemeyer interdita. Foto: Parceiros do Vidigal, 06\04\1018.

Em julho de 2018, um morador recém inserido no tráfico é morto em confronto, gerando uma grande comoção no morro. Já em agosto, um intenso tiroteio entre policiais e traficantes, fere um policial, assusta moradores e provoca, novamente, o fechamento da avenida que liga São Conrado ao Leblon. Como se diz na favela: “acabou o amor”. A disputa territorial por grupos armados havia voltado.

Durante uma incursão policial no morro, em abril de 2019, o gari comunitário Willian Mendonça, o Nera, foi morto por policiais da UPP/Vidigal. Esse

assassinato gerou grande comoção entre os moradores. Após uma manifestação realizada na praça da entrada da favela e brutalmente reprimida pelo CHOQUE, elaborou-se uma estratégia de ação que comunicasse com o restante da cidade. Instituições de favelas e movimentos sociais organizaram o ato Parem de Nos Matar, realizado no dia 26 de maio, na orla de Ipanema. Foi uma mobilização coletiva que exigia o direito à vida, ameaçada pela política de segurança do governador Wilson Witzel, que só no primeiro trimestre foi responsável pela morte de 434 pessoas⁴², a maioria negra. Orgulho-me de ter sido uma das mentoras desse ato que hoje se transformou em fórum e conta com a adesão de vários movimentos sociais, lideranças de favelas e defensores dos direitos humanos. Afinal, estamos vivenciando a necropolítica.

O conceito definido por Achille Mbembe (2019) pauta-se na racialização da condição subalterna, uma vez que defende a questão da raça atrelada indissociavelmente da econômica. Nesse sentido, o neoliberalismo produziria seus matáveis. A necropolítica funciona como uma escravização moderna, a sobrevivência da dinâmica colonial, o controle sobre indivíduos através das tecnologias de aniquilamento de potencialidades. Sendo a necropolítica seletiva, elege quem pode viver e quem deve morrer. É a continuação das práticas policiais utilizadas pelo Major Vidigal. Permanece em curso o exercício soberano de poder: matar e deixar viver. A militarização da vida cotidiana, além de matar os corpos favelados, impossibilita o pleno desenvolvimento daqueles que sobrevivem à morte física. Devido aos tiroteios constantes, serviços públicos e assistenciais (postos médicos, creches, escolas e projetos sociais) são impedidos de atender à população.

Os rótulos classificatórios da favela e de sua população inibiam o convívio entre classes distintas nesse espaço. Hoje o trânsito de indivíduos provenientes de outros grupos sociais é comum no Vidigal. Porém, não há uma inclusão total. Os estrangeiros ao espaço nem sempre são recebidos como iguais _ ainda que desenvolvam a topofilia com o morro.

Não há uma única forma de analisar a favela, não se trata de um conceito globalizante, totalizador. Mas, devido às especificidades próprias do território

⁴² Segundo o Instituto de Segurança Pública, no primeiro semestre de 2019, o número de indivíduos assassinados pela polícia chegou ao assombroso número de 881 mortos.

estudado, busquei expor a complexidade de sua análise a partir de autores distintos e pontos destoantes e singulares.

A partir do meu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), cria e pesquisadora do Vidigal, percebo que a definição desse lugar, por um tempo recente, foi a de posicionamentos distintos e relacionados. Eu atualizaria a definição com a junção de dois jargões da favela (um é até refrão de um funk) que podem ser utilizados como referências de espaços de coesão e de exclusão, respectivamente, imbricados: “junto e misturado” e “cada um no seu quadrado”.

2.2 – Cria de favela\ Vidigalizado \ Meia hora de morro: a disputa pelo território

A presente pesquisa assume um posicionamento ético e político que privilegia a visão dos moradores locais, as memórias subterrâneas, como denomina Pollak. Sendo assim, a atual fragilidade da UPP aciona uma reflexão: as disputas territoriais no Vidigal são confrontos de poder, de narrativas e de singularidades. Além disso, embora a insegurança instaurada por tal cenário modifique a abordagem do trabalho que aqui é descrito, evidencia a sua necessidade: a difusão de nossas memórias a partir do nosso olhar, ou seja, “nós por nós”.

Porém, não se trata da defesa de um conhecimento superior ou a manutenção de uma identidade a partir da memória. Le Goff afirma que: “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não servidão do homem” (LE GOFF, 1990, p. 471). O que se deseja é oportunizar uma memória silenciada, expor a história local através de narrativas dos moradores. Deseja-se romper com o privilégio da fala dominante que exclui da história as vozes marginalizadas. A possibilidade de uma narrativa baseada na experiência, como defende Benjamin.

Sendo assim, é preciso identificar quem é o narrador privilegiado das memórias que aqui desfilam: *os crias de favela*. Como as alteridades compõem as relações estabelecidas em espaços coletivos, descreverei também outros dois grupos de indivíduos que atuam, diretamente ou indiretamente, no Vidigal.

São eles: *meia hora de morro e vidigalizado*. Esses não são conceitos que buscam engessar categorias. A intenção de descrevê-los parte da necessidade de

analisar as relações estabelecidas entre antigos e novos moradores nesse espaço e como a memória identitária é negociada. Isso porque tal convívio animou certa afirmação de pertencimento e, ao mesmo tempo, o abandono do local de origem. Tal aspecto será aprofundado no capítulo destinado aos movimentos expulsatórios. Por ora, o interesse é discutir esses três grupos de indivíduos.

No Vidigal convivem categorias que se assemelham aos “estabelecidos” e “outsiders” descritos na obra de Nobeit Elias (2010). Ao falar da cidade fictícia de Wilson Parva, o autor discorre a respeito das normas de socialização e relações de poder estabelecidas nessa pequena comunidade da Inglaterra. A dissertação aqui exposta tratará de estratégias de resistências elaboradas pela população local para a manutenção do pertencimento _ tanto identitário quanto territorial. A identidade afirmada através da figura do “*cria*” não se dá por temor da perda ou por sofrer ameaça. Há o orgulho e o desejo de afirmar o pertencimento identitário. Segundo Jô Gondar:

Produzir identidade e mantê-la não é fácil tarefa. Trata-se de um esforço constante, exigindo que se “esqueça” – que se exclua, segregue ou recalque – tudo aquilo que se mostra em desacordo com a imagem que se tenta preservar (GONDAR, 2016, p. 38).

A categoria próxima do que Elias denominou estabelecidos _ composta por moradores com mais tempo na localidade, por isso tidos como “normais” o que facultava a exclusão e estigmatização dos ocupantes tardios _ aqui é definida como “*cria de favela*”. É preciso ressaltar que o termo “*cria*”⁴³ não é exclusivo do Vidigal e nem foi por mim elaborado. Ele é comumente usado em territórios periféricos (assim como em outras localidades não periféricas) a fim de nomear aquele indivíduo que nasce e \ou viveu desde a infância nesses lugares. Aquele sujeito que compartilha com os seus pares a memória, a trajetória local.

Dodebei (2008) afirma que “o patrimônio existe como valor necessário à produção de subjetividades e à garantia da diversidade, ao mesmo tempo em que é uma possibilidade de resistência à globalização cultural” (p. 12). É preciso ressaltar que ao eleger uma categoria como detentora da memória do Vidigal, não estou defendendo um purismo identitário. Até porque a mundialização inibe

⁴³ No primeiro semestre de 2018, houve um movimento no Facebook de afirmação dessa identidade. Indivíduos de vários espaços periféricos postavam “Diz que é *cria* (nome do lugar de origem), mas nunca... (completava-se com algum traço identitário e\ou mnemônico)”.

homogeneidades. Apontarei para modos de socialização que se reajustam devido à interação espacial entre grupos sociais distintos.

Iniciando essa caracterização, o *cria* é o indivíduo originário. É aquele que tem a identidade forjada na experiência do pertencimento ao local. Essa identidade é formada pelo sentimento compartilhado de origem. É o constituir-se e constituir o lugar, quase que simbioticamente. Os códigos de conduta, as regras e vivências compartilhadas são construídas pela trajetória e afirmadas na prática cotidiana.

Os primeiros moradores do Vidigal não são os *crias*; pertencem à categoria dos fundadores, popularmente chamados de “raiz”. No caso do Vidigal, além de cariocas expulsos de diversas favelas, pescadores da colônia extinta localizada na Prainha do Vidigal, mineiros e nordestinos, havia estrangeiros: portugueses e espanhóis⁴⁴. Os filhos desses e de outros que aqui se instalaram e seus descendentes são os *crias* da favela. Logo, essa categoria tem uma certa rigidez. Nem as relações pessoais, nem a topofilia é capaz de alterá-la. Muito embora, a configuração dos primeiros *crias* do Vidigal tenha se dado pela junção de moradores ocupantes da parte legalizada do território com os da parte favelada.

“Sou brasileiríssima! Nasci na Gávea. Não sei por que todo mundo acha que sou portuguesa. Meu era português. Aqui tinha muitos espanhóis e portugueses. Os portugueses não eram só da minha família não. Ali onde tem uma espécie de oficina, no começo da subida, tem um prédio, ali morava o Dinis. Antes da gente já tinha o Dinis; ele também é português”. (Maria Rosa de Carvalho Matos, comerciante, 82 anos)

“Quem vendeu a área de lá⁴⁵ foi o Miranda Jordão, ele era um latifundiário que tinha um escritório na Praça Mauá. Tinham também espanhóis, umas quatro famílias. Eles moravam tudo na parte nobre. No Vidigal para quem não sabe existia duas associações. A Vila do Vidigal, que era favela e hoje não é mais favela porque teve o favela-bairro. Existia Jardim Vidigal dos proprietários do lado de lá, se achavam superior, lado nobre do Vidigal. Mas, só que nós daqui éramos mais fortes. A

⁴⁴ Como vimos no capítulo “Os donos do morro”, o segundo morador dessas terras era um inglês: o professor Charles Armstrong.

⁴⁵ Refere-se à parte legalizada do Vidigal.

associação era mais forte, tanto é que o Papa veio aqui. Depois, a associação de lá foi enfraquecendo. E o lado de cá foi crescendo. Até o pessoal dos prédio se associou e apoiava nossa luta”. (SIC. Manuel Nonato de Souza, colaborador da AMVV)

A divisão socioeconômica entre moradores do Vidigal é algo comum em todo o seu processo histórico. Afinal, essa localidade é constituída por proprietários legalizados e ocupantes do território ocioso. Os primeiros, durante muito tempo, subjugarão aqueles desprivilegiados economicamente. A fim de representar institucionalmente os anseios de cada grupo, havia dois órgãos coexistindo: Associação de Amigos do Vidigal e Associação de Moradores da Vila do Vidigal. Os objetivos por muitas vezes eram divergentes e conflitantes.

Os moradores que tinham a propriedade legalizada não se identificavam como moradores de favela, mas de um território, infelizmente, marginalizado. Havia um preconceito intergrupar que motivava a estigmatização social. No entanto, segundo Elias, o normal e o estigmatizado não são exatamente pessoas, mas perspectivas situacionais. Um mesmo indivíduo a depender do contexto proporcionado pelo contato social pode ocupar um ou outro papel.

Atualmente, os dois grupos anteriormente constituintes do Vidigal fundiram-se em um: o “cria”. Esse grupo desenvolve estratégias subjetivas e padrões de conduta que o distingue dos novos moradores: os definidos como “meia hora de morro” e comungam de modos de sociabilidades com os “vidigalizados”.

Essa última categoria não têm o pertencimento de origem. Os “vidigalizados” vivem e atuam no Vidigal desde antes da pacificação. Há também aqueles que pertencem a mesma classe social dos *crias* da favela e que vieram para o Vidigal com o objetivo de fixar moradia, após o enfraquecimento da dita “pacificação”, ou seja, quando o morro voltou a configurar como lugar violento e o aluguel dos imóveis voltou a caber no orçamento do pobre. Esse limite temporal e social é uma das características que os difere dos meia hora de morro, que aqui chegaram somente após a implementação da UPP. O Vidigal para os definidos como *vidigalizados* não motiva interesses especulativos. Há uma identificação com o lugar e com sua gente, os *crias*. Inclusive, esses dois grupos convivem e compartilham de códigos de sociabilidades. O posicionamento não é de um mero ocupante ocasional

do lugar; há uma vivência e uma atuação nele, há uma relação afetiva e identitária com o local. Ainda assim, na hierarquia de prestígio social dentro da favela, o *cria* da favela tem maior respeito em relação ao *vidigalizado*.

Esse termo surgiu a partir de um projeto entre estudantes francesas e membros do ColetivAção-Vidigal (coletivos de moradores, extinto em 2019) de foto-depoimentos de moradores, inicialmente denominado “Eu nasci no Vidigal”, a fim de registrar a percepção dos locais diante das transformações promovidas pelo interesse intenso de indivíduos de várias localidades do mundo em relação a essa favela. Uma vez que a equipe era composta por membros externos ao morro, foram coletados registros de indivíduos que não se estabeleciam como originários, porém tinham a identidade forjada na experiência do pertencimento ao local. Logo, moradores “vidigalizados”. Essa categoria identitária nomeou a exposição de fotografias e narrativas e motivou sua conceituação.

O *vidigalizado* compartilha com o *cria* determinados códigos de conduta, que reconhece e respeita. São semelhantes. Um morador recente, brasileiro, de baixa renda, ou seja, um *vidigalizado* pode até ser confundido com um *cria* por quem desconhece a sua origem (como ocorreu no projeto acima mencionado). Possibilidade vetada ao estrangeiro e\ou ao indivíduo de classe média, o *meia hora de morro*.

Então, o que qualifica a aproximação entre a categoria de *cria* e *vidigalizado* é uma mistura de pertencimento, conhecimento de hábitos de conduta e códigos morais, assim como a origem socioeconômicas, por fim, se distingue dos *meia hora no morro*. As categorias “*cria de favela*” e “*vidigalizado*” definem fronteiras identitárias em relação ao “*meia hora de morro*”. Tornam-se, inclusive, categorias de resistência à modificação imposta pela especulação imobiliária.

Durante um tempo (entre o pós-pacificação e o retorno dos confrontos armados) a favela havia virado destino privilegiado daqueles que desejam parecer descolados visitando ou residindo numa “outra realidade” _ ainda que próxima fisicamente da classe social originária desses indivíduos. Esses são os denominados “*meia hora de morro*”.

Defino essa última categoria como a denominadora daqueles que não têm o Vidigal como seu local de origem e identidade, mas aqui residem. Esses podem

até exercer a topofilia⁴⁶ com o Vidigal, porém não tiveram sua identidade forjada na trajetória histórica e social da favela. Logo, não possuem o pertencimento ao lugar, embora nele atuem.

Há uma valorização de quem é *cria* em detrimento aos outsiders, os “*meia hora de morro*”. Como consequência, é exigida uma postura social e o cumprimento dos códigos de conduta compartilhados pela coletividade. A transgressão às normas pode acarretar o afastamento do membro do grupo, o escárnio por parte dos outros integrantes ou sanções ainda mais severas. É preciso lembrar que, em muitas vezes, quem serve como juiz desses “delitos” comportamentais é o tráfico.

A participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos. O orgulho por encarnar o carisma do grupo e a satisfação de pertencer a ele e de representar um grupo poderoso — e, segundo a equação afetiva do indivíduo, singularmente valioso e humanamente superior — estão funcionalmente ligados à disposição dos membros de se submeterem às obrigações que lhes são impostas pelo fato de pertencerem a esse grupo (ELIAS, 2000, p. 26).

Já, do “*meia hora de morro*” não há grandes expectativas quanto ao comportamento, hábitos e códigos de conduta — o que na favela se chama de “proceder”, ou seja, o respeito às normas estabelecidas. Sabe-se que será destoante dos demais. Tal dicotomia é o que afirma a posição superior do *cria* e motiva o deboche em relação ao recém-chegado. Sendo ele estrangeiro, tais comportamentos dos “*crias*” são potencializados. Isso porque a nacionalidade distinta enfatiza as diferenças culturais e, provavelmente, socioeconômicas.

Embora haja uma curiosidade mútua sobre os modos de sociabilidades dos “*crias*” (assim como dos *vidigalizados*) e dos “*meia hora*”, os primeiros são os que ditam as regras sobre o espaço. Segundo Freire-Medeiros (2009): “Muitas vezes, a vitrine se inverte e os moradores lançam seu olhar investigativo aos turistas, fazendo comentários jocosos a seu respeito, criticando o que percebem como posturas intrusas” (p. 69).

⁴⁶ Ver: YI-Fu Tuan, geógrafo americano estudioso do conceito.

Estratégias de manutenção das práticas de lazer e hábitos sociais são elaboradas constantemente a fim de legitimar o pertencimento dos “crias” e a identificação dos vidigalizados como pares. Cito como exemplo o movimento da batalha de rimas em substituição aos bailes funks. Os jovens funkeiros aderiram ao movimento do hip hop e lotaram o Largo do Jesus e a Praça do Vidigal (localidades desse morro), durante o verão de 2017 (período em que não havia as incursões policiais vivenciadas no presente).

Essa juventude estava impedida de frequentar alguns espaços de lazer promovidos na favela, porque não são destinados aos favelados. Os elevados preços demarcam o público que se deseja atingir: a classe média e os estrangeiros, ou seja, os “*meia hora de morro*”. Ainda assim, havia a vontade de ocupar aqueles espaços. Uma vez existindo esse recalque, os jovens criaram uma forma de viver esse lazer. Cotizam a compra de bebidas, as põem num isopor com gelo e vão para a porta do estabelecimento que realiza as festas (onde, inclusive, o funk é permitido). É importante ressaltar que esse mesmo comportamento não ocorre na porta de estabelecimentos da zona sul, vizinha desses endereços. Logo, evidencia-se o desejo de ocupar um ambiente que os segrega dentro do seu lugar de pertencimento.

Além dessas ações próprias dessa geração de “crias”, os mais maduros vêm promovendo encontros de moradores antigos _ “reencontro dos crias” _ e eventos que buscam preservar e difundir a memória local. Essa última estratégia é bastante exercida pela trabalho que desenvolvo. Há o interesse pessoal em utilizar a memória como instrumento de resistência (sou “cria” da favela em questão) e a observação da pesquisadora da memória social.

Gutiérrez (2009) defende que classificar é ocultar conhecimentos. Toda classificação é arbitrária e conjectural. O que se pretendeu aqui foi expor um conhecimento ao tentar conceituar um grupo social marginalizado e considerado subalterno em relação à sociedade hegemônica. Não desejei com isso criar guetos, mas descrever identidades que se apresentam e se relacionam em determinado contexto territorial.

Tais conceituações foram necessárias, pois apontam para aqueles que são os narradores das memórias que se deseja preservar e difundir na pesquisa descrita. Dodebei (2017) utiliza a abordagem denominada memoração como sendo o

processo pelo qual a memória é atualizada e reafirmada pelos vínculos com a comunidade de origem. De outro lado, a patrimonialização é o processo pelo qual atribui-se valor memorial a objetos de natureza material ou imaterial. Dessa forma, trata a memória social como um processo que se analisa a partir da relação com o tempo, o espaço, a linguagem e a criação. As práticas sociais e os saberes compartilhados são manifestados nesses contextos através de narrativas várias. Para Dodebei (2017), patrimônio é da ordem do coletivo. É necessário que o grupo crie lembranças que representem as trajetórias de vida da comunidade, não sem disputas. Por isso ser importante considerar como principais narradores aqueles indivíduos detentores da memória do lugar.

As análises aqui levantadas evidenciam uma relação de poder vivenciada no Vidigal. Enquanto “os meia hora de morro” se sobressaem a partir do poder aquisitivo, os “crias de favela” (assim como os vidigalizados) se sobrepõem através da identidade e do pertencimento. É preciso não se distanciar do fato que o Vidigal mais uma vez é motivo de disputa não só identitária, mas também territorial.

Negri fala de singularidades capazes de lutar contra o *império* metonímia do poder no mundo globalizado. Esses formariam a *multidão* composta, entre outros indivíduos, por aqueles que foram historicamente marginalizados. Dessa forma, a resistência partiria de baixo para cima, pois existe uma potência resultante de mazelas cotidianas que anima o combate.

É essa visão que me norteia. Acredito na convergência entre o saber e a ação capaz de constituir um sujeito antagonista, ou seja, consciente da produção e da exploração. Assim, será possível o surgimento de outras formas de militância. Logo, as narrativas de memórias dos “crias do Vidigal” podem servir de ferramentas de combate, pois atualizam a resistência a movimentos expulsatórios⁴⁷ que caracterizam o lugar.

Existe uma cobrança maior em relação aos indivíduos pertencentes a grupos historicamente discriminados, como se fossem mais obrigados do que os grupos localizados no poder, de criar estratégias de enfrentamento às desigualdades, (RIBEIRO, 2017, p. 71)

⁴⁷ Considera-se como “expulsatórios” todos os movimentos que tentaram ou acarretaram a na retirada da população favelada do Vidigal: remoção de 1977, guerras pelo domínio do tráfico e a gentrificação.

CAPÍTULO 3 – DESENROLOS

Esse capítulo pretende descrever os movimentos aqui elencados como expulsatórios, ou seja, momentos da trajetória do Vidigal em que os moradores foram forçados a abandonar esse território. A ideia da presente pesquisa é contextualizar tais episódios e analisar as estratégias de resistência em defesa do direito cidadão à moradia. Da mesma forma, observou-se se houve aceitação passiva a determinada expulsão e o porquê.

As narrativas que servem de aporte para esse trabalho vêm sendo coletadas antes mesmo do intento acadêmico. Partiram da minha vontade de melhor conhecer a história do meu lugar e difundi-la com meus pares. Isso porque cresci ouvindo e vivenciando tal trajetória. E, se ela tanto me orgulha e motiva a minha permanência no Vidigal, também penso que seja capaz de afirmar o pertencimento de outros *crias da favela e vidigalizados*.

Desde 1990, o Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom) estimula novas configurações de museus. Assim, propõe novas formas de apresentar a memória de diversos grupos identitários (FREIRE-MEDEIROS, 2006, p. 51). Essa perspectiva é importantíssima para que se supere a visão estigmatizada da favela e se afirme o direito desse território de preservar a sua memória em conformidade com seus códigos.

Em 2012, o Rio de Janeiro foi incluído na lista da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural, pela qualidade de seus elementos naturais e culturais. Logo, sendo a favela parte integrante dessa cidade, deveria ter legitimado o seu caráter patrimonial. A favela da Providência e o Complexo da Maré são as únicas estabelecidas como patrimônios cariocas, seja por iniciativa do governo municipal (como é o caso da primeira) ou através de articulações promovidas pelos favelados (caso da segunda). Embora haja grupos que reivindicam a patrimonialização da favela baseada nos critérios de longevidade e autenticidade, sua efetivação ainda não ocorreu.

Dessa forma, se os órgãos capazes de qualificar e validar a favela como um território geográfico e simbólico representante da memória e da cultura carioca, assim não o fazem; cabe à população favelada criar seus códigos de evocação do

passado. Afirmar seus dispositivos simbólicos que garantem a manutenção da identidade cultural e memória coletiva, ou seja, seu patrimônio.

Elegeu-se três momentos emblemáticos na história do Vidigal: a tentativa de remoção das décadas de 1950 e 1970, a guerra pelo domínio de tráfico de drogas e a gentrificação. O primeiro movimento e a resistência a ele é o mais difundido e celebrado. Já o segundo, desperta uma hesitação temerosa (na favela ninguém nunca viu nada ou sabe de nada quando o assunto é o tráfico de drogas). É um proceder na favela: morador não se envolve em disputas de facções.

Não pretendo discutir a formação da criminalidade no Vidigal e as disputas pelo território pelas facções de venda de drogas no varejo. Embora seja importante tal contextualização, o foco é na percepção dos moradores sobre o momento. Quanto à gentrificação (tema privilegiado das últimas pesquisas sobre o Vidigal), será analisada desde seu início (a compra de vários imóveis por um investidor alemão), passando pelo “bum” (pós pacificação) até seu enfraquecimento atual devido aos confrontos entre policiais e traficantes noticiados na mídia.

3.1 – As tentativas de remoção da população favelada do Vidigal

Vidigal

*Moacir, Marcão e Marquinhos
Mário, Carlos Duque e Carlinhos
Armando, Biroasca da Conceição
Abre o fole João
Bananeira
Vilma, Aloísio, Pastinha
Salve Mônica a nossa rainha
Do bloco e do meu coração*

*No Vidigal tem uma turminha de bamba
Que não esquenta com as ameaças do rei
Se vem o mal
Toda favela se levanta
Seja lá quem for se espanta
Se vem tirar chinfra de lei*

*Sua tramoia já sei de cor
Só porque tem seu poder
Pensa que pode mais que um sofredor
Tramar tramou
Mas se derrubou
Não se brinca com o poder
Que o poder do povo é bem maior*

(Sérgio Ricardo)

Decidi abrir esse subcapítulo com a música de Sérgio Ricardo, nome famoso da dita “Era dos Festivais da Canção”, a fim de homenagear esse militante da causa que aqui trataremos. Além disso, a música cita nomes de moradores que atuaram na luta contra a remoção e/ou integravam o bloco carnavalesco “Acadêmicos do Vidigal”. É possível perceber na letra do samba o tom de resistência e união dos indivíduos da época, como se observa nos dois primeiros versos da segunda estrofe. De forma debochada, o compositor fez uma referência ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro na época, Marcos Tamoyo, através do termo “tramoia”. Esses e outros personagens serão comentados de forma individual ou coletiva nas linhas seguintes.

“Eu cheguei aqui com quatro anos. Nós somos expert em remoções. Uma parte da família era da Praia do Pinto. Tocaram fogo na Praia do Pinto. Fomos para o Parque Proletariado da Gávea; onde é o estacionamento da PUC hoje. Daqui a pouco: ‘estão tirando todo mundo da favela’. Mete todo mundo no caminhão. Paciência, em Santa Cruz. Uma parte foi para Cidade de Deus, Cidade Alta e Padre Miguel. Meu avô foi o dono da Cidade de Deus. Ele foi para lá e virou dono da favela. Aí, eu oscilava, família cheia de bandido, eu ficava para lá e para cá”. (Paulo Cypa, instrutor de futebol, MBA em Fisiologia do Esporte, responsável pela Escolinha de futebol do Vidigal).

Em 1960, Carlos Lacerda assume como primeiro governador do recém-criado Distrito da Guanabara. Adota o projeto do urbanista grego Constantinos Doxiadis (1914-1975) para o ordenamento da cidade. O estudo comandado pelo profissional fez levantamentos sobre favelas e sugeria a reurbanização de algumas (dentro do plano de ordenamento físico da cidade) e a remoção de outras para áreas próximas da oferta de trabalho ou servidas por linhas de transporte. Na prática, o que ocorreu foi a transferência de populações faveladas para áreas distantes, de moradias minúsculas, padronizadas e mal servidas de transporte público.

Os conjuntos habitacionais, construídos com recursos do projeto norte-americano Aliança para o Progresso, foram instalados em Jacarepaguá (Cidade de Deus), em Senador Camará (Vila Kennedy), em Bangu (Vila Aliança) e em Vigário

Geral (Vila Esperança). Anteriormente, esses moradores removidos durante a década de 1970, residiam em extintas favelas da zona sul e do Maracanã, como: Catacumba (Lagoa), Praia do Pinto (Condomínio Selva de Pedra, Leblon) e Esqueleto (atual campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Mais uma vez os interesses financeiros, a defesa da cidade apartada, estiveram acima dos anseios da população favelada.

“Nos anos 1960 e 1970, a produção de conjuntos habitacionais esteve associada à política de remoção de favelas. Nesse período, grande quantidade de moradores de favelas foi transferida para assentamentos distantes do núcleo, que na maioria das vezes não contava com comércio e nem com sistema de transportes coletivos que desse boas condições de deslocamento para essas pessoas. Boa parte das áreas de onde foram removidas as favelas foi ocupada por grandes empreendimentos imobiliários que se destinavam à construção de conjuntos de edifícios de apartamentos de alto luxo.” (Ferreira, 2009)

Embora Lacerda só tenha assumido o governo da Guanabara em 1960, desde a década de 1940 demonstrava interesse sobre as favelas. Contrário ao presidente Eurico Dutra, em 1948, criou uma campanha em favor de que a população pobre se mantivesse nos lugares por ela ocupados. O objetivo do político era se opor ao governo federal e construir sua trajetória de poder, alinhando-se aos interesses dos favelados e de parte da sociedade sensível à causa da moradia, o que lhe garantiria votos junto a essas camadas da sociedade. Porém, ao assumir o governo, Lacerda desenvolve uma política de intolerância à população favelada. Na verdade, seus planos para a cidade do Rio de Janeiro incluíam torná-la cosmopolita e moderna. Na sua visão, as favelas eram paisagens que precisavam ser ocultadas para o sucesso do embelezamento que se desejava para o Estado.

Esse, quando governador do Estado da Guanabara, elegeu uma assembleia para a criação da constituição do novo Estado. Nesse documento, os intentos de Lacerda para as favelas ficaram evidentes:

As favelas serão assistidas e higienizadas, provisoriamente, com a criação de escolas primárias, centros médicos, centros recreativos e de orientação profissional e doméstica. Será estimulada a criação de vilas operárias, com total isenção de impostos, para remoção das favelas irrecuperáveis. (Constituição Estadual de 1960, artigo 66, § 2º)

A partir das narrativas abaixo vamos discutir como essa e outras políticas de remoção atingiram o Vidigal.

“A origem do Vidigal eu não sei. Quando cheguei aqui com 5 anos, já tinha gente. Viemos da favela removida chamada Sacopã. Minha mãe tinha uma prima aqui, aí viemos. Viemos morar no 314. Era tudo mato, muita cobra. Quando eu tinha 15 anos, aqui tinha 25 casas em toda a área da favela. A pessoa cercava o terreno e era a dona. As pessoas criavam cabra, cabrito, vaca, tudo solto. A favela para se formar, ou você conhece alguém ou é parente de quem já mora. (...)

Quem estava à frente da associação não pensou em pegar os melhores terrenos. Ajudamos a formar várias associações de moradores, inclusive, na área do Recreio. Ajudávamos a montar e a registrar a associação e passávamos para outra favela. Sempre nos ofereciam um terreninho para construirmos um barraco nessa favela. Nunca aceitamos.

Nós fomos construídos dentro da igreja católica. Nosso movimento foi construído na igreja. Então, nós não tínhamos ambição de ganhar dinheiro. Nem pensávamos em construir para alugar. Sabíamos que o Vidigal cresceria muito. Tínhamos essa previsão, mas defendíamos a política da casa própria. Os terrenos eram para as pessoas construírem casas para morarem; não para alugar. (...)

O Modesto, que era vice-presidente, era pai de santo e tinha um terreiro grande ali na rampa do 314. Nossas reuniões eram no terreiro dele, perto da rampa. Ele não morava aqui. Aqui era só o terreiro. A diretoria foi formada de acordo com a vontade do Zé Ferreira, que era o presidente. Ninguém tinha habilidade para nada. Só vontade de lutar.

Em 1977, minha casa era o 113 para ser removida, esse era o número da remoção. Tinha um morador, Severino, que trabalhava com o Aluísio Teixeira. Fomos lá no Leblon, na casa dele, pedimos e ele nos ajudou.

Falamos com a diretora Eneida Veloso Brasil (Paulinho interpela e diz: _ Nome de rua no Largo do Santinho!), ela concordou e colocamos as crianças do Almirante Tamandaré na frente. Quando o caminhão da COMLURB chegou, não tinha mudança alguma na rua. Isso era em outubro; então, alegamos ao prefeito, que na época era o Marcos Tamoyo, que se fôssemos para Antares, as crianças perderiam o ano.

Naquela época vivíamos o regime militar. Tivemos sorte porque ninguém dizia não. Nós, na nossa ingenuidade, dissemos não. Perceberam que nosso não era de coração; não tinha nada de política.

Nessa época chegaram os deputados Flores da Cunha e Délio dos Santos. Essa mobilização não garantia a nossa permanência. Só garantiu que não sairíamos naquele momento. Conseguimos o apoio da Igreja. Era o começo da Pastoral das Favelas. A família Noronha⁴⁸, ligada à pastoral, nos ajudou muito.

O Bento Rubião nos aconselhou a ganhar tempo. Nós nos organizamos e fizemos um grande café da manhã. Eles (os garis da COMLURB) faziam uma viagem e levavam uma vassoura... outra viagem e uma outra coisinha... Conseguíamos o apoio dos garis. (Carlos Raimundo Duque, ex-presidente da AMVV e ex-diretor da FAFERJ)

“A birosca da Conceição e do Aluísio era a nossa base. As remoções aconteciam por etapas. Garantíamos a permanência de uns e já tinha que agilizar as próximas.

O Bentão Rubião dizia: ‘Tem uma vírgula aí? Então é fácil derrubar’. Aquilo iria ser barrado por conta de uma vírgula, que mudaria toda a frase. Ficávamos rezando para ter vírgula. O escritório era do Sobral Pinto, mas quem atuava era o Bento Rubião. Para ele não tinha hora. Chamávamos e ele vinha. (Duque interpela e diz: “O Vidigal foi o primeiro caso dele relacionado à remoção. Até porque ninguém dizia não”).

Os diretores da associação viviam dando entrevistas que não saiam em lugar nenhum. Depois de um tempo, entendemos que queriam saber se tínhamos ligação com o partido comunista. Nós éramos inocentes politicamente. Ninguém tinha a ambição de ser vereador, deputado, assessor... Nós frequentávamos a igreja e a união comunitária, que era pequenininha.

⁴⁸ Refere-se às irmãs Ana Maria Noronha e Maria Cristina Noronha. Maria Helena Noronha, Moema Noronha (todas nomes de ruas no Vidigal).

Ofereceram apartamentos para cada um dos quatro líderes da associação (Armando, Duque, Mário e Carlinhos) para que largassem o movimento.” (Paulo Muniz, líder do grupo jovem na década de 1970 e ex-presidente da AMVV)

“Eles diziam que iriam retirar os moradores daqui até a área perto do Vip’s⁴⁹. Não iam mexer em quem morava em cima. Construiriam 42 casas. Depois ficamos sabendo que eram 100 metros para dentro. Mas aí falamos: ‘Vocês acham que eles vão construir essas casas e querer nosso esgoto caindo na casa deles?’ Assim, conseguimos o apoio de todo o Vidigal.

Eles começaram a convencer as nossas mulheres dizendo que em Antares teriam uma casa duplex, para que não se apegassem à vista. Eu pedi um ônibus emprestado para a madre superiora do Stella Maris e levei as pessoas para conhecerem as casas”.
(Duque)

“Naquela época, tinha um fogão com abas do lado. Essa cozinha era tão pequena que teria que tirar as abas”. (Paulinho)

“Não teve aula na escola. Pegamos os sete ônibus e levamos muita mulher e criança para Antares. Parecia um campo de concentração. Um mar de nada. Não tinha uma árvore. As casas pareciam casas de pombo. Uma caixa d’água de ferrugem... Soltamos a mulherada lá, e falei: ‘Vocês têm uma hora’.

Já tinha gente lá saída da Praia do Pinto e outras favelas. Uma pessoa do tamanho do Paulinho, ao subir as escadinhas para o segundo andar, ia bater a cabeça no teto. Ah, as mulheres voltaram de lá bravas. Levamos umas trezentas pessoas. Depois disso nem precisamos fazer campanha. Elas não queriam ir nem a pau”. (Duque)

“Diziam que a 100 metros da Niemeyer havia risco de deslizamento. Não sei se D. Eugênio Sales pagou ou se conseguiu através de um amigo, veio uma empresa de geotécnica e examinou o solo. Avaliaram que tinha um risco, como tinha em todo o

⁴⁹ Motel luxuoso localizado na Av. Niemeyer.

Vidigal. Não tinha um risco iminente. Obras de contenção resolveriam o problema. Então, isso foi descaracterizado.

D. Eugênio estava tão presente com a gente que foi chamado para dizer a respeito do apoio que nos dava e acusado de comunista. O que nós fazíamos era lutar por moradia.

Anos depois, ele já falando bem baixinho, eu o entrevistei na VDGTV⁵⁰. Ele disse que não tinha sido importante para o Vidigal, que importante tinha sido a organização dos moradores. Eu perguntei se ele faria tudo de novo; ele falou que com a estrutura que temos hoje, faria de novo e ainda melhor.

Pedimos para deixar a gente ficar até acabar o ano letivo. O prefeito concordou. Depois estava perto do Natal, falamos: ‘pô, somos da Igreja, estamos com D. Eugênio, é época de confraternização...’ Suspendeu e nós ficamos. Estávamos ganhando tempo. Quando passou tudo isso, os advogados vieram com o documento e disseram: ‘Nós ganhamos a ação! Ninguém vai sair daqui.’ O prefeito falou que os favelados não tinham palavra (risos). Ficou muito irritado”. (Paulinho)

“Ele chegou a dar uma declaração dizendo que retirar o Vidigal era uma questão de honra. Foi uma linda luta”. (Duque)

As narrativas acima transcritas foram realizadas em 2014, com duas lideranças: Carlos Duque, apenas Duque para os íntimos, e Paulo Roberto Muniz, o Paulinho. A minha ideia nesse momento era fazer um documentário contando a história do Vidigal e coletar essas narrativas para o arquivo audiovisual de um futuro “Museu da Memória do Vidigal”. Fiz uma parceria com a antropóloga da Universidade de Manchester, Ângela Torressan. Ela pesquisava o processo de gentrificação pelo qual o Vidigal vinha passando e, também tinha interesse nessas narrativas que contavam sobre a memória do morro, para assim desenhar a trajetória local. Ela filmava e eu conduzia o depoimento. Ela tinha o equipamento eletrônico necessário para o registro; eu tinha acesso aos depoentes.

⁵⁰ VDGTV era uma tv comunitária do Vidigal, que possuía uma grande audiência na favela. Funcionou do início dos anos 2000 até a instauração da UPP.

Embora eu já conhecesse os narradores e parte da história narrada (ou talvez por isso mesmo), aquele momento era muito significativo para mim. Era uma espécie de reencontro com o passado que também me compunha. Eu revisitava as histórias com as quais cresci. Sentia orgulho pelo o que era narrado. Confirmava, redescobria e construía essa memória a partir das narrativas dos meus. Como diz um provérbio africano: “Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. Eu estava dentro de uma história dos vencedores.

Ouvir aquelas histórias sendo narradas pelo Seu Duque, um homem negro e mais velho, trazia-me uma conexão ancestral: Sankofa. O conceito africano, vivenciado inicialmente em Gana, Togo e Costa do Marfim, é representado por uma ave com os pés fincados para frente, a cabeça voltada para trás com um ovo no bico. Nessa adinkra, teríamos a representação do presente (pés para frente), passado (cabeça voltada para trás) e o futuro (ovo). Essa é a metonímia de sua definição: “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Assim, sankofa é a palavra africana usada para a conexão entre o passado que projeta o por vir; é a construção da identidade individual a partir do coletivo. E, em África esse conhecimento é dado por via oral através dos mais idosos, os griots.

O presente não se interpreta por si mesmo, mas está envolvido em um discurso de valores entre tempos. Assim, todas as coisas que existem agora e por meio das quais as pessoas se enfrentam e compartilham a vida são definidas por um confronto com tempos anteriores e pelas formas como os mesmos tipos de sujeitos e relações que existiram em cada um deles (Brandão, 2009, p. 23).

Voltando aos depoimentos dessas duas figuras que iniciam esta seção, elas foram selecionadas por terem sido uns dos principais militantes que possibilitaram que toda a minha geração e as seguintes pudessem viver no Vidigal. Há, é claro, a motivação afetiva, a gratidão. Afinal, “não existe memória fora do contexto afetivo” (GONDAR, 200, p. 25). Para além disso, considerando apenas o interesse acadêmico, esses depoentes são fontes privilegiadas para o movimento expulsatório e estratégias de resistência que se deseja tratar nessa seção: as tentativas de remoção da população favelada do Vidigal.

Foram dois dias de filmagem e mais de quatro horas de entrevistas. No primeiro dia, chovia muito. O barulho da chuva causava ruído no áudio e

atrapalhava a compreensão da fala dos narradores. Além disso, era Copa do Mundo de Futebol 2014; dia de jogo do Brasil. Precisamos marcar o retorno. Foi muito difícil selecionar trechos para o presente trabalho, uma vez que a totalidade registrada prolongaria demasiadamente a escrita. Sendo assim, expus acima boa parte do que foi narrado, retirando apenas as falas repetidas.

Duque tem uma narrativa que sobrepõe acontecimentos e ignora a cronologia dos fatos. Sua fala é digressiva, sua memória viaja em temporalidades. Ele se importa em dizer o que ocorreu; não quando ocorreu, exatamente. Isso porque, como nos diz Hampaté-Bâ, *um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar etc.* (In: Zi-Kerbo, 2011, p. 140)

Enquanto o depoimento acontecia, ele, com um alicate na mão, desfiava a tomada de uma ferramenta do Paulinho. Aquela tomada era como se fosse o condutor entre quem detinha as memórias vivenciadas e quem pretendia registrar as memórias herdadas. Havia naquele momento um sentimento de continuidade e familiaridade com os narradores e os fatos narrados. Embora eu não tenha vivido o contexto de tudo o que era narrado (nasci em 1978), as memórias fornecidas me faziam criar cenários e lembranças como que vividas pessoalmente.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, 204).

Quanto aos narradores, havia uma cumplicidade evidente entre os dois. Duque era o griot naquele momento. Paulinho era quem por ele foi iniciado no movimento comunitário. O respeito do primeiro pelo segundo era notório. No primeiro momento, Duque era quem conduzia a narrativa; Paulinho acrescentava pontuações ao que era dito. Afinal, o mais velho tem a primazia da fala.

Ki-Zerbo chama os grits, sábios mais velhos provenientes da África Ocidental, de “museus vivos”. Eles eram responsáveis pela memória coletiva, detentores da sabedoria oral e da história ancestral de sua comunidade. O passado mítico e as datas importantes (aniversários, casamentos, falecimentos, tragédias) eram narradas para os mais jovens. Ensinaamentos através da oralidade a fim da

manutenção da memória do grupo. Era assim que eu enxergava o “Seu Duque”, homem negro de mais de 70 anos: o griot da minha favela.

Ele funcionava ali como uma espécie de griot genealogista, como define Hampaté-Bâ, era uma fonte sobre a história local e, também, foi um viajante a propagar essa história. Isso porque Carlos Duque atuou na Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Devido ao seu cargo de diretor e presidente do conselho representante, visitou várias favelas narrando as estratégias de resistência dos moradores do Vidigal a fim de motivar a organização comunitária nesses espaços. Falaremos disso mais adiante.

No segundo dia de registro das narrativas desses dois líderes comunitários, Paulinho estava vestido com a mesma roupa do dia anterior. O seu objetivo era que o documentário mantivesse uma continuidade e parecesse que todo o registro tinha sido feito no mesmo dia. Tal atitude não foi pedida por mim e nem pela antropóloga que me acompanhava. Foi interessante perceber o quanto aquele registro também despertava interesse nos narradores de difundir essas vivências. Havia uma necessidade de contar essa história.

A fim de possibilitar uma localização temporal para as falas, contextualizarei o que foi narrado a partir de fontes documentais, referências bibliográficas e das narrativas de memórias contidas no livro “Resistências e Conquistas do Vidigal”, de outro líder da luta contra remoção: Armando Almeida Lima. Afinal, como nos diz o antropólogo brasileiro-congolês e pós-colonialista Kabele Munanga: “A história escrita ou oral não pode ser feita sem a memória” (MUNANGA, 2009, p. 16). Isso porque “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é”⁵¹ (POLLAK, 1992, p. 8)

Intercalando essa historicidade, trarei outras narratologias e analisarei as narrativas que introduziram a seção na parte final. Acrescentarei outros trechos das narrativas de Duque e Paulo Muniz (não transcritas anteriormente), ao longo da análise.

A Empresa de Melhoramentos do Brasil não conseguiu expulsar os moradores que ocupavam sua propriedade na área do 314, em 1958. Os moradores

⁵¹ Memória e identidade social. Conferência realizada no Brasil, em 1987. Transcrição e tradução: Monique Augras. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vo. 5, n. 10, 1992.

se mobilizaram e acionaram políticos como Lutero Vargas, filho mais velho de Getúlio Vargas e um dos fundadores do PTB, partido que tinha vários presidentes de associações de moradores a ele filiados. O primogênito do ex-presidente tinha o mesmo inimigo político de seu progenitor: o jornalista Carlos Lacerda, já citado anteriormente.

Negrão de Lima, enquanto prefeito do Distrito Federal (1956-1958), criou a SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas). Fundada em 1956, a entidade apoiava o trabalho de assistência realizado pela Igreja Católica, através da Cruzada São Sebastião e a Fundação Leão XIII. Uma das atribuições da SERFHA era organizar as associações de moradores, impedir a construção de novas moradias e solicitar junto ao governo melhorias nas já existentes. O título do órgão já demonstra a visão que a municipalidade tinha em relação à favela ao associá-la a habitações anti-higiênicas. Além disso, o que o serviço especial pretendia na verdade era controlar as organizações de favelas e impedir a expansão territorial.

É nesse período também que é promulgada a Lei 2874\1956, conhecida como a Lei das favelas. Essa proibia por dois anos a expulsão de favelados e concedia créditos para a construção de casas populares. Essas medidas, aparentemente a favor da população pobre, legitimaram as remoções ocorridas nas décadas posteriores. Pois, assim que o Estado construía as moradias populares, os favelados eram obrigados a deixar suas casas. Ainda assim, foi essa a lei que garantiu a permanência dos moradores do Vidigal em 1958, ano em que a Lei das favelas estava em vigência.

Dessa forma, os moradores não foram expulsos da área do 314, mas a construção de novos barracos era impedida. A vigilância para que essa ordem fosse cumprida, segundo Armando Almeida Lima, ficava a cargo de um indivíduo chamado Antônio. Pé de Cinza, como era conhecido por ter os pés acinzentados de tanto andar descalço, cobrava uma certa quantia para que fizesse vistas grossas quando um morador desejava fazer um puxadinho ou melhorias em algum barraco. Nessas ocasiões, o vigia se ausentava e só voltava quando a obra estava concluída. A fim de punir aqueles que não aderiam ao suborno, denunciava à companhia proprietária o morador que teimava em construir sem lhe pagar a propina. O impedimento acabou

por favorecer a ocupação das áreas mais acima, pois por serem de madeira, os barracos eram desmontados e reinstalados em outra localidade.

Os barracos eram precários, não havia nenhuma infraestrutura, apenas improvisado. Os vizinhos eram parentes entre si. Um morador conhecia a localidade por indicação de um amigo, se instalava e trazia a família, como foi narrado por Carlos Duque. O acesso ao morro era feito a partir de um transporte precário que saía do Bar Vinte, Ipanema, onde o bonde parava.

“O Vidigal não existia. Não existia rua, não existia asfalto. Não existia a rua Nova⁵². Era uma casinha aqui e outra casinha ali. Nessa época tinha bonde que circulava no Rio de Janeiro. Ele ficava no Bar Vinte⁵³, linha 13. Tinha uma lotação que trazia as pessoas até o Vidigal. Era só uma. O motorista morava na estrada das Canoas⁵⁴, já faleceu, se chamava Caldo Grosso.” CC

Segundo Armando de Almeida Lima, por volta de 1965, a Empresa de Melhoramentos do Brasil vende o extenso terreno. O novo dono adotou a mesma tática de vigilância e a tornou mais eficiente. Contratou três policiais para impedir a construção e ampliação de novos barracos (todos moradores do Vidigal) e um funcionário da 6ª Região administrativa para fiscalizar o serviço. Mais adiante, tratarei dessa “estratégia de preservação patrimonial”.

Desavisados, Modesto Vitor de Oliveira (oriundo do Horto Florestal) e José Ferreira da Silva (vindo da Favela do Pinto), mudam-se para o Vidigal e constroem seus barracos no 314. Ao serem descobertos, pedem auxílio a deputados para que intercedam a favor da permanência deles. José Ferreira já tinha experiência em organização comunitária e decide fundar uma associação de moradores. A FAFEG⁵⁵, fundada em 1963, auxilia essa estruturação.

A federação de favelas, que até então vinha obtendo sucesso na organização da população favelada carioca e na luta contra remoção, passava por um momento sensível. Os órgãos de repressão do governo militar acirraram o controle

⁵² Nome da área dado pelos moradores às ruas Dr. Olinto Magalhães e Nuno Pereira.

⁵³ Localidade situada em Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro.

⁵⁴ Localidade situada em São Conrado, bairro nobre da zona sul carioca.

⁵⁵ Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara.

sobre as favelas, prendendo, inclusive, em 1964, o presidente da FAFEG, Vicente Ferreira Mariano, por organizar um plesbicio na favela do Esqueleto a fim de discutir a remoção dos moradores para Vila Kenedy.

Em resposta às ações do governo para a população favelada, a FAFEG incentivou uma espécie de campanha anti-Lacerda e o voto da favela ajudou a eleger Negrão de Lima, do PTB. Isso prova a capacidade de articulação política desse território marginalizado. A classe oprimida votou contra aquele que o reprimiu e não apostou no candidato por ele indicado, Flexa Ribeiro.

Porém, o governador eleito decepcionou e muito a população favelada. O decreto 870, assinado em 1967, determinava que as associações de moradores deveriam ser controladas pela Secretaria de Assistência Social e pela Região Administrativa de cada área. Havia uma junta administrativa que substituía a diretoria das associações de moradores e organizava o processo eleitoral interno nas favelas. Claro, o objetivo de tais medidas era enfraquecer a atuação da FAFEG e manter o curso das remoções.

Na realidade, o projeto de erradicação das favelas é expressão do caráter classista da ditadura: é a transladação daquela ordem desejada para uma realidade urbana. Em outras palavras, trata-se de apontar que as remoções não foram promovidas na ou durante a ditadura, mas pela ditadura. Assim, compreenderemos que um eixo fundamental de atuação do Estado de exceção foi a violação sistemática do direito à cidade. (LIMA; 2016, p.5)

A Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio), coletou documentos, analisou as fontes e expos relatos de testemunhos de moradores de favelas atingidas pela política de remoção. Através desse trabalho concluiu-se que houve “a atuação dos órgãos de informação e segurança da ditadura nos processos de remoção” (CEV-RIO, Relatório Final, 2015, p. 122). Havia uma intenção planejada por parte do governo militar que violava o direito dos favelados ao exercício da cidadania.

Apesar desse cenário nada motivador, em 31 de julho de 1967, a Associação de Moradores da Vila do Vidigal é inaugurada, tendo como sede improvisada o terreiro de candomblé de Modesto e a seguinte formação: José Ferreira da Silva – presidente; Modesto Vitor de Oliveira _ vice-presidente; Armando Almeida Lima _ primeiro secretário; José Melo de Queiroz _ segundo secretário; João Gabriel de Paula _ primeiro tesoureiro; Xisto de Paula Gomes _ segundo tesoureiro; João Francisco de Azevedo _ conselheiro; Carmem Lúcia _ relações públicas.

Em sua obra, Armando de Almeida Lima afirma que além de ajudar a estruturar a AMVV, a FAFEG também facilitava o diálogo da diretoria com o Palácio da Guanabara. Segundo o autor ex-dirigente da AMVV, firmou-se o acordo de que todas as vezes que um morador precisasse ampliar seu barraco, deveria pedir autorização ao Centro de Recuperação de Favelas através da AMVV.

Passamos a trabalhar então, juntamente com o governo. Quando um morador queria reformar sua residência, a associação conseguia autorização no CRF (Centro de Recuperação de Favelas). Essa entidade era na Washington Luís, ali perto da Cruz Vermelha, que vinha ao local a nosso pedido. Vitoriava e dava permissão por escrito, mas eles jogam essa responsabilidade para nós, da associação. Se algum morador reformasse ou construísse sem a permissão, a associação era obrigada a comunicar a esse órgão e eles vinham, derrubavam e levavam o material. E isso aconteceu por várias vezes, inclusive éramos odiados e xingados por moradores que queriam fazer suas obras de qualquer maneira. (Lima, 2010, p. 10)

A bibliografia sobre a época atesta que havia, como visto anteriormente, um controle do órgão representativo do governo a fim de impedir a organização comunitária e o aumento das favelas. Sendo assim, tanto os policiais moradores do Vidigal quanto o funcionário da 6ª Região Administrativa estavam a serviço do governo fazendo cumprir o decreto 870; não eram funcionários dos proprietários do terreno ocupado. Além disso, não havia uma parceria entre AMVV e uma entidade do governo. O que ocorria era uma cooperação ingênua dos próprios líderes comunitários para que o direito à moradia fosse negado. Logo, não é difícil de entender o ódio e xingamento dos moradores direcionados aos seus representantes.

Os agentes da autoridade, funcionários, caides, policiais etc, recrutados entre os colonizados, formam uma categoria que pretende escapar à sua condição política e social. Entretanto, ao decidirem se pôr a serviço do colonizador e defender, exclusivamente os interesses dele, acabam adotando sua ideologia, mesmo em detrimento do próprio grupo e de si mesmo. (Memmi, p. 49)

A obra de Albert Memmi, Retrato do colonizador precedido do retrato do colonizado, discute a relação de poder entre esses dois grupos em África. Estamos falando de favela, território de moradia de negros em diáspora. Logo, a aproximação entre poder público e favelados e as duas identidades tratadas no livro é possível. Nessa relação de poder descrita acima, houve a opressão praticada pelos oprimidos aos seus pares, o que o autor chama de “o desprezo de si”. O oprimido, colonizado\ favelado, se distancia dos ideais do grupo e favorece o intento do colonizador, poder público\regulador da favela.

Segundo o autor tunisiano de origem judaica, a única saída para o oprimido romper com a opressão é a revolta absoluta, ou seja, a revolução. Para que isso ocorra é preciso que o colonizado tenha consciência de sua condição desmoralizante e inferiorizada. Sendo assim, deve-se negar a ideologia do opressor e desenvolver estratégias para o agrupamento humano subalternizado.

Devido às desapropriações de várias favelas, como citado no início do capítulo, esse controle da associação (que até então era sediada no terreiro de candomblé do primeiro presidente) a mando do governo para que novas moradias não fossem construídas torna-se difícil. O Vidigal estava crescendo.

Mas, vieram as remoções de outras favelas aqui da Zona Sul, como por exemplo: A Catacumba, Macedo Sobrinho, Praia do Pinto, Pasmado, Parque da Gávea e outras mais. E nós perdemos o controle, porque essas pessoas eram removidas para Bangu, Cidade Alta, Cordovil, Jacarepaguá, Cidade de Deus e muita gente não queria ir para aquele lado, corriam para o Vidigal porque aqui havia área desocupada. (SIC – Lima, 2010, p. 10)

Na década de 1970, José Ferreira da Silva⁵⁶ e Modesto Vitor de Oliveira haviam se mudado do morro. O primeiro foi sorteado em um plano de aquisição da casa própria, o segundo, que por um tempo manteve no Vidigal apenas suas obrigações religiosas, mudou-se definitivamente para Bonsucesso. Assumem a diretoria: Armando Almeida Lima⁵⁷ (presidente), Carlos Duque (vice), Carlinhos Pernambuco⁵⁸ (tesoureiro) e Mário Sérgio (secretário).

Esses diretores eram inexperientes, apesar de bem-intencionados. A participação dos moradores foi enfraquecendo e a associação esvaziando. Carlos Duque, então vice-presidente, decide formar um time de futebol para promover o engajamento comunitário. Cria-se o Niemeyer Futebol Clube. Apesar do nome pomposo, o time ficou conhecido como “Saci”, devido à cor do calção ser vermelha e os jogadores em sua maioria serem negros retintos.

⁵⁶ Nome de rua na área da 25

⁵⁷ Nome de rua próximo ao Arvrão

⁵⁸ Nome de rua no Sobradinho (Jacobal)



Foto: Arquivo da autora. Niemeyer Futebol Clube, o time do Saci.

O Saci não era um time de jogadores talentosos com a bola, mas cumpria o objetivo de unir os moradores e firmar uma identidade local. Os jovens da época o acompanhavam em torneios de disputas em outras localidades. Não se sabe ao certo se a finalidade era incentivar os vizinhos de pouca habilidade futebolística ou porque era uma oportunidade de passear com a galera e garantir boas risadas.

A ligação entre a favela e a praia sempre existiu⁵⁹ – inclusive há quem diga que os primeiros moradores do Vidigal eram pescadores dessa colônia. Em 1968, iniciam as obras do Sheraton, no lugar do Hotel Colonial, que dividia a praia com uma antiga colônia de pescadores (banida antes de começarem as obras). O luxuoso hotel pretendia privatizar a praia homônima à favela e proibir o acesso dos moradores. Proprietários das mansões na Av. Niemeyer, também interessados em não perder o acesso à praia, uniram-se aos favelados. Acionou-se a Justiça e organizou-se um

⁵⁹ Vinicius de Moraes escreveu em 1946 o poema “Balada na Praia do Vidigal”.

abaixo-assinado. Em 1971, ganhamos legalmente o acesso livre à Prainha do Vidigal⁶⁰.



Fonte: Prainha do Vidigal antes da construção do hotel, pesquisa Google imagens (2015).

Essa foi uma das várias vitórias obtidas por essa diretoria que atuou durante anos na AMVV. A composição do quadro funcional era menos relevante do que a chapa que o compunha. Na época, a maioria das associações filiadas à FAFERJ⁶¹ era representada por uma cor devido ao grande número de analfabetos existentes nas favelas. A chapa do Vidigal vencedora de várias eleições e que revezava os cargos entre os seus componentes era a verde.

⁶⁰ Em 2015, pretendeu-se chamar a Prainha do Vidigal de Praia dos Ciclistas. A população se mobilizou e um decreto foi assinado mantendo o nome original.

⁶¹ Após a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1974, a FAFEG passou a se chamar FAFERJ (Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro).

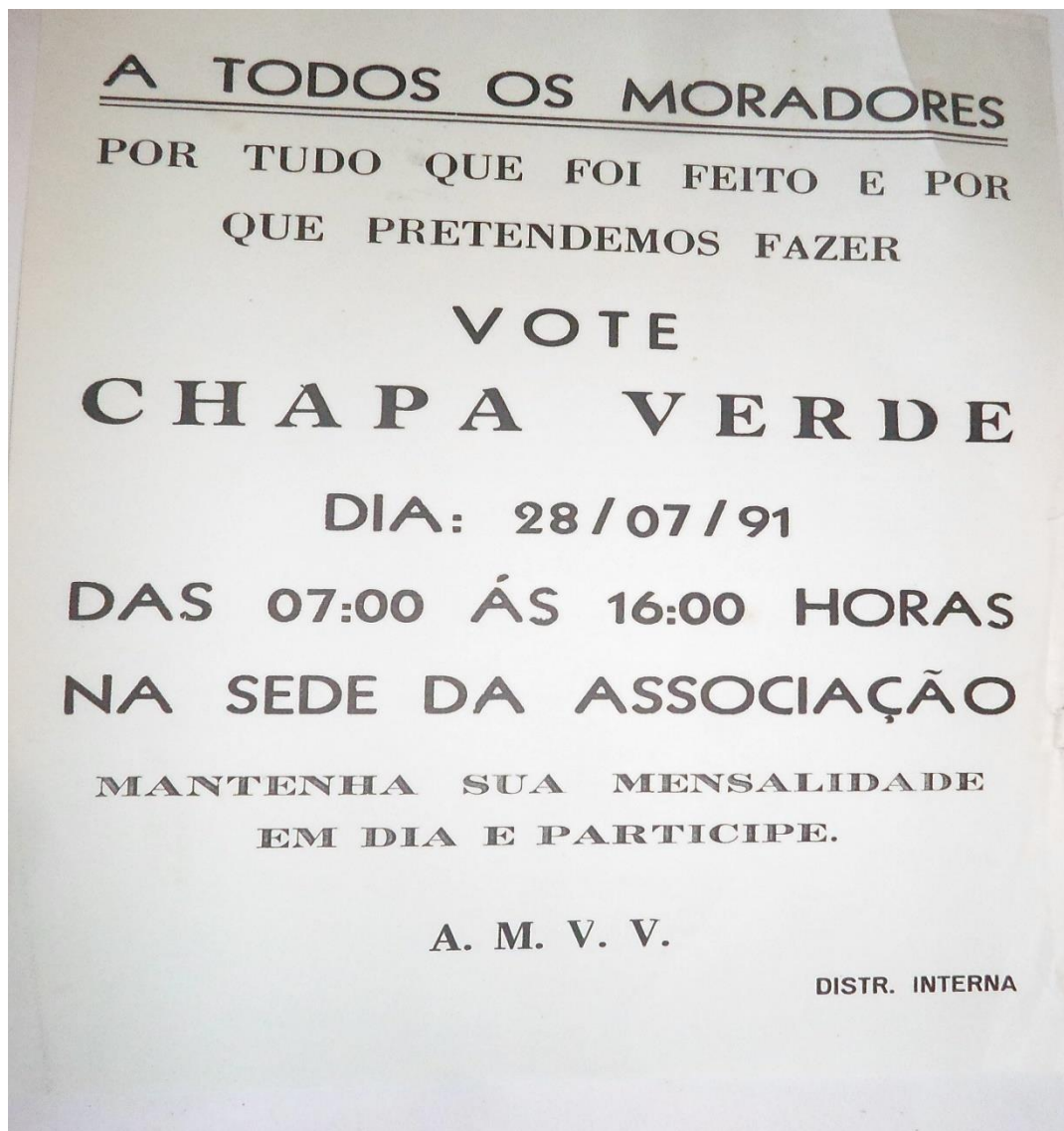


Foto: Acervo pessoal. Cartaz da AMVV (1991)

“Eu era da chapa verde. Nunca soube o que é derrota. Nós sempre ganhávamos. Nunca perdemos eleição. Eu entrei para a associação para fazer uma certa oposição. Eu já passei por vários cargos. Até hoje eu sou da associação, mas sou independente.” (Manuel Nonato de Souza, colaborador da AMVV).

Em 1975, o Niemeyer Futebol Clube já tinha conquistado seu intuito. A juventude interessava-se cada vez mais pelas questões comunitárias. A geração anterior foi substituída e criou-se o “União Futebol Clube”, que tinha como diretores os mesmos que geriam a AMVV (Armando, Duque, Mário Sérgio e Carlos Pernambuco).

O Vidigal vivia um clima bem animado. Para celebrar essa animação o ritmo mais favelado foi institucionalizado, em 1976 é fundado o bloco carnavalesco “Acadêmicos do Vidigal”. Na parte legalizada do Vidigal, rua nova, havia o “Samba do Bessa”, uma roda de samba muito frequentada por indivíduos externos ao morro e amantes desse ritmo. Entre sambistas famosos que por lá passaram, destaco a mais assídua: Jovelina Pérola Negra. Sua ligação com essa favela era tão grande que chegou a compor uma música em homenagem ao lugar: “Catatau”. Essas rodas são bem presentes na minha memória. Meu tio costumava me levar quando eu ainda era pequena. Lembro, inclusive, da empolgação dos sambistas quando Jovelina cantava o “nosso samba”.

O Águia Futebol Club, nessa época, também animava as noites vidigalenses tocando muita black music. Na década de 1990, o local de entretenimento foi vendido e transformado em templo da Igreja Universal, apesar de protestos de moradores. Durante toda a sua existência, o Águia era o local preferido de lazer; seus bailes, matinês e festivais de música movimentavam a favela. Os bailes funks com disputas de galeras ocorridos no Águia, na década de 1990, fizeram parte da minha adolescência.

É importante analisar o panorama da cidade nesse período. Em 1974, Ernesto Geisel, presidente do Brasil, funde o Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, alegando que a arrecadação do primeiro alavancaria a do segundo, economicamente enfraquecido. A oposição denunciava que o objetivo era minimizar o poder político do Estado da Guanabara, o único no país governado pelo MDB. O Devido à fusão, em 1975, foi promulgada uma nova constituição para o Estado do Rio de Janeiro.

O Estado deve estabelecer política de promoção humana e social, solucionando problemas de habitação, erradicando comunidades instaladas se infraestrutura de serviços essenciais, urbanizando áreas aproveitáveis e assistindo, de forma eficiente, a todos os que comprovem abandono ou incapacidade de prover a própria subsistência. Parágrafo único. Para a consecução desses objetivos pode o Estado ou o Município desapropriar imóveis urbanos. (GONÇALVES, 2013, p. 107)

Como a alegria de pobre dura pouco, em 1977 os moradores são surpreendidos com marcações fixadas nas portas das moradias com a seguinte sigla “FLXIII” e a numeração ordinária dos barracos. A Fundação Leão XIII havia demarcado as casas que seriam removidas. A Sociedade Rio Tower desejava

construir um empreendimento imobiliário de luxo na parte baixa da favela. Sendo assim, esses moradores deveriam ser removidos para Antares (Santa Cruz), zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

A Fundação Leão XIII foi inaugurada em 1947, pelo prefeito Hidelbrando Góes (1946-1947), com o propósito de promover a assistência social. Administrada por uma junta representativa da igreja católica, coordenada pelo Dom Jaime Barros e a prefeitura, a FL XIII tinha como propósito “prestar ampla assistência social aos moradores dos morros, das favelas e de locais semelhantes na cidade do Rio de Janeiro”, fornecendo “assistência material e moral” (VALLADARES, 2005, p. 76). Segundo a mesma autora, essa instituição foi criada pela ala conservadora da igreja católica a partir de um acordo com a prefeitura e agia de forma muito controversa. O ano de sua fundação foi justamente o mesmo em que o Partido Comunista foi considerado ilegal no Brasil. Tal legenda possuía grande influência nas favelas durante as décadas de 1940 e 1950, principalmente, no Turano e no Borel, onde atuaram com assistência médica e educação popular.

Para a fundação, de base católica, o comunismo, declaradamente ateu, era uma ameaça a ser extirpada da favela. Por estar ligada aos interesses da municipalidade e os da Igreja, sua atuação era bastante dúbia: em algumas favelas intervinha com ações voltadas para educação, saúde e assistência social; em outras, apoiava a política de remoção, como era o caso do Vidigal.

“E, como disse, nós nunca tivemos sossego, devido sermos de uma área nobre. E, às 17h, do dia 24 de outubro, de 1977, veio ao Vidigal um funcionário estadual da Fundação Leão XIII, entregando um aviso de remoção, para que os moradores colocassem seus pertences na rua, para que às 8h do dia seguinte, os caminhões da Comlurb os levassem para Antares.” (Lima, 2010, p. 10).

Os quatro diretores da AMVV e um morador que tinha contato com o deputado Aluísio Teixeira foram pedir a intervenção do parlamentar a fim de impedir as remoções. Obstinação, bateram na porta do deputado às 20:00h. Como não o encontraram, o cercaram às seis horas da manhã durante sua caminhada na praia do Leblon. O apoio foi conquistado.

A remoção começaria na altura do número 418 da avenida Niemeyer e pontualmente às 8:00h chegaram os caminhões da Comlurb para retirar a mudança dos moradores, funcionários da Fundação Leão XIII e homens da polícia militar. O

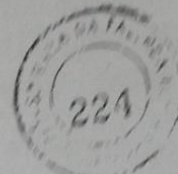
deputado chegou a tempo de impedir essa remoção alegando que a remoção era arbitrária uma vez que não havia um documento oficial.

Porém, após o sobrevoo da polícia⁶², a ordem foi mantida. A imprensa foi chamada e registrou a retirada dos primeiros barracos. Quinze famílias foram removidas. Junto a elas mudou-se também um homem que havia sido traído pela esposa e preferiu reiniciar a vida em outro lugar⁶³. O barraco abandonado serviu de sede da associação de moradores.

⁶² A Favela do Pinto foi extinta após um incêndio; cogita-se ter sido provocado após helicópteros atearem fogo sobre a área.

⁶³ Episódio encenado na peça de Sérgio Ricardo, inspirada na luta contra a remoção, “Bandeira de Retalhos” (2014).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE GOVERNO
FUNDAÇÃO LEO XIII
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



AREA:
PESSOAS: 5.....

Sr. (a) Morador *María José Gomes*.....
FAVELA: *Dr. Niemeyer*, 314, 126..... BARRACO: 37.....

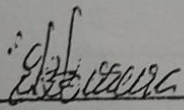
Comunicamos que sua mudança está marcada para o dia *06/01/78*....., com início às 8:00 horas e com destino ao conjunto *Outros*.....

Solicitamos que seus pertences sejam colocados na Rua *Dr. Niemeyer*....., uma vez que os trabalhadores só estarão encarregados da carga e descarga dos caminhões.

Somente o responsável devidamente documentado, poderá receber a unidade habitacional.

O não comparecimento no dia da mudança, implica na perda total do direito à casa.

Cordialmente,



ASSISTENTE SOCIAL

Data: *14/01/78*.....



Fonte: Cláudia Ferreira. Niemeyer, 1977.

É bastante simbólico: retirada de favelados de seu lugar de pertencimento através de um caminhão de lixo do órgão da prefeitura responsável pela limpeza urbana. Isso simbolizava a visão da prefeitura em relação aos favelados. Esses eram vistos como lixo a ser expurgado da zona sul carioca. Pretendiam realizar, mais uma vez, a “higienização urbana”. Corpos negros e nordestinos só deveriam circular pela cidade na condição de mercadorias, mão de obra barata. Não tinham direito à cidade. Não poderiam permanecer na privilegiada zona sul.

No dia seguinte, os dirigentes da AMVV pedem apoio ao deputado Délio dos Santos, ex-presidente da Fundação Leão XIII, entre 1966 e 1970, e que na ocasião havia sido eleito pelo MDB (partido contrário aos militares). O parlamentar, presidente da CPI das Favelas, ligado às demandas populares e a favor da redemocratização do país, apoiou a causa e a encaminhou para a Arquidiocese do

Rio de Janeiro pedindo que D. Eugênio Sales⁶⁴ intercedesse a favor do Vidigal. A partir daí a Pastoral das Favelas, fundada no ano anterior, aderiu à luta.

Embora nas narrativas de Duque e Paulinho, Dom Eugênio Sales seja percebido como um parceiro da causa dos favelados do Vidigal, ou seja, classe oprimida, há várias passagens na trajetória do religioso que evidenciam sua indiferença em relação a outras categorias marginalizadas.

Dom Eugênio Sales comandou a Arquidiocese do Rio de Janeiro por trinta anos (1971 – 2001). Durante esse período, manteve uma postura conservadora e anticomunista. Defendia que a Igreja deveria estar apartada da política, sendo um forte opositor da Teologia da Libertação, a que considerou como “desvios doutrinários de uma corrente meramente sociopolítica da teologia latino-americana e o uso da análise marxista para a reflexão teológica⁶⁵”.



D. Eugênio Sales passa em revista a tropa ao chegar a Brasília para se encontrar com o então presidente Médici: Foto: O GLOBO, Arquivo/26-05-1970⁶⁶

A igreja católica foi favorável ao Golpe de 64. Conforme os absurdos cometidos contra a dignidade humana foram sendo evidenciados, houve um distanciamento gradativo. Segundo Brum (2012) diversos documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) comprovam as críticas da ala progressista da

⁶⁴ Nome de rua na área do 314.

⁶⁵ <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-de-araujo-sales>

⁶⁶ <https://oglobo.globo.com/rio/a-discreta-acao-em-defesa-dos-perseguidos-pelas-ditaduras-5435591>

igreja ao regime militar. Dom Eugênio era um grande opositor do comportamento em conformidade com a luta de classes de alguns religiosos, chegando a transferir de capela padres que possuíam um discurso aliado à luta dos trabalhadores e à liberdade, durante a década de 1970.

Muito embora a igreja católica, desde a II Conferência Episcopal Latino-americana, ocorrida na Colômbia (1968), tenha afirmado compromisso com os pobres, durante a visita do Papa João Paulo II ao Vidigal (1980), D. Eugênio Sales declarou: “A Igreja, porém, não se identifica com uma classe social, ela é essencialmente mediadora”⁶⁷.

Durante o centenário da assinatura da Lei Áurea (1988), Dom Eugênio Sales discordou do texto base nacional criado pela CNBB que assumia a responsabilidade da Igreja perante a escravização de negros no Brasil. Abandonando a autocrítica, procurou amenizar a culpa católica criando uma espécie de Campanha da Fraternidade (que ele mesmo idealizou em 1964) a parte, com o lema “Várias raças, um só povo”. Relativizou o sequestro, usurpação, tortura e trabalho escravo imposto ao negro em detrimento do “orgulho” da miscigenação. Esse não foi o único momento em que o religioso desconsiderou a questão racial como um problema a ser discutido no país. Foi contrário à criação da Pastoral do Negro e de encontros entre entidades ligadas ao MNU com padres e seminaristas negros. Para Dom Eugênio Sales, “a promoção social do negro dificilmente se dará através da exacerbação do sentimento de classe, do uso de sua condição social para acirrar conflitos”⁶⁸.

Em 2008, uma série de reportagens do O GLOBO intitulada “O general do Papa”, de José Casado, o descreveu como um religioso que abrigou presos políticos no Palácio São Joaquim e facilitador da liberdade de muitos deles. Não há comprovação alguma desses atos. Enquanto isso, há relatos de sua omissão diante de violações de direitos. Entre os casos, cito o mencionado por Hildegard Angel sobre o falecimento de seu irmão Stuart Angel e a recusa de ajuda a sua mãe por parte de Dom Eugênio Sales: “fechou os olhos às maldades cometidas durante a ditadura, fechando seus ouvidos e os portões do Sumaré aos familiares dos jovens ditos

⁶⁷ Ver: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-de-araujo-sales>

⁶⁸ Idem

“subversivos” que lá iam levar suas súplicas, como fez com minha mãe Zuzu Angel (e isso está documentado)”.⁶⁹

Houve o que Pollak chama de enquadramento da memória, ou seja, trabalho da história oficial de solidificar certos personagens, acontecimentos e lugares como registro da história, ocultando assim as memórias subterrâneas, próprias dos oprimidos por essa mesma história.

O cardeal-arcebispo defendia que a Igreja deveria estar apartada da política. No entanto, sua atuação religiosa sempre esteve ligada à vida política. Segundo Bessa Freire⁷⁰, Dom Eugênio Sales foi “o cardeal da ditadura”, sendo um grande inspirador da CAMDE, a Campanha da Mulher pela Democracia. As candocas, como ficaram conhecidas as mulheres que militavam nessa frente, tinham como objetivo apoiar o governo militar e combater o comunismo, inclusive nas favelas.

Contraditório, D. Eugênio Sales fundou na década de 1970, além da Pastoral Penal, Pastoral do Turismo e Pastoral do Menor, a Pastoral das favelas. Também foi responsável pela formação de movimentos sociais e de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte. Devido a essas atuações, chegou a ser chamado de “bispo vermelho”. Paulo Muniz, em seu depoimento transcrito em páginas anteriores, narra que o arcebispo chegou a ser chamado para dar explicações sobre o seu envolvimento com a luta dos moradores do Vidigal, porém não informa quem o convocou.

Os depoimentos orais feitos pelos líderes da resistência contra a remoção do Vidigal (Duque, Paulinho) e as narrativas contidas no livro de Armando Almeida Lima relatam que foram investigados pelo DOPS. Acreditando se tratar de jornalistas, davam entrevistas, pousavam para fotos que não eram divulgadas em mídia alguma. As lideranças afirmam que não atuavam de forma partidária.

Uma fala chamou-me atenção. Em alguns momentos, Carlos Duque afirma que na época que lutaram contra a remoção dos moradores, eles não eram “políticos” e que foram “formados dentro da igreja”. Creio serem esses os pontos considerados positivos para a atuação da Pastoral das Favelas no Vidigal. Afinal, desde o início do episcopado de Dom Eugênio Sales sua posição política foi

⁶⁹ Ver: <http://www.hildeangel.com.br/dom-eugenio-salles-otima-relacao-com-os-jornais-antes-da-morte-e-depois-dela/>

⁷⁰ Ver: <http://www.taquiprati.com.br/cronica/989-eugenio-sales-um-cardeal-sem-passado>

conservadora e desvinculada dos movimentos de esquerda. Prestar assistência a uma população católica e apartidária cumpria o intento cristão da solidariedade e não relacionava a igreja aos movimentos progressistas que atuavam em diversas associações de moradores de favelas cariocas.

Segundo as narrativas das lideranças da época, o apoio da Pastoral das Favelas à causa dos moradores do Vidigal foi fundamental para que não fossem removidos. Esse órgão da igreja católica foi responsável pela assistência jurídica recebida por aqueles que sofriam a ameaça de remoção.

A Arquidiocese do Rio de Janeiro, levada a responder aos constantes apelos do povo que a ela recorre, diagnosticou como problemas básicos das comunidades menos favorecidas, a TERRA e a HABITAÇÃO, e criou um SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA voltado, exclusivamente, para esses problemas, e que vem entrando em seu segundo ano de vida. (SIC. Cadernos de Pastoral, Arquidiocese do Rio de Janeiro, 1979, p. 81)

Segundo Brum (2012), o apoio jurídico prestado por advogados ligados à Pastoral das Favelas foi inaugurado no Vidigal. Esse foi o primeiro caso que a remoção de favelados é vencida por via judicial. O documento Cadernos de Pastoral (1979) relata que as ações ajuizadas beneficiaram cerca de dez mil famílias moradoras das favelas: Vidigal, Conjunto Cardeal Câmara, Senador Camará, Cantagalo, Morro São Bento, Loteamento Santa Rosa, Morro dos Cabritos, Chácara do Céu, Vigário Geral e Morro da Formiga.

Mais recentemente, sobretudo através da ação da Pastoral das Favelas, a Igreja tem desenvolvido crescente atividade de apoio e defesa dos moradores de habitações pobres. Em consequência do desenvolvimento desta Ação pastoral, impôs-se a criação de um serviço de Assistência Jurídica, exclusivamente voltado para a solução dos problemas de fixação do Homem à terra, através de atuação sobre os problemas relacionados com os direitos de propriedade, posse e habitação das camadas de menor renda. (Cadernos de Pastoral, Arquidiocese do Rio de Janeiro, 1979, p. 150).

O acompanhamento jurídico prestado aos favelados do Vidigal veio através do escritório do célebre Sobral Pinto, o “Senhor Justiça”, devido a sua amizade pessoal com D. Eugênio Sales. O renomado advogado era católico fervoroso e defensor dos valores morais da Igreja. Concordava com o controle do poder público sobre peças teatrais a fim de impedir a imoralidade, embora fosse contrário à censura aos meios de imprensa e aos livros.

Sobral Pinto (1893-1991) era contra o comunismo e não anticomunista. Chegou a defender líderes comunistas como Carlos Prestes e Harry

Berger, em 1936. A fim de garantir um tratamento humanitário a esse último, que sofria torturas na prisão, o advogado chegou a recorrer à Lei de Proteção aos Animais. Foram vários os presos políticos defendidos por Sobral Pinto, que nunca lhes cobrou por seus serviços prestados. Atuou também na defesa de Leocádia Prestes, filha de Olga Benário e Luís Carlos Prestes, detida pelos nazistas alemães.

Seu senso de justiça era tamanho que junto a diversas personalidades da época criou a Liga da Defesa da Legalidade. O propósito era garantir a realização das eleições e a posse dos eleitos em 1955, independentemente de serem herdeiros políticos de Getúlio Vargas, de quem divergia (João Goulart e Juscelino Kubitschek) ou ligado à UDN, partido com o qual se coligava. Em 1956, já empossado, Kubitschek ofereceu-lhe uma cadeira no STF. O “Senhor Justiça” recusou.

Tal episódio ocorrido há 54 anos foi lembrado em novembro do ano passado por alguns jornalistas, após o anúncio de que o juiz Sergio Moro havia aceitado o convite do recém-eleito presidente da República para ocupar o Ministério da Justiça. Em um texto assinado por Marcelo Auler, cujo título é “Faltou a Moro a dignidade de um Sobral Pinto”, a honradez do atual ministro é colocada em xeque. Isso porque enquanto magistrado, Moro liderou a Lava Jato, operação responsável pela prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o líder do PT era o favorito para ocupar o Palácio do Planalto. Ao ser impedido de concorrer ao pleito, possibilitou a eleição de Jair Bolsonaro. Dessa forma, Moro teria se beneficiado politicamente de uma decisão tomada quando juiz.

Voltando a falar do jurista católico, Sobral Pinto apoiou o golpe de 1964, mas arrependeu-se logo em seguida devido à truculência do governo militar imposta aos seus opositores e ao enfraquecimento do legislativo e do judiciário. Logo após a instituição do AI5, Sobral Pinto foi preso. Posto em liberdade, passou a defender presos políticos e as causas populares apoiadas pela igreja católica. Em 1986, teve aceita sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz pela comissão organizadora do concurso.

Quem representava o escritório do renomado jurista a favor dos moradores do Vidigal era Bento Rubião. Foi esse jovem advogado quem descobriu as intenções da Companhia Rio Tower, pertencente a um amigo de faculdade, para a

área ocupada pelos favelados. Tentou-se uma negociação amistosa, como essa não avançou, o caso foi para o litigioso. Bento Rubião é uma figura muito respeitada pelos líderes contra a remoção, que atestam que ele não poupava esforços na defesa dos interesses dos moradores. Seu empenho foi tanto que assumiu o cargo de advogado da FAFERJ. Seu projeto de lei “Usucapião Especial Urbano”, escrito com colaboração de advogados da Pastoral das Favelas, foi adotado na constituição de 1988.

Segundo Armando de Almeida Lima, não se sabe como, mas surgiu embaixo da porta do escritório de Bento Rubião uma pasta com documentos da empresa Rio Tower que evidenciavam o verdadeiro motivo da remoção: havia um projeto aprovado pela prefeitura para a construção de 84 duplex de alto luxo, planejado pelo arquiteto Oscar Niemeyer⁷¹. Os quatro diretores procuraram o renomado profissional que os recebem e demonstra solidariedade, afirmando desconhecer que a área era ocupada. No dia seguinte, Niemeyer, comunista convicto, convoca a imprensa e desliga-se do projeto arquitetônico.

Como narrado por Duque e Paulinho, várias medidas foram tomadas a fim de protelar a remoção. Houve resistência por parte dos moradores. Ainda assim, muitos foram seduzidos com a promessa de uma melhor moradia. Ao levá-los até o local prometido como digno e promissor, os dirigentes possibilitaram que os próprios moradores decidissem pela permanência no Vidigal (logo, engajamento na luta contra a remoção) ou a mudança para Antares.

Enquanto os moradores elaboravam estratégias de resistência, as procurações eram expedidas. Assim, cada tentativa de remoção era brecada por Bento Rubião, representante dos interesses dos moradores. Aqueles que não acreditaram na capacidade do advogado ou no “poder” daquele documento, infelizmente, foram levados para Antares por não possuírem representação jurídica. Alguns moradores dizem que quinze, outras narrativas contam que 26, o fato é que famílias foram removidas no dia 6 de janeiro⁷² de 1977.

O perigo de que outras famílias fossem removidas permanecia. A intenção era desapropriar uma área de aproximadamente 500m por 100m. A alegação era que se tratava de uma área vulnerável e corria o risco de desabamento. Um

⁷¹ Nome de rua na área do 314

⁷² Nome de rua na área do 314

geólogo da UFRJ foi contratado pela Pastoral das Favelas e atestou o seguinte: “o solo residual é ali altamente resistente e o fato de a encosta ter sobrevivido até o momento incólume, atesta sua sanidade”⁷³.

Em 9 de janeiro de 1978, o processo de número 3155, da 5ª. Vara de Fazenda Pública “postula a reconsideração do despacho concessivo de medida cautelar de não remoção dos requerentes da chamada favela do Vidigal”⁷⁴. Desconsidera o laudo do Professor Costa Nunes a favor da Municipalidade e argumenta que tal parecer:

apenas aventa hipóteses de catástrofes, que podem acontecer na área em questão como em qualquer outra, dada a generalidade com que a referida exposição trata o assunto chegando mesmo a afirmar ‘ninguém poderá garantir que chuvas intensas não venham a causar acidentes sérios à encosta do Vidigal’. Ora, é óbvio, pois ninguém pode garantir que chuvas intensas não venham a causar acidentes a qualquer região. [...]

e) Causa espécie, por outro lado, a súbita preocupação da municipalidade com a integridade física e a segurança dos requerentes, preocupação tanto mais estranhável quando, existindo a favela no local, comprovadamente, há mais de vinte anos coincide com a também repentina valorização imobiliária da região, preferida das redes internacionais de hotéis e similares.

f) O Estado declarou a área ocupada pelos requerentes de utilidade pública, para fins de desapropriação. Vê-se, assim, que o Poder Público, tem a seu alcance remédio presto para evacuar a área: basta o aforamento da ação de desapropriação, deixando aos requerentes a discussão, com aqueles cujos nomes estiver transcrito o terreno, acerca do direito ao levantamento do preço.⁷⁵

Embora, como narrado por Paulo Muniz, o fato tenha sido comemorado pelos moradores, fica evidente no documento acima, que o título concedido pelo Poder Público não garantia a permanência definitiva dos ocupantes. Os moradores ainda poderiam ser removidos.

“O governador para parecer que não tinha envolvimento desapropriou a terra para interesse público. Poxa, fizemos uma festa! O Bento nos deu um puxão de orelha: “Interesse público? Não tem que comemorar nada! O poder público pode pedir a terra quando quiser. Temos que lutar pela desapropriação por interesse social”. Em 1980, antes do Papa vir, nos deram o interesse social”. (Paulo Muniz, um dos líderes contra a remoção e ex-presidente da AMVV)

⁷³ FEEMA. Fundação estadual de engenharia do meio ambiente. Finep. Relatório de atividades do projeto de ecodesenvolvimento. Cadernos Feema - série relatórios técnicos 3/80. 1980 6v.

⁷⁴ Caderno de Pastoral, Arquidiocese do Rio de Janeiro, 1979, anexos.

⁷⁵ Idem.

Surgem também na década de 1970, personalidades que se tornariam fundamentais no apoio à resistência contra a remoção do Vidigal: Ana Maria Noronha⁷⁶, Maria Cristina Noronha de Sá⁷⁷ e o deputado Flores da Cunha⁷⁸, entre outros ligados à Pastoral das favelas ou ao presidente da CPI das favelas, Délio Santos. Outra colaboração fundamental veio através do cantor e compositor da era dos festivais da canção e do Cinema Novo, Sérgio Ricardo⁷⁹. Esse havia comprado um barraco na área do 314 a fim de fazer um laboratório para o seu filme “Zelão”. Ao chegar de uma turnê, descobre que sua casa também estava marcada para ser removida. Graças a sua influência junto à intelectualidade da época, consegue ratificar o apoio do renomado jurista Sobral Pinto. Transcrevo parte da narrativa coletada em seu apartamento no Vidigal, em 2017, a fim de ilustrar como esse artista pertencente à classe média, ex-morador da Urca, foi morar no Vidigal.

“Isso foi... não sei exatamente a data. Data para mim é uma confusão... tem uns 40 anos atrás... Eu estava separado da minha primeira esposa e estava procurando um lugar para morar. Estava cansado da classe média. Também queria fazer uma pesquisa para um filme, que acabou não sendo feito, o Zelão, e me apaixonei pelo Vidigal. Me apaixonei pela paisagem humana e pela paisagem, paisagem mesmo. Eu desci com o rapaz que me vendeu o apartamento para buscar o carro que estava parado na avenida. De repente quando eu olho, vejo um garoto empinando papagaio. Aí, eu falei: ‘O que eu queria mesmo era comprar aquele barraco’. Dei um assobio, eu assobiava forte, o menino ouviu e veio. Eu disse: ‘Você sabe de algum barraco para vender?’. Ele disse que ali onde ele estava soltando pipa o cara queria vender.

Comprei o barraco. Aí, disse: ‘Como que é a escritura?’. Ele veio com uma conversa que eu até uso no meu filme. O papo dele é perfeito: ‘Meu amigo, você entra com a família e com a mobília pela porta da frente e eu saio com a minha família pela porta de trás. Tá feita a escritura’.

⁷⁶ Nome de rua na área do 314

⁷⁷ Nome de rua na área da 25

⁷⁸ Nome de rua no Largo do Santinho

⁷⁹ Nome de rua na área do 314

Meu barraco era uma casa de pescador lindíssima! Era de estuque, mas muito confortável. Eu passava um tempo aqui⁸⁰, um tempo lá. Quando precisavam do barraco, eu vinha para cá. Faziam reuniões lá, chegou a abrigar pessoas. O Marcão era o gerente do barraco.

A associação estava morta. Estava largada. Quando eu soube que tinham todas essas demarcações, eu falei: “Essa associação tem que funcionar”. Removeram umas 15 famílias para Antares. Conseguimos bloquear a remoção. Eu havia conseguido uma pessoa para falar com o Sobral Pinto. Eu pensei: ‘Só o Sobral Pinto que vai resolver esse problema na justiça’. Ele topou e acabou vencendo a causa em juízo. (Sérgio Ricardo, multiartista, um dos líderes contra a remoção)



Foto: Arquivo da autora. Marcão do 314 e Sérgio Ricardo (Vidigal, 1977)

Embora os juristas trabalhassem voluntariamente na causa, havia os gastos com os processos. Sérgio Ricardo, que era diretor cultural da AMVV na época, organizou um show com os Acadêmicos do Vidigal no ginásio da escola Stella Maris (onde Carlinhos Pernambuco e Duque, diretores da associação de moradores, trabalhavam como motoristas). Ney Matogrosso⁸¹ dois meses depois também fez um show no mesmo lugar a fim de angariar fundos. Foi um sucesso de público e um fracasso de bilheteria, pois os ingressos foram vendidos a preços irrisórios a fim de possibilitar que moradores do Vidigal e de outras favelas pudessem assistir. Oscar Niemeyer, provando apoiar os moradores, doou parte do dinheiro que faltava para custear o processo.

⁸⁰ Refere-se ao apartamento onde ainda vive, localizado na av. Presidente João Goulart.

⁸¹ Nome de rua na área do 314

“Alguém conhecia o Ney Matogrosso e ele se prontificou fazer um show. O Carlinhos Pernambuco e o Carlinhos Duque trabalhavam no Stella Mato; o show foi lá. E entra o Ney Matogrosso com as calças abaixo dos quadris e um cacho de bananas na cabeça. Eu pensei: ‘É hoje que as freiras vão enlouquecer!’. Foi maravilhoso! Conseguimos lotar aquele ginásio esportivo. Fomos atrás de cacho de banana, de bananeira para compor o cenário. Ney foi incrível!” (Filomena de Prinzio, atuante na luta contra a remoção, ex-moradora do Vidigal)

O Vidigal teve a presença até do descendente da nobreza. De acordo com Armando de Almeida Lima (2010) o Príncipe Dom Pedro Orleans e Bragança esteve no morro. Segundo o representante da monarquia brasileira, o objetivo era que seu prestígio colaborasse para a permanência da população favelada. Figuras não pomposas, mas de fato fundamentais, chegavam constantemente. Eram médicos, advogados, sociólogos, jornalistas. Todos interessados em apoiar os moradores (alguns viraram nomes de ruas do morro). Jovens românticos que lutavam pela democracia no país e pelo fortalecimento de movimentos sociais.

“Eles foram chegando, cada um que chegava ajudava mesmo. Chegavam médico, jornalistas, psicólogos, sociólogos. As pessoas caíam lá. Caíam porque alguém levava ou sabia e queria ajudar. Não era moda ajudar favela. Hoje é moda.” (Filomena de Prinzio, atuante na luta contra a remoção, ex-moradora)

É possível analisar tal trecho a partir da visão do político e historiador de Burkina Faso, Ki-Zerbo, em sua obra “Para quando a África”. O intelectual foi o editor do volume 1 da coleção História da África, encomendada à UNESCO em 1964, por países africanos. Nessa publicação, consta o texto de Hampaté-Bâ, que serve de apoio para pensar oralidade, narração e memória. Ki-Zerbo acreditava numa África consciente de seu passado e capaz de mudar o futuro. Defendia a união pan-africanista, mas aceitava a colaboração de não negros na construção de uma sociedade mais voltada para o respeito humano.

É por isso que é preciso favorecer as redes de grupos que criem um projeto para “o homem novo”. (...) Um homem aberto a alteridade e que, sobre uma

base econômica e social mínima esteja aberto às relações, às ligações humanas, a uma ética universal e aos valores. Quando falo de valores, penso nos valores morais, psicológicos, ideológicos e religiosos, mas não só. Proponho, pois, um projeto que seja como um foguete com três estágios: os bens econômicos, as ligações sociais (que compreendem as relações humanas, os serviços e a organização humana) e os valores. Esse projeto humano não visa simplesmente maximizar o consumo material. Será construído com base nos valores da solidariedade, convivência, alteridade, compaixão, autocontrole, piedade e equilíbrio... (Ki Zerbo, 2009, p.156-157).

Dentre os militantes da causa dos favelados, destaco duas figuras muito importantes: Felícia e Filomena de Prinzio. A primeira era uma arquiteta, que munida da sua Super 8, registrava todos os acontecimentos relacionados à luta contra a remoção e as estratégias de resistência⁸². Quanto à segunda, era uma moradora do Condomínio Pedra Bonita, localizado na subida da antiga Estrada do Tambá, início do morro. Embora fosse moradora da área legalizada e pertencente à classe média, Filomena se dedicou, por muitos anos, a ajudar para a conquista de melhorias e garantias de direitos da população favelada do Vidigal. Chegou a se formar em Fonoaudiologia a fim de atender a população local, fundou o jornal “O Mensageiro” e participou do grupo de mulheres da AMVV, na década de 1980.

“Eu fui morar no Vidigal em 1975. Eu fiquei uma semana sem dormir. Todas as cores do dia eram incríveis. Não tinha kombi, não tinha van, não tinha motocicletas. O pessoal subia e descia a pé. Era bem aquele negócio: ‘Lá vem o Brasil descendo a ladeira’. Eu ficava extasiada. Outra coisa que me chamava atenção é que as pessoas passavam o dia carregando água em latões. Aquilo me impressionava porque eu tinha uma floreira na janela e passava o dia regando minhas plantas. Tem um quê de errado. Como eu posso ficar aqui regando minhas plantas e o povo carregando água?”

Houve nesse momento uma junção entre classes. Moradores do “asfalto”, pertencentes à classe média, uniram-se aos favelados a fim de que o direito à cidade fosse garantido através da permanência desses últimos em seu lugar de moradia e práticas sociais cotidianas. Esses jovens filhos de famílias abastadas se

⁸² Felícia perdeu o contato com os moradores do Vidigal. Durante mais de 30 anos, acreditou-se que todos os arquivos por ela registrados haviam se perdido. Houve um reencontro entre essa figura e líderes da luta contra a remoção em 2018. Desde então, os arquivos estão na cinemateca do MAM.

admiravam com a capacidade de organização e resistência da população local.

“Naquela época o Vidigal não tinha água, não tinha esgoto, não tinha eletricidade... e aquelas pessoas... Não tinha nada. Era o caos. E aquelas pessoas acreditavam. Era uma força... aquelas mulheres... aquelas crianças... Foi amor à primeira vista.”
(Filomena de Prinzio)

Características que não surpreendem aqueles que apesar da marginalização de sua existência e privação de direitos, criaram (e criam) estratégias de sobrevivência e luta contra as opressões. Sendo assim, a favela também tinha (e tem) muito o que ensinar ao asfalto. Alguns estudiosos sobre favela, destaco aqui Alba Zaluar (1999), costumam observar o favelado como um indivíduo incapaz de ser o ator de transformação social. Acreditam na passividade ignorante própria dos favelados.

O Vidigal se unia e crescia a adesão de indivíduos oriundos de diversas partes da cidade. Mas foi a iniciativa dos moradores do morro que inaugurou uma prática mais tarde adotada como medida de governo voltada para as favelas: os mutirões. O primeiro no Vidigal foi para a construção das escadas da hoje denominada rua Bento Rubião, em 1979.

Em 1984, o governador Leonel Brizola implementa o Projeto Mutirão. Esse projeto realizou obras em diversas favelas, tais como: instalação de rede de água e esgotos, pavimentação das ruas, construção de escadarias e contenção de encostas. Utilizava-se de mão-de-obra local remunerada e administrada pelas Associações de Moradores. O Projeto Mutirão contava com recursos Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, o Fundo Rio. Tratava-se de uma parceria entre a SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) e a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Em relação ao Vidigal, o apoio financeiro veio da UNICEF e da Rede Globo. Essa parceria foi conquistada por um funcionário da emissora, que fazia trabalhos sociais em favelas⁸³. Os moradores recebiam o material de construção e se

⁸³ Em troca do apoio, Armando Lima fez um comercial para Globo conscientizando a população favelada a jogar lixo na lixeira.

responsabilizavam pela mão-de-obra. O asfaltamento e saneamento básico eram feitos por um grupo de voluntários que organizava o mutirão de sua rua. Como esse trabalho não era remunerado e os envolvidos possuíam outras atividades, as obras eram feitas nos fins de semana. Havia uma grande mobilização de toda favela e reclamação também. Áreas menos articuladas reclamavam a preferência dada às vias principais e com maior número de voluntários.

Lembro-me desse período. A rua Dr. Sobral Pinto, localizada na Pedrinha, área onde eu moro, foi asfaltada antes das suas perpendiculares. Isso porque essa é a via principal da localidade. A minha rua, Cristina Borges, foi uma das primeiras a receber o asfaltamento e os dutos de esgoto. Lá também vivia a diretora da AMVV, Carmem Lúcia. Moradores de outras vielas alegavam que havia uma prioridade de atendimento aos endereços das lideranças.

Porém, tais desconfortos não diluíram a força coletiva. Minha mãe trabalhava como empregada doméstica e muitas vezes dormia no serviço. Eu e meu irmão passávamos a semana na casa dos nossos tios. Não tínhamos onde morar. Um morador conhecido com Pato Rouco cedeu parte de seu terreno a minha mãe. Embora tivéssemos o local para construir nosso barraco, não havia meios de arcar com os gastos com material e mão-de-obra. Certo dia minha mãe chega no beco e se depara com um barraco erguido com estuque e madeira. Era nosso! Meu tio cavou, tirou o barro, homens e mulheres da vizinhança trabalharam na construção. Essa prática foi repetida diversas vezes e é uma das lembranças mais significativas da minha infância.

Toda essa mobilização e visibilidade favoreceu a escolha do Vidigal para ser a favela que receberia o Papa. Era o momento de a população junto à cúria católica organizar a “casa” para a visita do Pontífice. A primeira medida foi a construção da Capela onde ocorreria a solenidade papal. O lugar mais adequado era o terreno onde o União Futebol Clube treinava. O material foi doado pela Arquidiocese e pela Igreja Santa Mônica, os moradores organizaram mutirões para a mão-de-obra, como narrou Paulo Muniz:

“Com a vinda do Papa, a Light botou luz. Foi o grupo jovem que colocou nome nas ruas, nós íamos na associação e decidíamos quais seriam os nomes das ruas. Tinha que ser de quem ajudou o morro.

Sabíamos que ele queria vir numa favela. Queriam uma favela arrumadinha. Seria uma lá do Largo do Machado. Procuramos o pessoal da Pastoral que ajudou a gente e perguntamos: Por que não o Vidigal? Nós temos organização, somos sérios e o Dom Eugênio Sales já conhece a gente. Fizeram uma reunião, levaram o nome do Vidigal e o Vidigal foi aceito.

Ai, eles disseram que tinham que arrumar umas coisas. Nós dissemos: 'Bom, não queremos que mude muita coisa. Queremos que o mundo veja, através da vinda do Papa, como o Vidigal é atualmente'. Ali quando você vem subindo no 314, não havia casas dos dois lados e a passagem era de uns 60 centímetros. Fizeram uma ponte de madeira, o chão era de barro; não podiam botar asfalto. Colocaram pó de pedra e convenceram a gente a colocar orelhões porque era importante a comunicação.

A Light já tinha descoberto que colocar relógio em favelas era um bom negócio. Começaram a colocar o relógio lá em cima. Quando souberam que o Papa viria aqui, colocaram aqui embaixo. Nós aceitamos porque ia precisar de som.

Nós vamos receber o Papa, mas não temos igreja. Nos convenceram que o melhor lugar para fazer a capela era no nosso campo de futebol. O Vidigal estava crescendo, vários moradores queriam fazer um barraco ali. Então, se vamos perder, vamos perder para a Igreja.

A prefeitura comprou o material e contratou mão-de-obra daqui mesmo. Nós carregávamos material, virávamos massa... Tinha criança carregando tijolo. No final, se distribuía refrigerante e biscoito. Pena não ter mais essa foto; se perdeu. Foi muito lindo esse mutirão.

Vamos fazer uma reunião para escolher o nome do padroeiro: Santa Edwrigens, Nossa Senhora Aparecida e São Francisco de Assis. Teve campanha, boca de urna. Fizemos uma assembleia com duas ml pessoas no Stella Maris, colocamos urna e o pessoal votou. São Francisco de Assis ganhou. A Filomena trouxe a imagem de Assis. Ela era aeromoça, trouxe de presente.

A Niemeyer ficou fechada, ficou combinado que só teria gente do Vidigal e não teria missa porque a igreja era pequena, ficaria muito apertado. Marcão, Moacyr e Marquinho compuseram o samba do Papa. (Paulo Muniz)

A eletrificação foi providenciada, além da instalação de vários orelhões. Antes o único telefone da região era privado e ficava na barraca do Seu Aluísio (irmão do Armado Almeida Lima) que funcionava como uma espécie de base (além, é claro, da birosca da Conceição _ ponto de encontro da diretoria da AMVV).

Após a escolha do nome do padroeiro, São Francisco de Assis, outras providências foram tomadas para a visita papal. A imagem do santo foi trazida de Assis, na Itália, pela aeromoça e moradora dos “prédios” Filomena de Prínzio⁸⁴. Os moradores, anfitriões, participaram ativamente dos preparatórios para a chegada do visitante. Contaram também com a colaboração de voluntários externos.

“Aí, vieram arquitetos que se prontificaram, engenheiros que se prontificaram. Alguém conhecia alguém, acho que na PUC. Era um negócio incrível, que eu acho que a gente perdeu em algum lugar. Ninguém ia ali para fazer marketing, fazer graça. Tanto é que ninguém sabe quem foi o arquiteto, quem foi o engenheiro que construiu aquilo. Eu sei porque nos tornamos amigos. Foi o André Lopes e a Carmem Lopes, eles eram os arquitetos. O engenheiro eu não sei lhe dizer quem foi. Tudo era feito no mutirão mesmo. Tudo era doado. A gente não tinha dinheiro”. (Filomena de Prinzió)

Na ocasião o Papa doou o anel episcopal ao Vidigal, entregando-o ao Padre Ítalo Coelho⁸⁵, coordenador da Pastoral das Favelas. Depois de muito pensar sobre o que fazer com a joia, decidiu-se que ficaria guardada no recém-inaugurado Museu de Arte Sacra da Catedral do Rio de Janeiro. Uma réplica foi feita e entregue ao morro, mas roubada algum tempo depois.

Durante a segunda visita do Papa ao Rio de Janeiro, a joalheria Amsterdam Sauer mandou fazer uma outra réplica. Essa também foi abençoada por

⁸⁴ Nome de rua na área do 314

⁸⁵ Nome de rua entre a Pedrinha e o 314 (antigo “Poço”)

João Paulo II e guardada por um grupo de católicos do Vidigal que se revezam até hoje na proteção do anel.

“Um gesto que não estava previsto foi quando o Papa tirou o anel e entregou para o padre de presente para o Vidigal. Isso não é comum. O Papa só tira o anel quando morre”. (Carlos Duque)



Foto: Arquivo pessoal Armado Almeida Lima. Entrega do anel papal ao padre Ítalo Coelho.

“Em relação ao anel, nós fizemos uma assembleia e decidimos que se vendêssemos o anel o que faríamos com o dinheiro? Iríamos dar um valor para cada? Não resolveria o problema. Era melhor que mantivéssemos essa aliança com a Igreja. Ibrahim Sued, colunista do O Globo, puxou um leilão. Nós falamos que trocaríamos o anel pela urbanização do Vidigal. Ninguém tinha interesse. As pessoas tinham a esperança do Vidigal sair. Nós sabíamos que com a vinda do Papa tínhamos conseguido o direito.

Na época estavam construindo um museu de arte sacra. Tinha reunião da Pastoral de Favela no Cantagalo logo após a vinda do Papa. No final dessa reunião, o anel saiu rolando. Acende fósforo, acende isqueiro e achamos o anel. Vimos que não tinha

como ficar com aquele anel. Deixamos com a Igreja e guardamos a réplica na capela. A capela foi invadida e roubaram o anel. Graças a Deus era uma réplica!

Não era gente do Vidigal. Sabemos que não era morador do Vidigal porque apareceu uma pessoa na capela perguntando muito; lá na birosca da Conceição, perguntando muito e usava óculos. Esse óculos foi deixado na capela e o anel sumiu. Foi essa pessoa que pegou. Nessa época já havia aqui o tráfico. Não chamamos a polícia e falamos sobre o anel com o tráfico. Eles não se interessaram, porque se eles quisessem, podiam recuperar o anel. Então, falamos com o Dom Eugênio Sales e ele nos deu outra réplica”. (SIC. Paulo Muniz)

Da narrativa acima destaco um episódio para a análise imediata. O anel papal era uma espécie de representação de uma conquista da favela. Aquela joia devia ser apreciada por outras pessoas. Como dito por Paulo Muniz em transcrições adiante, no momento que João Paulo II esteve no morro, o Vidigal era a metonímia das demais favelas. Esse era o sentimento das lideranças da época. Devido a essa concepção, a “obrigação” de exibir o anel para outros favelados estava acima da precaução em preservá-lo.

Ao ter a joia furtada da capela São Francisco de Assis, a busca por auxílio na recuperação não foi solicitada ao poder oficial. A polícia não foi acionada. Procurou-se o tráfico local. Considerou-se, inclusive, que a facção responsável pelo comércio de drogas ilícitas tinha o poder para recuperar o anel roubado.

A visita durou cerca de uma hora e meia, não houve celebração de missa, apenas a inauguração da capela. João Paulo II a abençoou e leu o Sermão da Montanha. Durante sua estada no Vidigal, dois fatos curiosos aconteceram. O primeiro trata-se de uma coincidência. O Papa entrou na casa de D. Elvira, justamente a mãe de Armando Almeida Lima, presidente da AMVV. Inusitado mesmo foi a atitude do presidente do Flamengo, Márcio Braga. Ele mandou que um jornalista entregasse a João Paulo II uma bandeirinha do time. Sem saber do que se tratava, o Pontífice a levou. Esses fatos são narrados no livro de Armando Almeida Lima (2010).

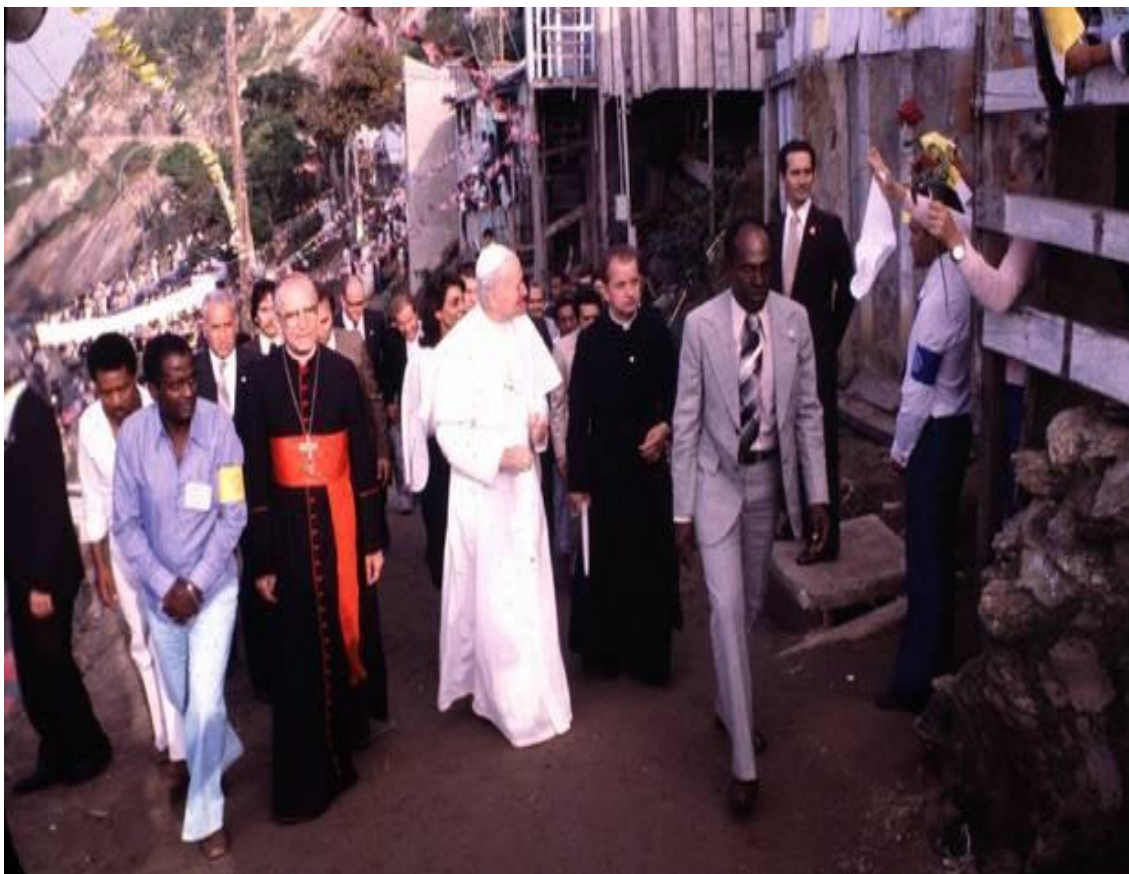


Foto: Acervo pessoal de Armando Almeida Lima. Chegada do Papa João Paulo II ao Vidigal (1980).

Embora a maioria das narrativas aqui expostas e da fala comum entre moradores de um modo geral afirmarem que foi a vinda do Papa o fato que garantiu as melhorias, a fala de Filomena de Prinzi traz uma outra visão:

“Em 80, quando veio o Papa fez-se a luz. Deu-se a magia! Esse movimento todo começou na remoção. Em 1977 tomou vulto; 78... trabalhando, lutando. Esses órgãos já sabiam das necessidades, evidentemente. Tudo pelo o que gente tinha batalhado por dois anos, de repente em dois meses foi instalado. A água foi instalada, a luz foi instalada... Um milagre! Tudo para a vinda do Papa. Nunca vi tanto orelhão. Uma coisa fantástica, né?! O morro não tinha nem água, de repente tinha até orelhão”.

Hampaté-Bâ nos diz na sua contribuição à coletânea História da África Negra, no capítulo “A tradição viva”, que “cada partido ou nação enxerga o meio-dia da porta de sua casa”. Essa era uma referência a um dito africano, usado na ocasião para defender que as histórias podem ser contadas através “do prisma das paixões,

da mentalidade particular, dos interesses ou, ainda; da avidez em justificar um ponto de vista”. Não deposita credibilidade nem mesmo nos documentos escritos, que também teriam a influência de copistas. Logo, toda e qualquer história narrada teria a sua parcialidade.

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra. (HAMPATÉ – BÂ. In.: KI-ZERBO, P. 168)

Toda a memória é seletiva. Ao eleger fatos e acontecimentos do passado, o narrador também escolhe os protagonistas das ações sociais narradas. Pollak (1989) defende que as memórias coletivas, constituídas solidamente, preocupam-se com os protagonistas dos grupos sociais que divulgam tais memórias. Isso porque a memória difundida tem que estar de acordo com o grupo a que pertence. Seria o que chama de enquadramento da memória. Uma vez que a maioria dos narradores que aqui deram seu depoimento é católica, o protagonismo foi dado à Igreja. Paulo Muniz chegou a dizer “*A vinda do Papa foi o nosso verdadeiro título de propriedade, porque ninguém iria remover a favela do Papa*”. Embora não anulasse todo o esforço comunitário contra a remoção, credenciou a vitória ao representante maior da Igreja na época.

Outro aspecto interessante é o fato de a mobilização comunitária ter se iniciado em um terreiro de candomblé e a atuação de membros dessa religião ter sido ocultada nas narrativas coletadas. Apenas o nome do pai de santo Modesto é mencionado. Ora, ele também foi o primeiro presidente da AMVV e esse dado não havia como ser negligenciado pelos narradores católicos.

Quanto ao trabalho comunitário nas reivindicações de melhorias e infraestrutura para o Vidigal, Filomena de Prinzió reclama o protagonismo dado à visita papal. Segundo ela, as demandas até então ignoradas pelo poder público não foram atendidas em benefício da população favelada, mas do visitante da favela.

Nas vésperas da visita do Pontífice ao Vidigal, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, na presença do cardeal Dom Eugênio Salles, da imprensa, dos membros da AMVV e dos advogados atuantes na causa, foi assinado pelo governador Chagas Freitas a desapropriação do Vidigal para fins sociais. O Vidigal venceu. Porém, no

mesmo momento em que esse morro recebia o Papa e comemorava a permanência da população favelada, na Barra da Tijuca uma outra favela era removida.

“Quando o Papa saiu foi um alívio, um peso tirado de nossas costas. Nós tínhamos medo do Papa ser assassinado aqui. Não por ninguém do Brasil, mas por algum radical. E, nós sabíamos que o Vidigal estava representando várias favelas. Não era só o Vidigal. Era um momento de remoção de favelas. Então, se acontecesse qualquer coisa com o Papa, nós estávamos decretando a remoção de todas as favelas. Naquele mesmo dia, vieram para cá um grupo de mulheres, todas de preto, porque naquele mesmo dia a favela delas, uma bem pequena lá na Barra, seria removida. A nossa ideia era sair todo mundo daqui e ir lá e se a imprensa quisesse falar com a gente, que fosse para aquela favela que ia ser removida.

Armando não quis; quis ficar aqui para falar com a imprensa. Um grupo foi, mas queríamos mostrar que o Papa tinha acabado de vir em uma favela e a outra estava sendo removida... se chamava União da Barra, lembrei. Eles foram bem indenizados, compraram apartamentos na Taquara. Os tratores avançaram e nós saímos da frente devagarinho. Só a Ana Maria Noronha não saiu. Isso me marca até hoje”. (Paulinho)

As lideranças do Vidigal, em 1980, já haviam expandido o território de atuação. Já não militavam só em prol do Vidigal, mas de diversas favelas filiadas à FAFERJ. Carlos Duque, que quando iniciou a luta contra remoção se dizia “não político”, compunha o quadro de diretores da instituição representativa dos moradores de favela. Seu papel era destacado, ao organizar um congresso na FAFERJ, chegou a receber do poeta Carlos Drummond de Andrade o poema “Urbaniza-se? Remove-se? (1979), em solidariedade à causa dos favelados. A experiência como diretor da instituição, inclusive, possibilitou novas ferramentas para o Vidigal. Estratégias lá adquiridas eram trazidas para o morro. Além disso, sua dedicação à FAFERJ requeria tempo; logo, Duque precisou da colaboração da juventude da época para a continuidade do trabalho realizado na sua favela. Essa atitude possibilitou que a geração seguinte continuasse o legado.

“Quando eu fui para a FAFERJ, vi que havia grupo jovem. Cheguei aqui e disse para eles se organizarem, formarem passeios, propostas... Vi que o Pauinho se destacava. Pensei: pronto, já posso formar uma diretoria e me dedicar só à FAFERJ. Isso foi depois da vinda do Papa. (Duque)

A importância da luta do Vidigal contra a remoção inspirava outros moradores de favelas a lutar pelos seus direitos, como é descrito em pesquisas a respeito do tema. Devido a isso, é compreensível a tentativa de apoio das moradoras da favela da Barra da Tijuca para que não fossem removidas. Também é interessante observar que Paulo Muniz, diretor da AMVV na época, tivesse preocupação com o modo como o Vidigal se sairia durante a visita do Pontífice e com essa representação da população favelada.

Porém, mesmo com o engajamento político e ideológico daqueles diretores que atuavam também na FAFERJ e o recém conquistado direito dos moradores de permanecer no Vidigal, o apoio à favela que poderia ser removida na zona oeste não foi uma unanimidade. Armando Almeida Lima, na época presidente da AMVV, preferiu a devoção à Igreja em detrimento da causa da população favelada.

Nem mesmo Ana Maria Noronha, pessoa ligada a D. Eugênio Sales e pertencente à classe média, se furtou de lutar em defesa dos moradores que seriam removidos, colocando-se na frente dos tratores. Havia por parte dessa senhora uma empatia com os problemas dos trabalhadores favelados, atestada diversas vezes no Vidigal e imortalizado nas memórias de Paulo Muniz através desse episódio narrado.

Os problemas urbanos desempenham, então, um papel privilegiado na construção da aliança de classes sobre bases reivindicatórias (e não somente políticas), devido ao seu pluralismo e ao seu caráter de contradição secundária, mais diretamente ligadas ao aparelho de Estado” (Castells, 1983:580).

Após a conquista da permanência, o Vidigal começou a se estruturar e reivindicar melhorias. Até porque, como narrado por Paulo Muniz, a vinda do Papa não garantiu toda a infraestrutura para o Vidigal, por escolha dos próprios diretores da AMVV. A ideia era que a vinda do Papa possibilitasse que as mazelas do morro fossem exibidas e assim, posteriormente, sanadas.

Uma demanda que dificilmente teria o apoio do poder público teve uma solução criativa por parte do músico Sérgio Ricardo. Uma vez que as casas não

seriam mais removidas, era possível transformar os barracos em habitações mais dignas, feitas de alvenaria. Eis que surge o show beneficente “Tijolo por tijolo”.

“A imprensa divulgou muito que as nossas casas eram de madeira, caindo aos pedaços, mas dentro tinha fogão, geladeira, televisão... Tinha televisão! Ora, nós dissemos que se fizéssemos de tijolo e fôssemos removidos não aproveitaríamos nada. De madeira dava para construir em outro lugar. Quando conseguimos ficar, começamos uma campanha para valorizar as casas.

Uma senhora nos perguntou por que nós incentivamos fazer casas de tijolos se os próprios diretores tinham casa de madeira. Ué, as pessoas não tinham condições. O Armando, por exemplo, vivia de carreto e se dedicava à causa; perdia dinheiro”. (Paulo Muniz)

O show ocorreu na concha Acústica da UERJ e contou com nomes de artistas renomados como: Gonzaguinha, Zezé Mota, Zé Kéti, Nana Caymmi, Chico Buarque e João Bosco. Ônibus levaram os moradores até o local do espetáculo. Novamente, a falta de expertise com finanças foi vencida pela empatia com aqueles que não poderiam arcar com o valor do ingresso. Inclusive, moradores de diversas favelas também compareceram ao show. O valor arrecadado não foi suficiente para a construção de um número relevante de casas.

“Com a vitória contra a remoção, o pessoal começou a querer construir direito suas casas. Aí, surgiu minha ideia de fazer uma brincadeira para angariar fundos. Foi muito legal! Eu uni os maiores compositores da música brasileira. Lotou”. (Sérgio Ricardo)

A união dos moradores e o espírito de luta diante da diversidade possibilitaram as conquistas que foram aos poucos alcançadas. Destaco uma ação comunitária de desenvolvimento sociocultural: a criação do jornal “O Mensageiro”. O periódico trazia informações sobre a AMVV, críticas ao prefeito e ao governador, poesia, divulgação de lazer na favela, assuntos ligados à saúde etc. Enfim, O Mensageiro era um porta voz e informativo do morro, que funcionou do final da década

de 1970 até início dos anos 1990. A princípio era mimeografado, depois passou a ser xerocado. No final dos anos 1980, recebe o apoio do jornal dos Sports e passou a ser impresso na gráfica e em papel específico. Marcão foi o idealizador do jornal. Ele e Filomena de Prínzio eram os principais editores e redatores.



Fonte: Arquivo pessoal. Capa do jornal O Mensageiro

As lideranças da época entendiam que a união comunitária era uma estratégia de resistência. Havia também por parte dos moradores um orgulho do pertencimento ao local e da participação na luta. Sentiam-se protagonistas de uma disputa travada contra o poder público e a especulação imobiliária. Esse orgulho foi percebido nas narrativas de memória, que evidenciavam o poder de organização e conquista da adesão comunitária.

“O Bento Rubião sempre dizia que a nossa responsabilidade era manter esse povo unido e o nome na mídia. Fazíamos festas do dia das mães, dia das crianças, chamávamos O Globo e vários jornalistas. O Vidigal sempre passava no jornal. Fizemos uma festa no Tamandaré para mais de mil pessoas. O prefeito era Marcos Tamoyo e nós o chamávamos de Marcos Tramoia. Essa união fez com que a gente ficasse cada vez mais organizado. Todo dia 4 de outubro era a festa da remoção. Ficou estabelecido esse dia porque era dia de São Francisco de Assis, nosso padroeiro. Poderia ser qualquer outra data”. (Paulo Muniz)

Tal coesão entre as lideranças da época era tamanha, ao ponto de motivar que opiniões divergentes fossem ocultadas em prol da decisão coletiva. Não se tratava de acatar a decisão da maioria, mas de nem ao menos expor o posicionamento perante os opositores. Vou trazer um episódio para ilustrar o que foi dito.

Esse cenário de vitórias despertava o interesse e curiosidade de vários políticos. Na ocasião de uma posse presidencial do órgão representativo do Vidigal, esteve presente o então vereador Sérgio Cabral (pai). Um dos diretores sugeriu a alteração do nome “Estrada do Tambá” para “Avenida Presidente João Goulart”. O parlamentar entendeu que essa era a vontade de todo o Vidigal e deu entrada no pedido de alteração de nome. Houve uma grande polêmica. Alguns moradores, principalmente aqueles da área legalizada representada pela AMA - Vidigal, discordavam da alteração. Inclusive o consenso não existia nem mesmo entre os membros da AMVV. Porém, como participantes de uma coletividade, todos passaram a defender a homenagem a um presidente de posição política de esquerda, proposta por um tenente do exército⁸⁶. Um plebiscito foi organizado na escola Municipal Almirante Tamandaré, que contou com a presença do então prefeito Marcelo Alencar (PDT). Avenida Presidente João Goulart venceu. Em 22 de dezembro de 1983, a Estrada do Tambá deixou de existir.

“Estrada do Tambá que agora é Avenida Presidente João Goulart. É uma coisa absurda! Botar o nome de Avenida Presidente João Goulart por um cara que nem

⁸⁶ As lideranças consultadas não chegaram a um consenso sobre o autor da proposta.

sabia onde é o Vidigal, que nunca foi no Vidigal. Isso me dá uma revolta que eu nem sei te dizer. Proposta de um diretor ligado ao PDT, que queria fazer graça com o Sr. Leonel. Não sei quem era, porque se eu sei quem era, eu ia... Também significa concha, aconchego. Pensa, morar numa rua com um nome desses...” (Filomena de Prinzió)

Em 1983, ano da mudança de nome da via principal do morro, Leonel Brizola (PDT) assume o governo do estado do Rio de Janeiro. Seu discurso atendia aos interesses da população negra, favelada e periférica. Desejava transformar as favelas em bairros populares. A população favelada via na eleição de Brizola uma possibilidade de melhoria de sua condição de vida e seguridade de seus direitos. Quando eleito, determinou que operações policiais em favelas só poderiam ocorrer com a autorização dele. Isso fez com que durante um período, os moradores de favela não tivessem seus direitos violados dentro do seu território. Havia uma admiração por parte dos favelados à figura do governador. João Goulart, presidente da República (1961-1964), falecido em 1975, era aliado político e cunhado do Brizola. Daí, a homenagem ao ex-presidente também configurar como uma homenagem ao governador.

A década de 1980 foi de grandes conquistas para os moradores do Vidigal. Com a garantia da permanência, a favela crescia. Uma das conquistas da época foi o início do abastecimento de água. A CEDAE propôs a instalação de bicas d'água. Paulo Muniz, o Paulinho, então presidente da AMVV, negou tal proposta e reivindicou a canalização. Outra vitória foi a construção do posto de saúde Afonso Perissé. O atendimento de saúde comunitária era realizado anteriormente na ex-sede da AMVV, localizada no barraco abandonado no 314.

Além das obras de infraestrutura, prédios públicos foram construídos (sede da AMVV⁸⁷, Centro Cultural e Centro Profissionalizante). A solidariedade era estendida ao atendimento gratuito oferecido por estudantes de medicina da UFRJ, orientados pelo Dr. Jairo (atuante no movimento de resistência). Aliás, graças à vitória contra a remoção da favela, o Vidigal provou sua capacidade de organização e isso possibilitou a adesão de profissionais de diversas áreas como voluntários.

⁸⁷ O primeiro projeto da atual sede da AMVV foi elaborado pela arquiteta e colaboradora Felícia (nome de rua no 314) e seria uma espécie de barracão de madeira com várias dependências. A Igreja Santa Mônica assumiu o custeio da obra e a fez de alvenaria a partir do projeto de Antônio Noronha.

Até o final da década 1980, o Vidigal só possuía uma escola pública, a Escola Municipal Almirante Tamandaré. Na gestão do prefeito Saturnino Braga foi construído em 1988 a Escola Municipal Djalma Maranhão. Os moradores desejavam nomeá-la de Bento Rubião em homenagem ao advogado que tanto colaborou na luta contra a remoção. Porém, a secretaria de educação decidiu reverenciar o ex-prefeito de Natal, falecido em 1971.

Durante a coleta de depoimentos dos aqui denominado “raiz” sobre as tentativas de remoção e estruturação do Vidigal, notei que só a atuação masculina era narrada. Foram citadas algumas mulheres externas à favela, uma moradora da parte legalizada do morro e a dona do comércio que reunia a diretoria da AMVV. É como se não houvesse ou não tivesse sido relevante a militância e resistência feminina.

Butler (1997) diz que a linguagem faz nascerem corpos. Agimos no mundo com nossos discursos em uma sociedade em que vidas humanas são hierarquizadas. Ao não ser mencionada a luta feminina pela melhoria do território, nega-se o seu papel como força atuante na resistência e desenvolvimento de estratégias de superação das demandas locais. Houve o esvaziamento da atuação das mulheres.

A mulher vive em condição subalterna na organização da sociedade a partir da divisão do masculino e feminino. A mulher de favela configura como uma junção de opressões. Como diz Elizabeth Martinez, citada por Angela Davis (2009), não quero tratar de uma “opressão olímpica”. No entanto, é preciso considerar que mulheres brancas, pertencentes à classe média foram mencionadas como sujeitos da trajetória aqui narrada. Enquanto isso, as mulheres faveladas, na maioria negra, foram esquecidas.

As mulheres pertenciam a mesma classe social dos homens que combateram as remoções e lutaram para a infraestrutura e desenvolvimento do Vidigal. Ainda assim, nenhum narrador do sexo masculino mencionou o papel do grupo de mulheres que atuou de forma obstinada junto aos órgãos públicos e na resolução de demandas cotidianas que afligiam as mulheres do morro. Embora fossem todos favelados, marginalizados pelo local de moradia, e pertencentes à raça negra, em sua maioria, o gênero determinou a omissão.

O conceito cunhado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade, é fundamental para entendermos quais identidades estão em disputa e em junção. Segundo Karla Akotirene⁸⁸, a interseccionalidade:

É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas.

Grada Kilomba assim expõe essa especificidade opressora: “uma mulher Negra diz que ela é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa⁸⁹”. Dessa forma, a intelectual lista como a posição do homem branco é hierarquicamente mais valorizada em detrimento da mulher negra. Sendo essa moradora de favela sua humanidade é ainda mais desqualificada. Cito como exemplo a pena corretiva destinada a homens que praticavam pequenas transgressões no morro: vesti-los de mulher. Os traficantes que submetiam os “vacilões” a humilhações, elegiam travesti-los de mulher como punição vexatória. A anulação de sua posição masculina, ao serem obrigados a se vestirem de mulher, era o máximo da execração social na favela.

Empoderamento não é uma construção individual. Segundo Djamila Ribeiro, possui um significado coletivo no comprometimento com a luta pela equidade. Trata-se de uma perspectiva antirracista, antielitista e antissexista. Filomena de Prinzi, mulher branca, de origem europeia, proveniente da classe média e moradora da parte legalizada do Vidigal, foi a única que mencionou nominalmente uma mulher militante. Afinal, o grupo de mulheres da AMVV tinha uma liderança potente: Marlene Ribeiro Cardoso.

“Marlene fez muita coisa. Uma incansável. Tinha um grupo de mulheres que davam aula de costura. Tinham mulheres que ficavam em casa e recebiam uma ajuda para ficarem com as crianças para as mães trabalharem. Funcionava na associação também, eram as guardadeiras.

⁸⁸ <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade>

⁸⁹ <https://mitsp.org/2016/em-palestra-performance-grada-kilomba-desfaz-a-ideia-de-conhecimento-universal/>

Marlene trabalhava comigo e passou a frequentar a associação. Ela morava lá no alto e não sabia das coisas que aconteciam. Ela não tinha noção do que era a associação e de repente essa mulher virou simplesmente uma das maiores vozes das mulheres. Marlene Ribeiro Cardoso. Recentemente existia um posto avançado no Vidigal que foi dado o nome em homenagem a ela. Ela é especialíssima! Infelizmente, não está mais aqui para contar essas histórias (choro). (Filomena de Prinzió)

A proposta desse trabalho é ter como suporte narrativas exclusivamente de crias (ou raízes) do Vidigal. Essa seção contou com depoimentos dos raízes (primeiros moradores), dos indivíduos que atuaram na luta contra a remoção (da década de 1950 a 1970) e no desenvolvimento das ações da AMVV, nas décadas de 1980 e 1990 (período que abarca os aspectos analisados). Uma vez que, na prática, a diretoria era formada apenas por homens, eles forneceram a maior parte dos testemunhos.

“Fui do grupo jovem da associação. Havia o Departamento feminino que era atuante. Dona Marlene, Maria Ferreira _ ambas falecidas... Val _ que foi esposa do Carlos Pernambuco, Ivanite... Não tenho fotos. Dona Carmem, também. Eu fui educadora na creche do Largo do Santinho. Trabalhei com ela na creche.

Não havia silenciamento, não. Contudo, as mulheres, que eu me lembre, não ocupavam cargos na diretoria executiva, a não ser no próprio departamento feminino. Com o olhar de hoje, de certa forma, é um tipo de hierarquia. As mulheres eram, por assim dizer, “faz tudo”, mas ficavam de fora das decisões executivas. É capaz delas negarem que eram silenciadas, viviam “pra servir”, se é que você me entende”. (Rita Machado, 50 anos, ex-integrante do grupo jovem da AMVV)

Como podemos ver no cartaz abaixo, havia várias mulheres na composição da chapa. Dos seis integrantes da diretoria executiva, quatro eram mulheres. Inclusive, uma mulher era a vice-presidente. Porém, na memória de Rita Machado, elas ocupavam funções de fato no grupo jovem ou no departamento

feminino. Infelizmente, as que exerceram funções nesse último grupo, faleceram ou por motivos alheios a minha vontade não foi possível o registro narrativo.

A composição da chapa não determinava de fato a função que o integrante ocuparia. A representatividade da chapa verde era mais importante que os cargos de seus componentes (que se revezavam entre eles). Isso foi percebido nas narrativas coletadas (cito Manuel Nonato), nos documentos analisados (jornal O Mensageiro e cartazes de divulgação de campanha eleitoral para a AMVV) e a partir da minha própria memória. Logo, pode ter havido um silenciamento das mulheres que atuaram na AMVV. Elas pleiteavam junto ao poder público melhorias para a favela, organizavam ações comunitárias em prol do bem viver (voltadas para mães e filhos), multiplicavam saberes e estimulavam o empreendedorismo (havia curso de costura e confecção). Ainda assim, não participavam das decisões internas na associação.



Fonte: Arquivo pessoal. Composição da chapa verde.

O trabalho do grupo de mulheres da AMVV, liderado por Marlene Cardoso era um ato político em prol do Vidigal. No momento em que o feminismo vivia o que se denominou “segunda onda” e as mulheres brancas da classe média ainda reivindicavam o direito a trabalharem fora, as mulheres da favela lutavam por demandas comunitárias além das relacionadas ao gênero. Como nos disse Angela Davis: “No passado, a categoria mulher significava mulher branca, e isto foi contestado”⁹⁰. Logo, os depoimentos masculinos que citaram as mulheres que participaram das lutas travadas no Vidigal, na década de 1970 e 1980 não falaram de todas as mulheres envolvidas. Reconhecer o status de mulheres brancas e homens

⁹⁰ In: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/25/cultura/1540468443_420474.html

negros como oscilante nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras (RIBEIRO, 2017, p. 42).

“Começamos a formar grupo de trabalho. Esses grupos eram grupos de mulheres... vários grupos. Por exemplo, o grupo de mulheres vai à CEDAE uma vez por semana pleitear a água; o outro grupo vai à LIGTH pleitear a luz.... A gente achava que era um trabalho de formiguinha. As pessoas não eram atendidas. As pessoas tinham medo de posicionar, as mulheres é que eram mais atrevidinhas.

Tem uma coisa que é engraçada. Como eu não sabia fazer nada, eu não tinha como agregar. No meu trabalho tinha um megafone no Centro de Treinamento da Tripulação da VARIG. O meu papel era buscar esse megafone no centro de treinamento toda sexta-feira. Aí, a gente passava o sábado e domingo gritando: ‘Grupo de mulheres, venham fazer parte’. A gente se organizava de maneira bastante precária, mas tinha muita força, muita vontade. A gente conseguiu resultado. Conseguiu assim, as mulheres eram conhecidas na LIGTH, eram conhecidas na CEDAE”. (Filomena de Prinzió)

Felizmente, como disse a narradora acima as mulheres “eram mais atrevidinhas”. Graças a esse espírito combativo e coletivo, criaram estratégias importantes para as mulheres da favela e seus filhos. Após a construção do atual prédio da associação de moradores, transferiu-se para lá o trabalho das “guardadeiras”, antes realizado nas moradias das envolvidas no projeto. Essas eram mulheres do Vidigal que cuidavam voluntariamente das crianças da vizinhança para que as mães pudessem trabalhar. Embora houvesse a generosidade e o espaço físico, faltava a alimentação. Então, foi feito um festival de música no ginásio do Stella Maris para custear a compra de ingredientes para as refeições das crianças.

Eu fui uma das crianças atendida pelo projeto das guardadeiras. Meu primeiro lugar de espaço coletivo e aprendizado formal foi a AMVV. Passava o dia lá enquanto minha mãe trabalhava na casa da “madame”. Eu deveria ter uns quatro anos quando ficava aos cuidados da tia Dedinha. D. Marlene era quem coordenava tudo.



Fonte: Arquivo pessoal. AMVV na década de 1980 _ sede da creche comunitária

O trabalho dessa mulher negra e favelada foi estupendo ao ponto de Eunice Gutman, cineasta brasileira preocupada com o papel da mulher na sociedade, fazer o curta-metragem “Duas vezes mulher” (1985). O filme conta a trajetória de duas imigrantes moradoras do Vidigal: Jovina e Marlene.

Em 2013, Paulo Muniz sugeriu ao deputado Adilson Pires que nomeasse a unidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) de “Posto Avançado da Prefeitura Marlene Ribeiro Cardoso”. O posto era localizado no Vidigal e tinha como objetivo reforçar a rede de proteção do município às famílias em situação de vulnerabilidade social das comunidades do Vidigal, Chácara do Céu e Parque da Cidade. Os atendimentos cessaram em 2017. Ainda assim, a memória dessa grande liderança foi lembrada.



Inauguração do Polo Avançado Marlene Ribeiro Cardoso⁹¹

Embora as mulheres do Vidigal não tenham exercido efetivamente cargos decisórios na AMVV, nessa mesma época, em 1984, Eliana Sousa Silva se torna a primeira mulher a presidir uma associação de moradores de favela. A paraibana que morava No Complexo da Maré, Nova Holanda, desde 1979, destacou-se no trabalho comunitário e foi eleita representando a chapa rosa, composta por várias mulheres. A intelectual e ativista Eliana Sousa Silva compõe as referências bibliográficas do presente trabalho.

A AMVV até hoje só teve uma mulher na presidência. Isso ocorreu na época do declínio da instituição, que passou a ser administrada pelo tráfico de drogas ilícitas. A gestão dessa senhora não foi democrática, uma vez que não houve eleição, mas imposição de sua presença. Atualmente, apenas uma mulher compõe o quadro funcional da associação, ocupando o cargo de secretária.

Falarei na segunda parte desse capítulo sobre período em que a AMVV sofreu pressão dos interesses de grupos que ansiavam pelo domínio territorial, o que acarretou o esvaziamento das ações comunitárias. Agora analisarei as memórias narradas à luz dos estudiosos da memória social.

De acordo com Halbwachs (1990), a ligação fenomenológica estreita entre memória e o sentimento de identidade resulta na memória herdada. A psicologia

⁹¹ <http://www.pcrj.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4518070>

social chama tal relação de sentimento de coerência e unidade. Para o autor, o que faz com que os indivíduos construam laços sociais ou coletivos que se mantêm relativamente firmes são os quadros de memória (nação, linguagem, espaço e tempo). O momento aqui narrado foi o de fortalecimento de vínculos, de coletividade e pertencimento descritos nas memórias identitárias.

As relações pessoais estão diretamente implicadas ao espaço físico (SANTOS, 2014). É no espaço físico que a memória é constituída, é onde residem as histórias fragmentadas de experiências vivenciadas e compartilhadas entre pares. Representam uma espécie de territorialização da experiência; pois, o lugar desperta lembranças marcadas pela dor ou pelo prazer. As narrativas mnemônicas que por aqui passaram estão contextualizadas no início da ocupação do Vidigal; a construção do espaço físico e da coletividade.

Há sempre uma concepção de memória na escolha do que conservar e do que interrogar (Jô Gondar, 2016). Até aqui, tratei das memórias narradas por aqueles vistos como os vencedores. Indivíduos que ajudaram a impedir a remoção de seus barracos e a construir o Vidigal. Havia em cada narrativa um orgulho da trajetória coletiva narrada. Por fazer parte dessa população, tão acostumada com opressões que inviabilizam potências e intimidam resistências, essa satisfação perante a história do lugar de pertencimento era compartilhada por mim. Ainda assim, a posição de pesquisadora me fez confirmar o protagonismo dessa luta.

As estratégias de resistência dos moradores do Vidigal nos episódios aqui narrados obtiveram êxito porque foram construídas coletivamente. Nos depoimentos, a coesão grupal e espírito coletivo foram evidenciados. A manutenção do grupo foi o que determinou o sucesso da população favelada. Isso foi motivado em eventos comunitários e práticas cotidianas que reforçavam a unidade grupal.

Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. (Halbwachs p. 28, 1990)

3.2 – As disputas territoriais pelo domínio do tráfico de drogas

Assevero sem medo de errar, que hoje sou autodidata em morticínio. [...] Eu não assisti filmes, documentários, ou matérias jornalísticas sobre a GUERRA NÃO DECLARADA do Brasil, eu estou 24 horas diárias dentro de suas

trincheiras. Eu estou 24 horas tentando me proteger das agressões bélicas de um impiedoso exército rival. Infelizmente, eu sou morador cativo do parque onde as anomalias maquiavélicas guiadas por cifrões se divertem aflorando as suas psicopatias mórbidas. (TADDEO, 2012, p. 6, Grifos do autor).

Irei falar sobre o segundo movimento expulsatório do Vidigal, a dita “guerra” pelo domínio do tráfico de drogas ilícitas. Antes de tratar dessa violência, que motivou a saída de vários moradores, falarei do mais famoso responsável pelo domínio desse comércio nessa favela.

A partir dos anos 1990, as facções que disputavam o tráfico de drogas ilícitas na cidade começam a fortalecer o seu domínio nos territórios de favela – no Vidigal não foi diferente. Por muitos anos, o morro esteve sob o domínio do Comando Vermelho. Dentre os “donos do morro” filiados a essa facção, aquele que despertou a simpatia dos moradores foi o Gato. Ele era considerado uma espécie de Hobby Hood da favela. Possuía uma atitude bem parecida com a do seu primo, o Denis da Rocinha. Distribuía brinquedos e bolos de três metros entre os moradores, realizava comemorações no dia das mães e das crianças, sorteava dinheiro no Largo do Santinho.

“Eu sou cria aqui do Vidigal, nasci aqui. Nasci, especificamente numa área chamada Pedrinha, e eu lembro que quando o poder público... nem... nunca fez, não chegou nem a subir o morro, fazer alguma coisa por nós, existia um cara que pra sociedade totalmente marginalizado, né?, que se chamava “Gato”. É o cara que me fez entender o que é que é ter infância. É o cara que distribuía brinquedos, é o cara que, muitas vezes, matou a fome da minha família, a fome de muitos vizinhos meus, que ajudou a construir casas, que fazia você entender que, por mais pobre que você seja, por mais miserável que você fosse, você tinha direito de ser feliz, você tinha direito de se sentir gente, de se sentir cuidada. Às vezes ele fazia festa, um bolo quilométrico... imagina, pra nós que não tinha nem arroz direito pra comer, né?, você chegar numa área específica da favela e ter brinquedo sendo distribuído, bolo, guaraná, e ele jogava dinheiro “avanço”, né?... E, quando... outra coisa que ele também fazia que me chamava, né, muita atenção, é... uma coisa relacionado a... É, quando as mulheres eram agredidas, né?... ah, vamos resolver com o tráfico. E pense numa pessoa mais maleável pra resolver isso... Eu lembro que teve uma vez que meu pai... né... dele ter

batido na minha mãe, ele foi chamado e tudo mais, de um discernimento e de uma política para lidar com o próximo, que eu só conheci nesse cara, que era considerado o maior traficante aqui do Vidigal, mas foi o cara mais humano, mais honesto.

Ele pediu pro meu pai, sem gritar, sem... até porque ele não andava com arma, não andava armado, né?... sem gritar, sem ser agressivo... pegou e olhou pra ele “olha, você sabe o que você fez, não é certo, tá? Você pega aí suas coisas, você deixa a sua mulher, entendeu?, e arruma um lugar pra você, ela não quer mais você aí, então tem que respeitar... olha seus filhos aí, olha as crianças”... e a gente tudo assustado, e meu pai... olha, sem discussão, pegou as coisas e “ó”... picou mula. E a gente esperava o quê, né? Ó, vai descer bandido, vai vim com pau, com pedra, com machado, e não, ele não era esse tipo de pessoa, ele não era esse tipo de bandido, né?... Portanto que... eu lembro que quando mataram ele, cara, eu vi a minha mãe acender uma vela e chorar. E olha que a minha mãe era uma pessoa que ela não... nunca frequentou igreja, não tinha religião... se bem que ela era muito devota de Nossa Senhora Aparecida, mas, assim, não era uma pessoa extremamente religiosa. Mas acendeu uma vela pra ele, desejando muita luz no lugar que ele estivesse. Não só ela, mas como a vizinhança, o morro ficou em luto. E ele era considerado o nosso Robin Hood, cara... Então, assim, se eu for falar de tráfico na favela e tudo mais, eu tenho respeito e tive muita admiração por essa pessoa, né, que me fez entender o que que era ser criança... que me fez... que cuidou do meu povo quando o poder público nunca fez absolutamente porra nenhuma. Então, é isso (SIC). (Maria Aparecida Nascimento da Costa, atriz, 37 anos)

Gato agia de forma assistencialista, comprava medicamentos para quem necessitasse e arcava até com as despesas fúnebres quando a família não possuía condições para tal. Tornou-se uma figura lendária, querida e temida (afinal, era ele quem ditava a ordem e punia o desvio). Seu barraco oficial era na Pedrinha, na rua Regina Pereira (também conhecida como “Beco da Fome” devido ao apetite ávido dos moradores locais demonstrado em festas). Logo, Gato era meu vizinho. Comungo das vivências da Maria Aparecida Nascimento da Costa, a Cida Costa. Inclusive, das intervenções do “dono do morro” em cenas de violência domésticas a

que minha mãe era submetida. Só que no caso da minha família, o agressor nunca foi expulso de casa pelo tráfico. Minha mãe pedia clemência. Ele jurava que ia mudar. Um dia ela cansou e exigiu que saísse de casa.

“O Gato era o cara que mandava no Vidigal há um tempo atrás, tempo esse que era muito diferente de hoje. Diferente porque o cara era uma pessoa fora dos padrões do que era ser vagabundo, ser malandro, até para época que ele viveu. Porque hoje em dia é mais sanguinário. Ele para época já era bem avançado como pessoa e ser humano. Não era de fazer maldade com as pessoas; era justo. Mas, claro que por ser vagabundo, também tinha seu lado ruim e quem merecia também recebia. Ele ajudava todo mundo, os moradores o amavam e são poucos os que vão dizer que não gostavam. E se perguntar se alguém tem raiva desse cara, acho que quase ninguém dirá que tem, porque muita gente se está vivo hoje é por graças a ele que não deixava injustiças acontecerem. Ele tinha um estilo Robin Hood. Ajudava os pobres.

Se precisavam de um gás ele dava, se não tinham o que comer, ele dava. Ele era traficante, mas tinha coração, coisa que muita gente deveria ter, mas não tinha. E isso tudo na década de 90, logo depois do Mongol que foi seu antecessor e que trouxe o tráfico para a parte alta da favela. E o Gato junto com Seu ZÉ deu continuidade. Eles já mandavam por aí há um tempo atrás.

Antes era tudo concentrado na parte baixa, na região do 314 e quando veio para cima foram eles que trouxeram e não saíram mais.

A minha juventude foi completamente diferente de hoje. Nós podíamos sair nas ruas tranquilamente, não tinha tiroteios frequentes como hoje em dia. Quando víamos alguém armado, já sabíamos que estava acontecendo alguma coisa. Existia uma preservação. Crianças não entravam em boca de fumo e se caso algum menor fosse comprar, ele mandava embora e não vendia.

Então são valores que para um traficante contra o sistema, ele era bem diferenciado; mesmo sendo analfabeto.

Ele morreu por causa da conspiração. Houve uma divisão e o entregaram para a polícia, porque ele já estava há muito tempo no poder e poder gera cobiça e inveja. Fiquei uns anos fora por causa da guerra e minha mãe não me deixava vir no morro e dizia que a bala comia. Nessa época muitos morreram, inclusive uma moradora, mãe do Joufre. Mas eu não estava aqui, e só quem estava pode dizer". (Marcelo Oliveira, 47 anos, morador).

O centro da atividade do Gato era o dinheiro, não a violência. Antes de seu comando, o Vidigal já havia tido outros chefes do tráfico. Como narrou Marcelo Oliveira, o comércio de drogas ilícitas era realizado na parte baixa do morro, no 314. Antes do Gato, o tráfico era insipiente. Foi durante a sua liderança que o tráfico de drogas no Vidigal passa a ser comercializado em outras localidades da favela, administrado de forma hierárquica e com códigos de conduta definidos.

Afinal, o chefe do morro era um integrante do Comando Vermelho, facção formada no Complexo Penitenciário de Angra dos Reis. Esse foi o local de encontro entre presos políticos integrantes do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e presos comuns. A Lei de Segurança Nacional, imposta pela ditadura militar, em 1969, encarcerou jovens contrários ao regime. Os pertencentes à classe média universitária ensinaram táticas de guerrilha e estimularam visões sobre socialismo e materialismo histórico aos presos comuns. O presídio ficou conhecido como "Caldeirão do Diabo". Micha Glenny (2016) diz que o crime organizado foi uma consequência imprevista da ditadura militar.

A descrição do Gato, feita por Marcelo Oliveira, como um "bandido diferente" remete à autodeclarada por Lúcio Flávio, um dos fundadores do Comando Vermelho. Em entrevista ao jornal O Globo, o lendário assaltante disse ser "um bandido diferente dos outros"; só roubava bancos, "que tem seguro e dinheiro ali não pertencia a ninguém" (AMORIM, 2012, p. 22). Segundo Carlos Amorim (2012), Lúcio Flávio tinha relações com a esquerda armada e se identificava como um Robin Hood, roubava de quem armazenava o capital e distribuía aos subjugados pelo capitalismo.

Ivanir Alexandrino da Silva, o Gato, possuía várias identidades. Enquanto assumiu o tráfico de drogas no Vidigal, recebeu todo o apoio da favela vizinha devido ao seu parentesco com o dono, o Denis da Rocinha. No início dos anos

1990, Denis é preso e Charles, “cria” violento, assume o poder. Eraldo, traficante com gana de poder, assassina Petsy, irmão de Denis, e chefia o tráfico. A Rocinha passa ser domínio do Terceiro Comando. Mesmo preso, Denis ordena a invasão da favela do Comando Vermelho, liderada por Gato. Várias incursões são feitas; em uma delas, morrem moradores (dizem que inclusive uma mulher grávida).

Gato é preso em 1992 e foge de Água Santa em 1993. Eraldo também. Em liberdade, Gato decide ir à Rocinha a fim de obter apoio do seu antigo rival na retomada do domínio do tráfico no Vidigal (nessa ocasião, Djavan era quem comandava as bocas de fumo vidigalenses). Eraldo arma uma emboscada. O Robin Hood do Vidigal recebe, anteriormente, uma carta o alertando a não ir ao encontro com Eraldo. Mas, como era analfabeto, não decifrou o aviso. Gato e mais dois traficantes são assassinados. Houve comemoração na Rocinha e luto no Vidigal.

Embora, como afirma Eliane Silva (2009), pesquisadora e moradora da Maré, não haja participação dos moradores no processo de ocupação territorial por grupos armados, pois o movimento “é autoritário, privado e estabelecido através do uso do poder bélico, tal como as ditaduras se instalam em geral” (SILVA, 2012, p 47), Gato era carismático, tinha o respeito e a admiração da população vidigalense (como é possível perceber nas narrativas). Era muito mais visto como uma liderança que estabelecia a ordem e garantia a subsistência dos que não tinham proventos, do que como um contraventor (embora o fosse).

Afinal, é possível viver em mundos sociais com diferentes formas de regulação das relações, mas é impossível viver sem alguma. Logo, diante da ausência do poder regulador do Estado nos espaços populares favelados, historicamente, as relações sociais ali estabelecidas foram sendo constituídas a partir da construção de mecanismos próprios de regulação. (SILVA, 2012, P. 74)

Desde então, o Vidigal passou por várias disputas territoriais lideradas por grupos internos ou externos. Nenhuma delas motivou a expulsão de um número considerável de moradores. “Ralavam o pé do morro” aqueles que feriam as regras estabelecidas, mas dispunham de alguma consideração que valesse a manutenção de sua vida. Para tanto, o autor da infração devia ser bom também de “desenrolo”, ou seja, capaz de reunir argumentos convincentes e negociar sua sobrevivência de forma irrefutável.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo discurso de combate ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e a construção de uma política de segurança militarizada. Essa concepção é influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional, atuante durante a ditadura militar. Na época, o inimigo interno deixa de ser os opositores do governo e passa a ser a população pobre, vista com classe perigosa. As políticas neoliberais avançavam e as medidas punitivas buscavam remediar com o aumento do Estado policial e penitenciário, a presença do Estado previdência ou de bem-estar, como nos afirma Eliane Silva, em sua tese de doutorado “O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas” (PUC, 2009).

Apesar disso, no primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987), as incursões policiais e as violações de direitos na favela foram interrompidas. Brizola atenta para os anseios da população que o elegeu. Adota os Direitos Humanos como resposta às demandas da população favelada e periférica.

A expectativa e a esperança de mudanças na área social e em diferentes instâncias eram sentidas especialmente no que diz respeito ao papel cumprido pela polícia no trato com os moradores das áreas de favelas e periferias. A promessa do novo governador era de construir uma ação policial centrada no respeito e reconhecimento de todos os cidadãos, inclusive os moradores das favelas, completamente privado, até ali, do direito à segurança pública, entre outros. (SILVA, 2009, p. 105)

Alguns estudiosos costumam relacionar o aumento do poder bélico e expansão territorial do tráfico com a política de repressão não violenta do governador. Isso fez com que a população descreditasse nos Direitos Humanos e nos valores da esquerda, elegendo o candidato que tinha como slogan de campanha “acabar com a violência em seis meses”: Marcello Alencar. Houve um recrudescimento da violência imposta à favela. A fim de motivar o “abate” de traficantes, o governador implantou o que ficou conhecido como “premiação faroeste”. Tratava-se de uma condecoração por bravura, honras militares e gratificações financeiras aos policiais que se destacassem em serviço. Esse destaque era medido pelo índice de letalidade policial.

Na década de 1990, surgem outras facções criminosas. O Terceiro Comando, proveniente da Falange do Jacaré, contesta o poder do Comando Vermelho e forma um outro grupo com os dissidentes. Uê funda a ADA (Amigos dos Amigos) na mesma década com os insatisfeitos desse último grupo, segundo Micha Glenny (2016).

De acordo com Eliana Silva (2009), a partir da década de 1990, com o acirramento dos conflitos entre facções, aumentou-se o poder bélico desses grupos. Isso intensificou o sentimento de segurança dos seus membros e o sentimento de pertencimento à facção passou a ser maior do que à favela de origem. Logo, a estratégia de ganhar a empatia dos moradores através da distribuição dos lucros do tráfico e respeito à integridade humana deixa de ser um pilar para a manutenção do poder do dono do morro (como ocorria na gestão do Gato). Essas práticas são substituídas pelo forte investimento em armamento e no arrego de policiais, ou seja, propina paga pelo tráfico a policiais corruptos.

Não irei me ater a essa fase em que o Vidigal passou de forma pendular por momentos de calma e conflitos pelo domínio da venda de drogas ilícitas. Como vimos, políticas de segurança voltadas para as favelas também oscilavam bastante entre o endurecimento das ações policiais em desrespeito aos direitos humanos, e práticas democráticas e sociais.

Após a gestão de Marcello Alencar, iniciou-se a discussão sobre a “inflexão civilizatória” a partir do aparelho do Estado. Segundo Silva (2005), essa era uma proposta de pacificação da cidade por meio de soluções democráticas para o problema da segurança pública. A estratégia alegada era domesticar a polícia e levar cidadania às favelas e periferias. Afinal, o início da década de 1990 foi marcado pela violência policial (arrastões nas praias da zona sul em 1992; chacina da Candelária em 1993 e de Vigário Geral em 1994). Sendo assim, a proposta da inflexão civilizatória marca as eleições de 1998.

Em 1999, Anthony Garotinho assume o governo do Estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, Luciano Barbosa, o Lulu da Rocinha passa a comandar o tráfico nessa favela. Eudásio Eduíno da Silva, o Dudu, homem violento e com fama de estuprador, preso em 1995, foge da prisão e une-se a traficantes do Vidigal para dominar o tráfico na favela vizinha. Esse último é antecessor e rival de Lulu, e, por determinações do Comando Vermelho, deveria chefiar a concessão da venda de drogas ilícitas da parte baixa da Rocinha. Lulu se nega a cumprir essa determinação. Embora fosse um integrante da facção mencionada, não concede o comércio ao seu rival.

Inicia-se a “guerra Vidigal e Rocinha”.

O peso atribuído a referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, bem como o uso da força e da coação, são estratégias que os grupos criminosos lançam mão nesse processo. Outros mecanismos, mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo também podem servir de suporte à territorialização, garantindo legitimidade sobre a área dominada frente aos seus ocupantes ou vizinhos". (RIBEIRO et all, 2008, p.19)

“Olha esse momento foi muito triste, porque nessa época eu trabalhava no teatro Nós do Morro e estávamos fazendo Orfeu. Alguns atores subiram o morro para fazermos um evento social e no momento que estávamos pintando o campinho vimos uma interferência muito grande da invasão chegando e eles nos mandaram desfazer de tudo em cinco minutos e nesse momento começamos a distribuir as doações loucamente e por se tratar de um evento infantil havia, muitas crianças na rua. E os atores eram todos nomeados. Era uma guerra entre eles mesmos. Descemos rapidamente aos sons de tiros, foi desesperador e tenso. Chegando ao Nós do Morro estavam todos no chão com medo.

Fui embora para casa e quando cheguei lá, me esqueci de fechar as janelas. Escutei quando um dos meninos disse que havia uma janela aberta e que deveriam jogar uma granada, meu desespero foi tanto que gritei: não! Tem gente aqui! Tem gente aqui! E eles entraram e ficaram na janela da minha cozinha apontando a arma para a Rua Nova (eu moro na Pedrinha). E ainda disseram para mim que estavam ali para nos proteger. Nos proteger? De quê? Nunca vou esquecer esse dia”. (Monique Marcolino, atriz, 38 anos)

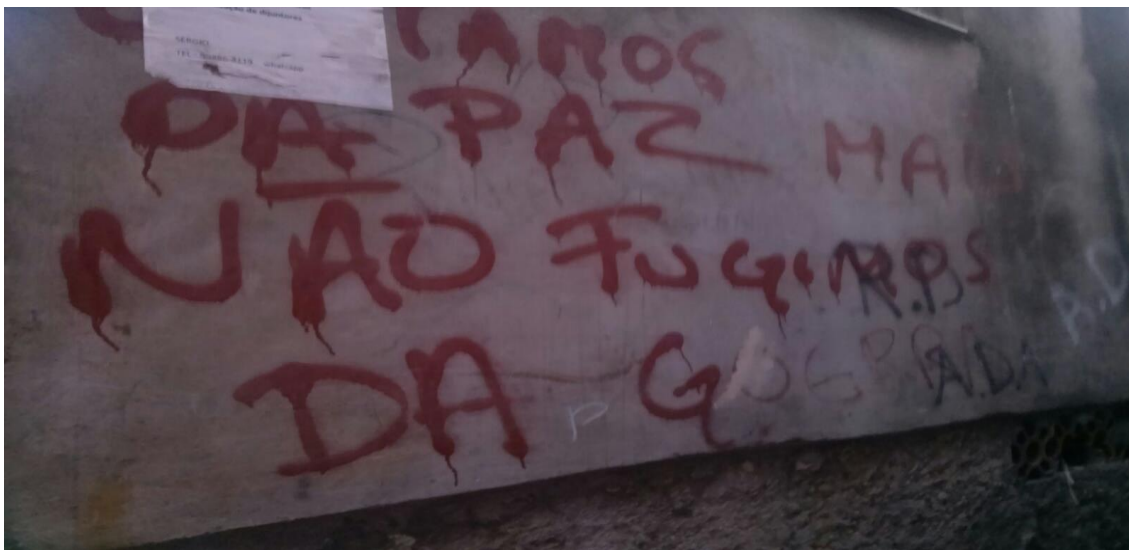
A dita guerra Vidigal/ Rocinha teve início na semana santa de 2004. No dia 9 de abril, sexta-feira da paixão, cerca de sessenta homens vestidos de preto saem do Vidigal para tomar o território do tráfico de drogas na Rocinha. Esses eram traficantes de Vigário Geral, Borel, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Vidigal (favelas chefiadas pelo Comando Vermelho), liderados por Dudu. Parte desses homens chega à favela vizinha pelo Dois Irmãos, outra fica encarregada de acessar a favela pela parte baixa (área conhecida como Largo do Boiadeiro). A ideia desse último grupo era roubar alguns carros na Niemeyer para chegar à Rocinha. Durante o assalto, Telma Veloso, empresária mineira, é assassinada. Os aliados de Dudu conseguem chegar à Rocinha. Porém, devido à complexidade do território invadido,

composto por ziguezagueantes vielas, exaustivas ladeiras e uma infinidade de moradias e comércios, o grupo invasor recuou.

Esse confronto causou pânico não só aos moradores das duas favelas, mas também aos ocupantes dos bairros mais caros da cidade. Afinal, os traçantes cruzavam o mesmo céu. O saldo inicial dessa disputa foi de doze pessoas assassinadas, impedimento do tráfego na Niemeyer e Túnel Zuzu Angel por sete horas e a ocupação da Rocinha e do Vidigal por 1200 policiais. Mas, ainda era só o começo da guerra Vidigal e Rocinha.

Nessa época, o *modus operandi* do Major Vidigal era atualizado constantemente. A violência nas abordagens policiais, a invasão de residências sem ordem judicial durante as investidas na favela, a revista dos domicílios, o desrespeito à intimidade dos moradores e a apropriação dos bens desses indivíduos são práticas semelhantes às adotadas pelo chefe da Guarda Real. É preciso lembrar que essas práticas abusivas não surgiram durante o confronto entre as favelas citadas; foram apenas intensificadas nesse período.

Segundo Glenny (2016), Lulu tinha como lema “Queremos paz, mas não fugimos da guerra”. O traficante conquista apoio dos principais grupos rivais do Comando Vermelho, o Terceiro Comando Puro e o Amigo dos Amigos. A partir de então, o Vidigal sofre constantes invasões dessas facções e a Rocinha convive com tentativas de ocupação de seu território por traficantes do Vidigal. As duas favelas ainda contavam com as intervenções policiais. Logo, eram três forças disputando de forma violenta o domínio territorial.



Fonte: Arquivo da autora. Pichação da facção ADA em uma parede da Pedrinha (Vidigal), feita na época do confronto Vidigal X Rocinha “Gostamos da paz mais não fugimos da guerra” (SIC).

O local de atuação, neste sentido, transforma-se em um território a ser defendido. A territorialidade, então, assume um papel central para a própria sobrevivência do grupo. Ter uma base territorial não era apenas um ponto de partida para a venda de drogas, mas para a própria manutenção e reprodução do grupo e de suas atividades. (SILVA et all, 2008, p.17)

Dias após a invasão da Rocinha, Lulu é assassinado pela polícia. O governo comemorou a morte do dono da Rocinha como um golpe contra esses grupos armados. No entanto, sem a centralidade do poder do Lulu, os conflitos se acirraram. Foi uma fase de terror para os moradores das duas favelas e de insegurança para toda a cidade.

Diante de tal cenário, o ministro da justiça na época, Mário Thomaz Bastos, classificou o episódio de guerra urbana. Após uma reunião com vários membros do governo federal e com o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, o ministro da justiça ameaçou intervir na segurança do estado do Rio de Janeiro com a convocação das Forças Armadas. Anthony Garotinho, então secretário de segurança do governo de sua esposa, Rosinha Garotinho, solicita o envio de quatro mil homens (entre paraquedistas, integrantes das forças especiais e fuzileiros navais). Devido à impasses hierárquicos entre os militares e o governo estadual, a intervenção não ocorre. Porém, considerei importante citá-la para demonstrar a gravidade desse momento.

Os confrontos entre Vidigal e Rocinha ocorreram enquanto o Estado do Rio de Janeiro era administrado pelo casal Rosinha e Antony Garotinho. Ele foi

governador entre 1999 e 2002 e secretário de segurança nos anos de 2003 e 2004; ela governou de 2003 a 2007, ano do término da guerra aqui descrita.

Embora o discurso eleitoral de Anthony Garotinho tenha sido o da valorização policial através do desenvolvimento de estratégias inteligentes e cumprimento irrestrito da lei em respeito à dignidade humana, na prática isso não se efetivou. O sociólogo Luiz Eduardo Soares coordenou um plano de segurança pública para o Estado do Rio de Janeiro e comandou a pasta a convite do então governador. Entre várias medidas propostas, foi sugerida a criação de um programa de aproximação da polícia com a população. Porém, devido a divergências quanto às estratégias de segurança pública, o sociólogo é demitido. E, o que se concretizou foi um governo marcado pela corrupção policial e uso de blindados em operações nas favelas.

Rosinha e Garotinho investiram no aparelhamento da polícia, isso incluiu a compra de tanques blindados conhecidos como “caveirões” do BOPE. A polícia humanizada sugerida por Luiz Eduardo Soares é substituída pela presença constante na favela da “força mais intimidadora do Estado”, o BOPE (GLENNY, 2016, p. 103). O objetivo do caveirão (chamado pelo alto escalão da corporação de “pacificador”) é evidenciado por seus integrantes através das músicas que vêm do interior das viaturas durante as operações em favelas. Cito alguns trechos: “cachorro latindo, criança chorando, vagabundo vazando, é o BOPE chegando...”, “Bate com o pé, bate com a mão, bate com pau, quebra geral...”, “O trem rodante é o caveirão, entra em favela, no morrão, foge se tem amor à vida, vamos te meter bala e não vai ser perdida”, “Tropa de Elite qual é a sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão”.

A entrada de caveirão na favela é motivo de temor não só para os grupos armados que disputam o território (como sugerem os trechos acima). Todos os seus ocupantes são vistos como marginais, o que justifica as violações de direitos sofridas pelos moradores de favela. Quem já foi abordado pelo Batalhão de Operações Especiais já experimentou a truculência e o desrespeito dedicado a pobre e preto; eu já fui. O sentimento de vulnerabilidade, medo e indignação ainda me causam aflição. Foram uns dois ou três minutos intermináveis que precisei convencer que não conhecia o traficante que procuravam, que eu era moradora e só desejava ir para casa

após um dia inteiro de trabalho e de horas e horas esperando no “pé do morro” o reestabelecimento da energia elétrica⁹².

Desse modo, as forças policiais que representam o Estado atuam nas favelas não como órgãos que controlam, cotidianamente, o conjunto do território da cidade, mas como forças invasoras sobre um território dominado por exércitos inimigos. Nesse caso, a população civil desses espaços também é vista como parte integrante do espaço inimigo e assim é tratada. (SILVA, 2009, p. 76)

As disputas territoriais e a intervenção constantemente violenta da polícia motivaram a saída de muitos moradores. Muitos eram expulsos por traficantes rivais do grupo ao qual o morador tinha alguma relação de parentesco ou envolvimento direto; outros não suportaram o clima de violência e insegurança e decidiram sair. Minha família tomou a mesma decisão. A Pedrinha, local onde meus familiares residiam, é uma área vulnerável sempre que o morro está em conflito e nessa época foi a região onde mais moradores deixaram seus lares e abandonaram o Vidigal.

“Eu nasci e me criei no Vidigal. Porém, houve uma época de uma guerra. Parecia uma guerra infinita, nunca terminava, dia era uma facção, de noite era outra. Uma confusão. Chegava cansada do trabalho e não podia subir a favela, tinha que esperar o BOPE fazer o serviço sujo dele para eu conseguir ir para casa. A minha filha na casa dos outros... Por um bom tempo eu estava persisti a passar por cima de tudo isso e continuar morando lá porque tinha nascido e me criado no lugar, tinha apego pelo lugar. Minhas amigas de infância moravam tudo lá. A minha vida toda se resumia ali, família, amigos de infância, parentes... E resolvi continuar lá, mas teve uma hora que não deu mais.

Tive que tomar a decisão de deixar tudo o que eu vivi durante a minha infância, minha adolescência e toda a minha juventude deixar para atrás e sair do Vidigal. Triste porque tive que deixar para atrás toda a minha história de vida. Eu não saí do Vidigal pequena, quando eu saí, já tinha duas filhas. E fui morar num lugar totalmente distante do que eu tinha como referência, que é mercados... hospitais... tudo perto... desce a Niemeyer e num segundo tá no trabalho... Senti falta das amizades, tive bloqueio

⁹² Durante os confrontos aqui narrados, era comum que os traficantes da facção local atirassem nos transformadores, impedindo o abastecimento de energia e dificultando a locomoção do grupo invasor pela favela às escuras.

total de voltar ao Vidigal por um bom tempo. Tentei tirar esse bloqueio, mas não consegui. Admirava o lugar, mas não sentia mais em paz, não tinha mais vontade de ficar ali.

Queria voltar no momento que parecia mais calmo, mas desisti. Pensei duas vezes e falei melhor não. Não me arrependo de ter saído. Gostaria de não ter saído, mas não me arrependo. Não penso em voltar hoje em dia. Não me deixo levar pela beleza do local, por aquela mente que eu tinha de que é meu morrão, vou ficar aqui. Preferi sair, mesmo com vontade de voltar logo no início. Foi difícil. O trauma me consome até hoje. Fico em desespero toda vez que alguém fala que tem tiroteio no Vidigal. entro em desespero e penso “ainda bom que não voltei pro Vidigal”. sinto falta das amizades, não fiz amizades novas. tenho dificuldade para isso. Não gosto de ficar enchendo minha casa de gente. Era assim porque era a minha convivência com as pessoas que eu nasci e me criei. Mesmo assim não penso em voltar. Não gosto de ir nem para visita. Toda vez que vou ao Vidigal fico tensa. Fiquei em pânico, traumatizada... tiro na parede... muito tensa aquela vida. Desisti. Pensei “bom, essa beleza não estava me servindo para nada. Eu quero paz”. (Beatriz de Jesus Andrade da Silva, 42 anos, manicure).

“Eu lembro a casa de vizinhos meus estava com as portas abertas e roupas espalhadas pelo chão, pois saíram fugidos por medo e foram morar em Rio das Pedras, em mais de doze pessoas morando em uma casa, desempregadas, passando fome, se sujeitando a trabalhar passando quilos de roupas por vinte reais, uma família onde vinte quilos de arroz não durava uma semana. E quando retornaram, disseram que nunca passaram por isso enquanto estavam aqui no Vidigal. E voltar para casa foi um alívio. Alguns não tiveram a sorte de ter suas casas de volta, pois muitas dessas casas já estavam ocupadas, porém o fato de retornar para o seu lugar de origem já era motivo de comemorar”. (Cida Costa, 37 anos, atriz e poeta)

De acordo com Rosa (2018) Freud define trauma como uma lesão da memória em decorrência de alguma violência, alguma experiência em que a vida foi ameaça. Seria uma ruptura da memória que acarreta apatia; um entorpecimento que

impossibilita que se atribua significado a experiências pretéritas, como explica o autor. Sendo assim, a primeira reação do traumatizado é o silêncio. Breca-se a dinâmica narrativa própria da memória, pois rompe-se com elementos coesivos entre presente e passado. Isso porque o trauma revela-se como uma fixação por algo já vivido e a impossibilidade de assimilar essa experiência.

Beatriz de Jesus, embora se diga traumatizada, é capaz de fazer uma narrativa retrospectiva da experiência violenta que viveu no Vidigal em decorrência dos confrontos. Porém, não tem conforto em voltar ao local onde ocorreu tal violência. A angústia dela não é um assunto do passado, mas uma força atual.

Para Assmann (2011), o processo de elaboração e superação do trauma surge no acolhimento, na relação identitária entre o indivíduo e a memória cultural, instrumento de preservação e reconstrução de um grupo. Afinal, o trauma não afeta só o indivíduo, mas a coletividade a que pertence. As memórias individuais ocorrem a partir de experiências sociais. Ao sair do Vidigal, Beatriz, mesmo lamentando a partida, preferiu esquecer os laços com o lugar, a identidade com, como diz a narradora, seu “morrão”.

Hallwachs diz que a manutenção da memória social se dá pela unidade do grupo. É socialmente que as pessoas “relembam, reorganizam e localizam suas memórias” (1990, p. 38). Muitas famílias que saíram do Vidigal perderam a sua referência identitária com o morro ou assumiram o discurso que nos marginalizam. Passaram a associar o lugar exclusivamente às memórias da violência vivenciada durante a guerra Vidigal/Rocinha. Não experimentaram a perelaboração, ou seja, o exercício de memória que contextualiza o trauma como algo pretérito e que não deve ser psicologicamente atualizado através da repetição (ROSA, 2018). Podemos considerar que esse trauma ainda é presente porque não houve mudança de fato da realidade. A disputa territorial comandada pelo tráfico e as incursões policiais que ocorrem hoje em dia relembam a violência traumática vivenciada por tantos vidigalenses durante a guerra Vidigal\Rocinha. Muitos preferiram nunca retornar. Segundo Halbwachs (2004), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (p. 69).

“Em 2004, a gente “távamos” com um espetáculo de Shakespeare, no CCBB em cartaz – Sonhos de uma Noite de Verão – e era um momento em que aqui no morro a gente teve um grande “boom” das guerras e... e era muito incessante, aonde a gente tinha toque de recolher, aonde nós éramos cárceres das nossas próprias... vivíamos em cárcere privado, o lazer era totalmente escasso, porque a bola comia noite e dia, dia e noite. E, assim, o que mais me chocou nesse período foi o momento aonde... assim, eu moro na Pedrinha, né?, um lugar específico, e todos os meus vizinhos, inclusive parentes meus (irmãs e tal), todos eles foram embora. Muitos deles foram expulsos mesmo porque eram envolvidos e tudo mais...

Então, você passava entre os becos e eram roupas espalhadas, casas destroçadas, janelas; barracos vazios, e eu achava que aquela guerra, ela nunca iria... ela ia demorar muito tempo pra cessar, porque teve uma noite assim, de terror, em que juntou duas facções, mais a polícia, que durou praticamente 22 horas de tiroteio intenso que teve aqui na favela, aonde não só morreram muitas pessoas conhecidas, mas... foram... foi... é... (como é que se fala, gente?)... Foram muitas casas destruídas, foram muitas coisas destruídas: caixa d’água e janelas e tudo mais; e de manhã ainda passava “nequin” na porta, que ninguém tinha “vido”, né, e “nequin” aproveita para no meio da desgraça se dar bem, né?: “Aí, fulano quer uma janela aí, uma caixa d’água”, né... que era bem mais focado quando as balas “voavam”. E aí a gente... é... muitas vezes a gente tava ensaiando, né... tinha que se jogar no chão, correr pra cozinha, na Rua Nova... A Rua Nova até que é uma área... a Rua Nova é uma área onde, costuma ser uma área nobre, a gente paga IPTU, mas mesmo assim a bala comia lá. Mas o pior era aqui na Pedrinha, que era considerada a Faixa de Gaza porque as coisas mais intensas, os tiroteios mais intensos “era” aqui. E uma forma que me fazia às vezes... porque eu não podia sair de casa, tinha que ficar trancada, eu escrevia... escrevia... pro tempo passar mais rápido pra eu poder não ouvir as balas, os barulhos. Daí foi um período também que a minha filha é... foi... foi morar com o pai e eu também fazia uma ponte entre Rio e São Paulo com esse espetáculo; e às vezes não podia sair de manhã pra pegar o ônibus pra outra cidade porque ainda tava rolando o tiroteio e a gente tinha que fazer uma baldeação tremenda pra chegar na outra cidade, até

porque a gente não podia passar no meio do fogo. Então, assim, foi um período muito intenso, aonde muitas pessoas perderam suas vidas, perderam suas casas, perderam seus familiares.

Tinha casa que era vendida por três mil reais, casa de dois andares, né? O valor era uma coisa assim que você não acreditava, né? Casas bacanas e muitos cobravam o valor de aluguel de 150 reais a 200 reais, só pra não perder suas casas. Então, foi um período aonde nada do que tu construiu, nada do que tu viveu anos dedicando sua vida pra fazer um pezinho de meia, como se fala, né? (o seu tijolinho) virou, simplesmente, um bando de entulho. Um bando de entulho, ou pra você manter aquele entulho, ainda que tava em pé, por um valor que era praticamente de graça. A maioria das casas aqui da Pedrinha era... e do Vidigal também, né? Foi por esse valor que... as pessoas não “perder” fez esse acordo com algumas pessoas”. (Cida Costa)

Durante esse movimento expulsatório, as ações da associação de moradores ficaram enfraquecidas. Desde o final da década de 1990, a chapa verde, que durante anos agiu em prol dos moradores do Vidigal, foi desmotivada a continuar na gestão da instituição. O tráfico era quem ditava as ordens na favela e escolhia o representante da AMVV. Inclusive, em 2005, um líder comunitário imposto pelo grupo armado foi alvejado com três tiros em frente à sede da AMVV por não cumprir as ordens do chefe do morro.

O contato entre traficantes e dirigentes é sempre um espaço de incertezas. Tais conversas podem representar apenas a comunicação de informes, como novas “leis” estabelecidas, ou proibições impostas pelo tráfico, como podem ser tentativas de intimidação do dirigente ou de intervenção no trabalho realizado. (SILVA & ROCHA, 2008, P. 46)

“Nós comandamos até 98. Depois quem comandou foi o tráfico. Eu fui um grande perdedor para o tráfico. Perdi filho. Perdi neto. Eu tive uma filha que se envolveu com o dono do morro. Eu tive várias propostas para ser rico, ter uma padaria, uma cooperativa... Mas, eu não quis. A única coisa que eu quero é viver em paz. O negócio deles é o tráfico; o meu é ajudar as pessoas”. (Manuel Nonato de Souza, 76 anos, colaborador da AMVV).

Ao assumir o comando da AMVV, integrantes do tráfico de drogas queimaram, em frente à sede da instituição, documentos e fotografias que registravam toda a trajetória de resistência e organização coletiva dos moradores do Vidigal. Pouca coisa sobrou como registro documental da memória. O órgão representativo da favela deixou de ser um espaço de discussão e elaboração de estratégias para o bem viver coletivo. O interesse era a expansão do domínio de atuação da facção que chefiava o morro. Controlando-se a associação de moradores, interrompe-se ou enfraquece-se a atuação (já ineficiente) do Estado. O grupo armado fortalece seu poder interno sem intervenção externa. Para que seu poder seja o único reconhecido e que não haja rastros de resistência contra forças opressoras, destrói-se os registros da memória que retrata os antigos dirigentes da AMVV como vencedores.

A memória é composta pela presença ausente. Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento* (2012), afirma que “o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social” (p. 177). Ao se solidificar em suportes, a memória retoma o ausente como se ainda estivesse presente. É através desses vestígios da memória, entre eles os arquivos documentais, que podemos resgatar o passado, os rastros e reminiscências, segundo Aleida Assmann (2011). O conceito de rastros da memória surge com o filósofo e sociólogo Walter Benjamin, como possibilidade de reconstrução da história de personagens negligenciados pelo discurso oficial. Entendendo que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (2012, p. 243), a destruição dos suportes de memória do Vidigal implica em uma tentativa de apagamento da história dos moradores, de lacunas da trajetória. Afinal, a memória social é também um instrumento de poder. A fim de ocultar um passado vitorioso, tentou-se condená-lo ao esquecimento, destruindo-se seus vestígios documentais. Porém, a memória oriunda da narratologia.

Além do silenciamento da memória a partir da destruição de seus arquivos, a violência imposta aos moradores inibiu a realização de festas ao ar livre e manifestações culturais realizadas no Vidigal. As pessoas temiam a exposição nas ruas devido aos constantes tiroteios. Além disso, o órgão representativo dos moradores deixou de promover tais eventos. Cito como exemplo de apagamento da

história da favela o tradicional bloco carnavalesco “Bloco a Chaleira”, que desde a década de 1970, desfilava pela via principal. Moradores de gerações distintas formavam uma multidão agitada que seguia uma chaleira, continente de uma mistura de várias bebidas alcóolicas oferecidas pelos comerciantes durante o trajeto dos foliões. Em 2016, com a retomada da gestão democrática da AMVV, o Bloco da Chaleira voltou a fazer a alegria dos vidigalenses.



Foto: André Gosi. Bloco da Chaleira. Carnaval de 2019.

POPULAÇÃO ASSUSTADA

Guerra do tráfico deixa quatro mortos no Vidigal

Polícia prende homem de confiança de Bem-Te-Vi, que ordenou invasão da favela de São Conrado

RONALDO BRAGA
ronaldo@globo.com.br

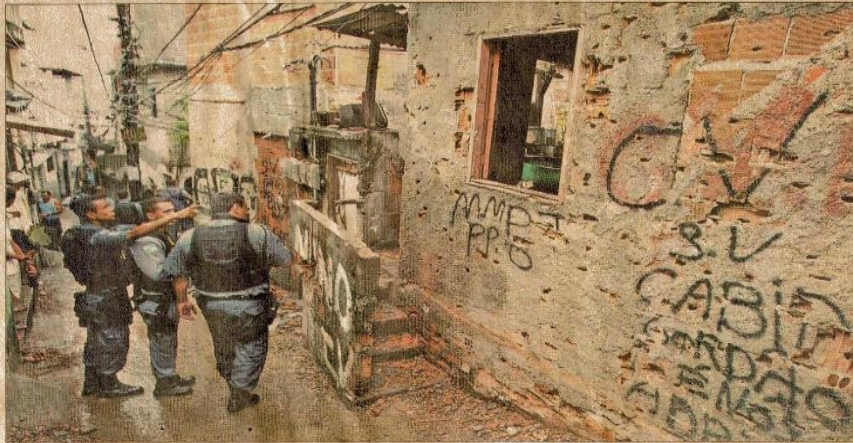
Moradores voltaram a ficar acudados ontem em mais um dia de confrontos violentos entre grupos de traficantes rivais e a polícia no Morro do Vidigal, em São Conrado. Um bandido morreu e outro ficou ferido, durante a madrugada, em um tiroteio com a Polícia Militar no Largo do Santinho. Mais tarde, foram localizados corpos de três traficantes na mata situada na parte alta do morro, que dá acesso à Favela da Rocinha.

Segundo a PM, a operação no Vidigal foi montada para pôr fim a uma troca de tiros entre grupos rivais do Vidigal e da Rocinha. Cerca de 20 policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Grupamento Especial Tático-Móvel (Gtam) enfrentaram traficantes no Largo do Santinho.

Fuga pela Niemeyer

Na troca de tiros, um bandido morreu. Outro ficou ferido e foi preso pela polícia quando tentava escapar da favela pela Avenida Niemeyer. André Luiz de Brum, de 26 anos, havia sido baleado na perna e estava acompanhado de um menor. Eles teriam obrigado moradores a levá-los por uma trilha na mata até a avenida.

Os bandidos seriam ligados a Exismar Rodrigues



POLICIAIS MILITARES observam as marcas de tiros em uma casa no Largo do Santinho; o local se tornou ponto de confronto entre quadrilhas rivais no Vidigal

Moraira, o Bem-Te-Vi, chefe da Rocinha. Segundo a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DIRE), Bem-Te-Vi ordenou a invasão do Vidigal, onde seu grupo já controla o tráfico na parte alta da favela. Nesse ponto, perto da mata, foram encontrados, pela polícia, três corpos, sem identificação. Também foram apreendidas uma granada e dois fuzis G3.

Ontem à tarde, a PM informou que foi identificado como Vagner Garcia Freitas, de 24 anos, o bandido preso terça-feira à tarde no Hospital Miguel Couto, na Gávea. Com ferimentos provocados por um tiro no

maxilar, ele procurou atendimento no hospital, mas foi reconhecido por um BMD como um dos traficantes que haviam trocado tiros com a polícia na favela.

Vagão é considerado pela polícia como um dos homens de confiança do traficante Bem-Te-Vi. Ele tinha um mandato de prisão expedido pela Justiça em 2000. O traficante foi levado para a 15ª DP (Gávea).

Largo do Santinho vira ponto de batalha de traficantes



DESOLADA, MARLENE Araújo olha as mercadorias que podem estragar com a falta de luz

A disputa entre as quadrilhas rivais pelo controle do tráfico de drogas transformou em ponto de batalha o Largo do Santinho, o local, que divide os espaços dominados por cada grupo, é palco frequente de tiroteios, deixando assustados moradores e comerciantes. Ontem, até granadas foram lançadas em mais uma troca de tiros no Vidigal.

Falta de luz

Um dos disparos atingiu um transformador de luz e interrompeu o fornecimento de energia em parte da favela. Um dos prejudicados foi a comerciante Marlene Araújo, que temia ontem perder mercadorias em sua loja.

O largo está localizado bem no meio do morro, distante quase um quilômetro da Avenida Niemeyer. Até a invasão do bando de Bem-

Te-Vi, era um local movimentado por bares e lojas. Com o início da guerra, se tornou um lugar deserto, temido por muitos moradores devido aos tiroteios entre traficantes rivais.

'Virou o Iraque'

Um morador, que preferiu não se identificar, contou, em detalhes, como está o clima na favela:

— O Vidigal virou um inferno. Garotos magros, sem relação com a comunidade, estão numa guerra sem fim. Eles cortam cabeças, que são expostas como prêmio. Os moradores têm medo. Deszas de famílias foram expulsas do morro. Na guerra desta semana, fui impedida de entrar porque o Vidigal virou o Iraque. Em outros tiroteios, já passei a noite fora de casa. Não temos a quem pedir ajuda.

MEMÓRIA RIVALIDADE

Confronto dura mais de um ano

A guerra entre as quadrilhas da Rocinha e do Vidigal pelo controle do tráfico de drogas já dura mais de um ano. A primeira batalha de bandidos rivais aconteceu em abril do ano passado. Setenta traficantes comandados por Edulino Estanislau de Araújo, o Dudu, invadiram a Rocinha pela mata, provocando pânico entre os moradores das duas comunidades.

A polícia tentou interceptar o grupo, dando início a um intenso tiroteio que chegou à Avenida Niemeyer. Ao todo, nove pessoas morreram. Entre elas, a mineira Telma Veloso Pinto, que passava com seu carro pela avenida, e dois policiais do Bope.

Cinco dias depois, um dos responsáveis pela guerra, o traficante Luciano Barbosa, o Lulu, morreu em confronto com a PM no alto da Rocinha. O bandido estava com uma companha, que também foi morto.

Com a morte de Lulu, Bem-Te-Vi assumiu o comando do tráfico na Rocinha e passou a chefiar as sucessivas invasões ao Vidigal.

Mototaxistas estão parados

O indicio mais evidente do clima de tensão e medo ontem era a suspensão do serviço de moto-táxi no Vidigal. Os motoqueiros se concentraram na parte baixa da favela, pois estariam proibidos de circular por traficantes ligados a Bem-Te-Vi.

Policiais militares montaram barreiras na Avenida João Goulart, principal acesso de subida ao Morro do Vidigal. Eles revistavam quem chegava ou saía da favela. Mesmo com a presença da polícia, alguns moradores

se sentiram inseguros para voltar para casa.

Tiroteios frequentes

Foi o terceiro dia de disputa por pontos de venda de drogas no Vidigal. Os tiroteios se intensificaram segunda-feira, quando houve o primeiro confronto entre traficantes rivais e policiais militares do batalhão do Leblon. Além de levar pânico aos moradores, a troca de tiros assustou moradores que passavam pela Avenida Niemeyer. Alguns foram obriga-

dos a voltar na contramão com medo de serem atingidos por balas perdidas.

Segundo policiais do Serviço Reservado do 23º BPM, os tiroteios no Vidigal se tornaram mais frequentes depois da morte, no mês passado, do traficante identificado apenas como 52. O bandido comandava o tráfico no morro e foi morto durante uma operação de policiais do Bope. Ainda segundo a PM, a morte dele incentivou a invasão do bando de Bem-Te-Vi.



O MENOR PRESO num carro da PM: fuga frustrada pela Niemeyer

Fonte: Jornal Extra, 8 de setembro de 2005.

O jornal acima fala de uma localidade que virou ponto de batalha na disputa pelo domínio do tráfico de drogas no Vidigal: o Largo do Santinho. Minha

família morava ali perto, mais precisamente no local retratado nas fotos que ilustram a matéria do periódico. Na época, eu morava na parte alta do morro. Após passar uma madrugada toda às escuras e tentando monitorar a segurança dos meus parentes por telefone, assim que amanheceu, fui ver o que tinha restado da Pedrinha. As paredes das casas estavam alvejadas, os tiros haviam atingido várias vidraças. Havia água jorrando das caixas d'água perfuradas, concreto e rebocos despedaçados das casas, munições e sangue no chão. Era de fato um cenário de guerra.

Houve, é claro, a estratégia maior de resistência humana: a manutenção da vida. Por isso, vários moradores, a fim de buscar lugares mais seguros para a sua integridade física e mental, foram motivados a abandonar seu lugar de pertencimento. Porém, aqueles que ficaram procuraram ressignificar a favela através da arte, do esporte e da cultura. Entre vários projetos nesse sentido, destaco duas instituições locais que tiveram um papel fundamental como ferramentas capazes de despertar potências em crianças e jovens afetados pela violência.

No final da década de 1990, o professor de boxe Raff Giglio resolve franquear, gratuitamente, as portas da academia localizada na Estrada do Vidigal a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, residentes naquela favela. Alguns anos depois, o boxeador funda o Instituto Todos na Luta, instituição que trabalha com educação pelo esporte para as crianças do Vidigal. O projeto possibilitou a descoberta de novos e promissores talentos e à preparação adequada para que pudessem competir em torneios nacionais, inspirando outros jovens a seguir esse esporte. Inclusive, dois de seus alunos representaram o Brasil nas Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro: Michel Borges e Patrick Lourenço. Nos jogos olímpicos de 2012, em Londres, Esquiva Falcão, aluno do instituto, conquistou a medalha de prata. Embora tais competições tenham ocorrido após o período aqui analisado, as colocações conquistadas pelos atletas foram resultado do trabalho iniciado no movimento expulsatório aqui descrito. Sabemos que projetos sociais demandam de tempo. Como defende Manuel Castells:

Porque a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social da sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar. (CASTELLS, 2013, p. 175).



Foto: Patrick Borges, Raff Giglio e Esquiva Falcão na laje do Instituto Todos na Luta (Vidigal, 2014). Arquivo fornecido pela instituição.

O grupo teatral Nós do Morro, fundada em 1986, pelo ator e diretor Gotschalk da Silva Fraga, é a maior instituição social do Vidigal. Guti Fraga, como é conhecido, foi responsável pela inserção de vários atores oriundos do Vidigal na TV, teatro e cinema. Transformou um pequeno grupo teatral de moradores da favela em referência cultural na cidade. Um ano depois de sua fundação, o grupo faz sua primeira montagem teatral com a peça “Encontros”, que retratava o cotidiano no morro. Nessa época, os ensaios e apresentações ocorriam no Centro Cultural Padre Leeb. Em 1995, o grupo se transfere para a Escola Municipal Almirante Tamandaré, onde ocorria o “Show das 7” (entretenimento em que moradores apresentavam talentos variados). No início dos anos 2000, o grupo passa a ser patrocinado pela Petrobras e ganha uma sede definitiva numa mansão localizada na parte legalizada da favela, o casarão do Nós do Morro.

O grupo teatral fundado por Guti Fraga, Fernando Melo, Fred Pinheiro e Luiz Paulo Corrêa e Castro recebeu diversos prêmios (Prêmio Shell, Ordem do Mérito Cultural, Escola Viva e Menção Honrosa da UNESCO). Dentre os fundadores, apenas Luiz Carlos Corrêa e Castro, o Paulo Tatata, é cria da favela. Os outros três têm origens em outras localidades e moravam nos blocos do edifício Pedra Bonita, localizados no início do morro, na avenida Presidente João Goulart. Esses edifícios

foram apelidados na década de 1980 de “prédios dos artistas” por serem residências de nomes como Gal Costa, Lima Duarte, Vera Holtz, Beth Farias, Cadu Moliterno, Bebel Gilberto Zizi Possi, Ângela Rô Rô e outros.

Segundo Coutinho (2017), Paulo Tatata foi o responsável pelo cruzamento entre o Vidigal favela e o legalizado, e pela aceitação dos moradores em relação ao projeto proposto. Acredito que não houve um morador de forma isolada o favorecedor desse encontro. Espaços de samba (como o Bessa e o Águia Social Clube), as noites no Bar Raco⁹³, a própria militância comunitária (como ocorreu com Sérgio Ricardo e Filomena de Príncio) e o comércio na via principal foram motivadores dessa junção. A meu ver o que a presença do Paulo Tatata no até então projeto teatral favoreceu, como também listado pela autora citada, foi a adesão dos moradores. Ele era o único *cria* do Vidigal.

As peças dialogavam com o cotidiano do morro. Os favelados se reconheciam. Era justamente esse o objetivo do grupo: fazer teatro para e com os moradores (além de formar profissionais da parte técnica da dramaturgia). Felizmente, as expectativas foram superadas. O Nós do Morro conquistou além de outros territórios periféricos, palcos na Europa. Mas, o local de origem do grupo vivia um momento de violência, insegurança e desmantelamento das estratégias de resistência até então utilizadas.

“Às vezes estávamos ensaiando e nos pediam para sair do primeiro andar porque a bala ia comer, e um de nossos diretores não acreditou que pudesse chegar ali, mas chegou, e tem uma escultura de um cavalo na entrada e a bala acertou bem ali e nos jogamos no chão. Então para gente a arte não era só uma resistência, ela nos fazia sair daquele momento de guerra, destruição e falta de esperança.

Tivemos um período tão inflamado de guerra que se eu não tivesse a arte naquele momento, eu hoje não estaria aqui no Vidigal, ou estaria embaixo da terra, não que eu fosse envolvida, mas porque eu achava insuportável ter que ficar pressa dentro de

⁹³ Extinto bar de propriedade de um dos primeiros moradores do Vidigal, o Seu Celeste, localizado em frente aos “prédios dos artistas”, na via principal.

casa, enquanto a bala comia e o mundo gritando lá fora para mim, uma festa para ir ou um cinema, um espetáculo ou um ensaio para fazer e eu não podia sair de casa. Então, talvez se eu não tivesse esse refúgio, como muitas pessoas não tiveram, eu não estaria aqui para contar a história.” (Cida Costa)

Os conflitos aconteciam a qualquer horário. De noite era quase impossível sair de casa. As aulas estavam suspensas. Pela manhã, muitas vezes iniciávamos o dia e ele era interrompido rapidamente por tiros, não havia lugar seguro. Chegamos a ficar por muitas vezes com a favela dividida. O Vidigal se calou. Mudou. Nunca se tinha tido confrontos como aqueles, a resistência foi vencida. (BEZERRA, 2010, p. 111)

A citação acima é de Luciana Bezerra, diretora do Nós do Morro e cineasta preocupada em retratar nas telas, temas femininos e as mazelas da favela⁹⁴. Cida do Vidigal, escreveu o livro “Meu destino era o Nós do Morro”, onde narra sua inserção no grupo teatral, no cenário cultural e sua vivência no morro. Embora concorde com o que foi dito pela artista, a última frase merece uma ponderação. A resistência não foi vencida. As estratégias é que mudaram. Luciana, inclusive, e todos aqueles, que durante os anos em que ocorreu a disputa acirrada pelo domínio do tráfico de drogas entre Vidigal e Rocinha, se dedicaram à oferta de arte e esporte aos moradores, exerceram a resistência através do despertar de novas potências. Resignificaram a favela. Desconstruíam os estereótipos marginalizantes.

No mundo conceitual branco, o sujeito Negro é identificado como o objeto ‘ruim’, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e, também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa. (KILOMBA, 2010, p.164)

As duas instituições aqui citadas, Instituto Todos na Luta e Nós do Morro, possibilitaram que o Vidigal, assunto recorrente nas páginas policiais, fosse visto como seleiro de atletas e artistas. Os alunos de Raff Giglio foram os únicos representantes do boxe brasileiro nas duas últimas olimpíadas. O grupo teatral da favela levou para os palcos e telas de cinema, além de talentosos atores e diretores,

⁹⁴ Luciana Bezerra é diretora do filme “Mina de Fé” e uma das coautoras de “5 X Mais Favela”.

temas que denunciam as desigualdades impostas pela classe dominante. Foi possível provar que o povo negro favelado não se reconhece no espelho do colonizador, “como um depósito de tudo aquilo que a sociedade branca patriarcal não quer ser”⁹⁵. Abandonou-se a alienação inferiorizante. Escreveu-se uma trajetória de resistência para além dos limites da favela.

Em uma favela [...] é preciso ter generosidade. Esse espaço _ por estar em sua origem fora das leis formais da construção de um bairro, ou de uma cidade _ precisa se unir, mas a tomada dos morros pelo tráfico intimida todas as iniciativas de coletividade, porque qualquer liderança torna-se uma ameaça. Mas aqui, mais do que em qualquer outro lugar, devemos estar unidos em um ideal de que todos naquele espaço prosperem. (BEZERRA, 2010, p. 51)

As experiências de opressão cotidianas causam traumas no indivíduo, segundo Fanon (2008). Isso porque o racismo vivenciado no dia-a-dia faz com que o negro (logo, com que o favelado) não se sinta conectado com a sociedade pensada enquanto branca. Há uma violenta separação desse indivíduo com qualquer identidade. Ele seria o “outro”, aquele não reconhecido na “self” do branco, de acordo com Kilomba (2010). A intelectual citada afirma que a problemática do racismo também é branca, uma vez que o racismo é preconceito e poder. É preciso reconhecer as formas de dominação e construir a transformação. Para Kilomba, essa é uma tarefa global.

Projetos como os aqui descritos colaboram para a construção de outras narrativas, outras trajetórias; logo, outras memórias. Para que essas vozes potentes não sejam silenciadas pelas diversas formas da necropolítica, é preciso que favelados e aqueles que defendem o direito à vida digna elaborem estratégias para uma sociedade mais justa e igualitária.

3.3 – A tentativa de gentrificação

⁹⁵ Entrevista de Grada Kilomba ao jornalista Kauê Vieira, publicada em 09/01/17: Grada Kilomba: o racismo e o depósito de algo que a sociedade branca não quer ser.



Fonte: Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). In Marielle Franco, p. 80.

“Dava pra gente fazer muitas coisas, mas como as coisas começaram a aumentar, então quer dizer, o dinheiro continua o mesmo, mas as coisas que você consome triplicam, então começa a ficar difícil por um todo. Então a gente começa a se virar, em “n” áreas para poder se manter. E aí chegou um período que para comprar um pão eu tive que dar good morning, precisei estar com o inglês apurado. Era uma mistura de galera que eu pensei: onde estão meus vizinhos? Onde estava a turma que falava: coé, e aí, beleza? Eram tantos gringos e uma galera com poder aquisitivo... cheio de dedos e tudo mais que eu nem me reconhecia mais. Eu me perguntava: cadê eu no meio desse lugar? E graças ao fato de eu estar envolvida recitando poesias e estar em movimentos artísticos, até pra manter essa memória, manter nossa história, mas aí muda-se o governo, muda-se a política e quando a UPP (que na verdade é uma fachada, é igual repartição pública que existe, mas não funciona) volta a enfrentar o tráfico e assim toda aquela guerra recomeça no Vidigal e com isso as pessoas voltam a vender novamente suas casas e a especulação imobiliária começa a baixar e essa galera de poderes aquisitivos que vieram comprar casas e os gringos que abriram hostels começam a ir embora e a favela volta a ser aquela raiz. Porém nem todos podem ir embora porque tem uma guerra. (SIC. Cida Costa, cria, 37 anos, atriz e poeta)

Após a implementação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) no Vidigal, em 2011, a especulação imobiliária, o turismo e a mercantilização da favela aumentaram muito. O Vidigal virou grife! A fim de contextualização, vou comentar sobre essa política de segurança pública adotada pelo governo do Estado, durante a gestão de Sérgio Cabral.

O Vidigal teve a inauguração de uma Unidade de Polícia Pacificadora em 18 de janeiro de 2012. A 19ª UPP instalada em favelas do Rio de Janeiro ocupou militarmente a localidade em 13 de novembro do ano anterior. Na ocasião, a favela da Rocinha e da Chácara do Céu também foram ocupadas, o que motivou, inclusive, que a mídia chamasse as três de “Complexo da Rocinha”. Houve muita resistência por parte de moradores das outras duas favelas que não desejavam serem acoplados como se as três favelas do Morro Dois Irmãos configurassem um todo. Além disso, tal junção causava estranheza e desconfiança; pois além da localização, a outra aproximação obedecia à lógica do tráfico de drogas, uma vez que as três localidades eram comandadas pela mesma facção criminosa, a ADA. Os moradores não incorporaram o termo; a nomenclatura generalizante não vigorou.

Alegando-se o propósito de atuar contundentemente na “guerra ao tráfico de drogas” e propiciar um cenário menos violento para a realização dos megaeventos esportivos, foram implantadas as Unidades de Polícia Pacificadora. O Rio de Janeiro vivia cotidianos confrontos em favelas entre grupos armados que disputavam o comércio de drogas ilícitas e a força policial. Devido a esse discurso de insegurança pública, durante toda a existência da favela, e aqui não particularizo nenhuma, o “Estado Penal”⁹⁶ agiu com política repressora e controladora dos pobres, como afirma Marielle Franco (2014), através do cerco militarista e do processo de encarceramento de corpos e da vida cotidiana. Esses encarcerados são aqueles que não dispõem de capital, são os “rejeitados da sociedade de mercado” (FRANCO, 2014, p. 22). Inspirada na experiência de segurança pública na Colômbia, a UPP substituiu a ostensividade das armas dos grupos criminosos pelas empunhadas pelos agentes do Estado (que têm o uso da força como prática legitimada).

Portanto, não se trata de um modelo de segurança, nem ao menos o modelo de ação policial, mas uma administração da ação militarizada, tendo na

⁹⁶ Exercício do poder punitivo do Estado.

ocupação policial uma adequação do ambiente para melhor responder às exigências dos grandes eventos. (FRANCO, 2014, p. 72)

Segundo o decreto de número 42.787/2011, que dispõe sobre os objetivos da UPP, a gestão do projeto nas favelas deveria partir dos modelos conceituais de eficácia, eficiência e efetividade. Abandonando, assim, a gestão militar e implementando os conceitos de polícia pacificadora, de proximidade e comunitária. O que ocorreu na prática foi a militarização da favela. Os confrontos cessaram, mas o comércio varejista de entorpecentes e as incursões policiais desrespeitosas com os moradores permaneceram, ainda que de forma mais tênue e dirigidas às áreas mais estigmatizadas da favela. É importante frisar que o objetivo da UPP não era combater o tráfico de drogas, mas efetivar a ocupação dos territórios de favela pela força militar do Estado. De acordo com o decreto citado, os objetivos eram:

a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico⁹⁷

Embora os confrontos entre grupos armados tivessem diminuído, houve um aumento da violência doméstica. Maridos violentos que controlavam a fúria agressiva por temor à represália do tráfico, não se intimidavam diante da força policial, contestando, inclusive, as intervenções realizadas durante o flagrante de violência. Como nos diz Angela Davis:

Se o Estado utiliza a violência policial para resolver problemas de maneira punitiva, então ele dissemina a mensagem que a violência pode ser uma solução para os problemas domésticos também⁹⁸.

Os megaeventos (Copa do Mundo e Jogos Olímpicos) provocaram a remoção de favelas da zona oeste carioca. No caso do Vidigal, não ocorreu a expulsão aos moldes da ocorrida na “era das remoções” e atualizada durante as obras preparatórias para essas competições esportivas. O processo expulsatório ocorreu de forma subjetiva, com ares de negócio lucrativo para aqueles que vendiam suas casas por preços acima do mercado a estrangeiros e investidores na favela. Mesmo os

⁹⁷ Artigo nº1, inciso nº2 do DECRETO Nº 42.787 DE 06 DE JANEIRO DE 2011.

⁹⁸ In: https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/26/angela-davis-o-encarceramento-em-massa-nunca-resolveu-ou-troux_a_23050036/

moradores que não venderam suas propriedades não conseguiram arcar com o aumento dos aluguéis, produtos, serviços e lazer dentro do morro e preferiram mudar de endereço. A essa expulsão damos o nome de gentrificação. Vou contextualizar o início desse movimento no Vidigal.

Em junho de 1992, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro a Eco-92 (Rio Conference on Environment and Sustainable Development) e mesmo com todos os esforços dos governantes em esconder as favelas, foi durante esse evento que um grupo de estrangeiros que estavam na cidade por conta daquele evento quiseram conhecer a Rocinha e acabaram realizando uma visita guiada à favela. De acordo com Freire-Medeiros (2006), esse é o episódio considerado marco fundador da favela como destino turístico.

Na mesma época, houve no morro do Vidigal um grande evento relacionado à conferência e realizado em parceria com a AMVV. Como a ideia era integrar a favela à cidade, organizou-se uma comemoração com o tema da Eco -92. A rua Principal foi fechada, promoveu-se apresentação do coral local e de grupos de dança, concurso de beleza feminina “a garota Vidigal” e uma visita guiada. O roteiro unia natureza e “experiência”, levando os turistas para a trilha do Morro Dois Irmãos e depois por um passeio pela favela para conhecer a cultura local. Uma empresa chamada Expeditours, que liderava o turismo receptivo na década de 1990, esteve à frente desse projeto. A escolha do Vidigal seria devido à localização (próximo à zona sul da cidade) e à linda vista panorâmica do alto do morro. Um jornal divulgou uma foto que foi emblemática: a imagem de um blindado estacionado na Niemeyer com o cano apontado para o morro.

Em 2008, Rolf Glaser, empresário alemão, investiu 1,1 milhão no morro. Comprou 37 casas na parte alta da favela, uma na rua 3 (onde residia) avaliada em 350 mil. Contratou Hélio Pellegrino para assumir a empreitada imobiliária, que contava com a construção de hotéis, pousadas, um caminho turístico com bares e comércio variado.

Era exigência da Prefeitura do Rio de Janeiro a apresentação de escrituras definitivas dos terrenos para a obra não ser embargada. Os imóveis dessa localidade (e de boa parte do morro) não possuem esses documentos. Em 2009, o empresário alemão vendeu tudo por quase 30% do valor de compra. Rolf Rudiger

Glaser vendeu o direito de posse de vários lotes para terceiros. Esse foi o fato que inaugurou o processo de gentrificação do Vidigal. Afinal, os compradores eram estrangeiros (como o caso do austríaco Andreas Wielend, proprietário do Hostel Alto Vidigal) e empresários com expertise na lógica do mercado que perceberam o potencial turístico do lugar (Hélio Peregrino, dono do Hotel do Arvrão, por exemplo).

Gentrificação é a recomposição social de um determinado lugar. O termo cunhado por Ruth Glass na década de 1960 foi usado para designar a ocupação de bairros londrinos menos valorizados pela classe média, resultando na substituição da camada pobre por grupos mais privilegiados economicamente. Embora alguns defendam intervenções urbanas que possibilitem a diversidade social, a gentrificação resulta na expulsão da população pobre, pois além do aumento do valor da moradia, as condições de vida ficam inviáveis financeiramente.

Samantha dos Santos Gaspar, no artigo denominado “Gentrification: processo global, especificidades locais?”, faz um levantamento de teóricos que já se debruçaram sobre o tema gentrificação. Esses autores (Neil Smith, Harvey, Bidou-Zachariansen, Zukin, Featherstone, e Rogério Leite)⁹⁹ apontam para distintas formas de apropriação do espaço enobrecido de investimentos estatais e/ou privados.

Grosso modo, a literatura acadêmica costuma retratar o fenômeno denominado gentrification de duas maneiras: ora atrelando-o a modificações na composição das camadas sociais residentes no espaço enobrecido, com a expulsão dos moradores mais pobres e a vinda de indivíduos de classe média e média alta, ora atentando para o consumo cultural propiciado pelas instituições e pelos diversos estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes etc. presentes na região, e para a sua frequência por essas camadas sociais, nesse caso vinculando a gentrification ao lazer, ao turismo e à cultura de luxo, e tendo o Estado como o principal ator na condução do processo. (GASPAR, 2010, p. 4)

A política de segurança do governo do estado do Rio de Janeiro para os territórios eufemisticamente chamados de “comunidades carentes”, através da militarização de espaços antes tidos como perigosos e inóspitos, possibilitou que indivíduos oriundos de outros espaços da cidade passassem a frequentar e residir as/nas favelas. É claro que o convívio harmônico entre morro e asfalto colabora para aceitação das diferenças e a diminuição das iniquidades do que se denominou “cidade partida”¹⁰⁰. Todavia, esse entrosamento entre aqueles que não se viam como pares

⁹⁹ Ver: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1575?lang=pt>

¹⁰⁰ Expressão difundida pelo livro homônimo de Zuenir Ventura.

gerou conflitos de interesses e de identidades. Entrou em jogo a relação *cria e meia hora de morro*, descrita no segundo capítulo desse trabalho.

Toda essa alteração foi camuflada pela celebração do rompimento das barreiras sociais e pelo proclamado fim da dicotomia favela X asfalto. Porém, ao contrário do que a mídia divulgou ostensivamente, essa dinâmica de convívio não foi harmoniosa e nem permitiu a mobilidade social dos favelados do Vidigal. É claro que o comércio local passou a lucrar mais devido a presença de um maior número de consumidores oriundos de outras partes da cidade (e do mundo). Ainda assim, os maiores investidores na favela não foram os favelados, não tinham suas origens na classe oprimida. Eram indivíduos com capital para investir em hotel, pousadas, restaurantes, bares, festas etc. (como: Hotel Alto Vidigal, Bar Da Laje, Mirante do Arvrão e Digital Dubs).

O Vidigal estava na moda! Era cenário de novelas, filmes e vídeos clips, e tema de programas televisivos. Passou a ser frequentado por celebridades inclusive internacionais e indicado em revistas e agências especializadas como excelente destino turístico. Devido a sua localização privilegiada, à especulação imobiliária e por não ser um locus inequívoco¹⁰¹ da miséria, durante o auge do processo de gentrificação (até 2017), o Vidigal era designado por muitos como “favela cult,” “favela pop” e até, “não favela” ou “ex-favela”. Tais denominações acabavam ocultando problemas existentes no Vidigal e que são próprios de territórios excluídos (saneamento básico, escoamento de esgoto, coleta de lixo, abastecimento de água, energia, saúde, moradia e educação).

O Vidigal não teve investimento em equipamentos urbanos, mesmo durante o auge do projeto de “pacificação”. Desde o fim das intervenções do Favela-Bairro (1996 a 1998), o Vidigal não havia recebido grandes obras de urbanização. Até que em 2010 ocorrem algumas intervenções na favela através da GEO-RIO. Foram feitas de forma insuficiente obras de contenção de encostas, deixando de atender diversas localidades instáveis. A princípio, duas áreas vulneráveis aos impactos da chuva receberiam obras de contenção – as ruas Armando Almeida Lima (o Arvrão) e a Carlos Duque (no Bagulheiro). No entanto, no Arvrão as obras foram concluídas e

¹⁰¹ O Vidigal tem a maior renda per capita das favelas cariocas: 1.744 reais (segundo o IPP /2010).

o local deixou de ser classificado como área de risco. Vale lembrar que essa foi a área onde o investidor alemão comprou a maioria das casas e onde se localiza os empreendimentos de maior valor e fama no Vidigal (Hotel Mirante do Arvrão e Bar da Laje). Um muro de contenção foi construído pela prefeitura exatamente atrás do hotel famoso.

Já a rua Carlos Duque, também muito procurada por compradores estrangeiros após a instalação da UPP, foi ameaçada com a remoção de boa parte de seus moradores sob a justificativa de risco de deslizamento. Os moradores resistiram, não saíram, e a contenção não foi feita.

As fortes chuvas de fevereiro de 2019 provocaram muitos danos e uma morte no Vidigal. Casas foram destruídas pelo deslizamento de pedras do morro Dois Irmãos, outras foram alagadas. Em abril e maio do mesmo ano, deslizamentos de terras no Vidigal atingiram a avenida Niemeyer, importante via de acesso zona sul-Barra da Tijuca. A via foi interditada para o tráfego por ordem judicial, sendo autorizado o acesso somente até a entrada do Vidigal. Lá no alto, justamente na rua Carlos Duque, a área onde não foram realizadas obras de contenção de encostas e que as ofertas de compra eram constantes, casas desabaram e famílias foram removidas.

Nas vésperas da instalação da UPP/Vidigal, foi concluída a construção da Vila Olímpica do Vidigal. Inaugurada em fevereiro de 2011, as obras do “campo” (como era conhecido o local) foram iniciadas nos anos 1990. Gato, traficante que virou uma espécie de lenda na favela, foi quem mandou aterrar e preparar todo o terreno para a construção. Comprou maquinários e pretendia criar um campo de futebol. Após uma inspeção aérea sobre o local, a polícia descobre o intento e embarga as obras.

Apesar da falta de recursos públicos, o Vidigal passou por uma mudança espacial. Houve um embelezamento e ampliação das casas. Os moradores que resistiram às ofertas de compra investiram nos imóveis por se sentirem mais seguros quanto à permanência. O acreditado fim do movimento expulsatório motivado pelas disputas travadas pelos grupos armados e a resistência à gentrificação entusiasmavam o investimento na moradia que se desejava permanecer. Além disso, havia um maior poder de consumo da classe favelada motivado por políticas públicas durante esse período

Ainda assim, muitos *crias* da favela não se sentiam pertencentes a

certos espaços dentro do seu lugar de origem. Era a apropriação dos espaços e a negação de seus moradores. A proposta que se dizia integradora da cidade (a UPP), segregava o favelado dentro do seu território. O espaço que motivava a repulsa passou a despertar o interesse daqueles que o repeliam.

“Os jovens daqui têm saudades do baile funk. A vida cultural era assim, mas com toda essa transformação do morro, tornou-se impossível organizar um baile. Agora você precisa ter segurança, bombeiros, autorização da prefeitura... nunca iremos conseguir! Contudo, temos muito espaço livre e os jovens precisam curtir, se divertir. As novas festas aqui, as lá de cima, custam até R\$200. Então, não tem condição; não é para nós”. (Clayton, cria, 28 anos)¹⁰²



Foto: Edi Heinz. Vista do Arvrão (Vidigal, 2014).

O lazer até então praticado, como os bailes funks e as festas que varavam

¹⁰² Depoimento cedido ao projeto de foto-narrativas “Vidigalizado”, do qual sou uma das realizadoras.

a madrugada, era cerceado. Para que um evento particular ou comunitário fosse realizado era necessário o nada opor do comando da UPP/Vidigal e o respeito à “lei do silêncio”. No entanto, nas festas destinadas à classe média frequentadora da favela, o funk em volume altíssimo até de manhã era tolerado.

O movimento da totalidade social acarreta mudanças no equilíbrio entre as diferentes instâncias ou componentes da sociedade, modificando os processos, exigindo novas funções e atribuindo diferentes valores às formas geográficas. O espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração (SANTOS, 2014, p. 77)

Quando eu disse em momentos anteriores que o Vidigal estava na moda, virara grife, não era exatamente uma metáfora. Marcas famosas vendiam camisas e bonés estampando o nome ou a paisagem do morro no valor próximo a R\$200,00. Produtos similares eram vendidos na favela por não mais que R\$40,00. O Vidigal era marca! De destino perigoso passou a ser produto mercadológico. Vivia-se o que Freire-Medeiros chamou de “mercantilização da pobreza”.



Foto: Site da Osklen. In: <https://br.pinterest.com/pin/366902700872888119>



Foto: Autora. Camisa de lembrança turística vendida na loja Miriam Bazar (Vidigal)

“O Vidigal é um lindo lugar de se morar. Sempre foi. Até que um dia chegou a tal da Polícia Militar, a famosa UPP. Daí foi só se valorizando mais a comunidade. Porém, e o respeito com a sociedade? Ah, esse aí se perdeu. Policiais não respeitam morador. Ah, mais tem aquele que faz coisa errada... E daí? Ele também tem que ser respeitado. Além disso, agora está uma sujeira só. Lixo? Esse tem bastante. Lixeiras lotadas por todo lado. As festas dos moradores? Essas quase não existem. Isso aqui é lugar dos gringos.” (Rafaela Ferreira, 25 anos, nascida no Vidigal)¹⁰³.

¹⁰³ In: ROSA, Barbara. A importância da memória do Vidigal como afirmação do pertencimento dos alunos do Colégio Estadual Almirante Tamandaré, UFRJ, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso/ Especialização.

Além dos problemas de infraestrutura (como as quedas de energia, engarrafamentos e coleta de lixo insuficiente), da elevação dos preços praticados na favela e da especulação imobiliária, a identidade que motivava o pertencimento era ameaçada durante o movimento de gentrificação. O Vidigal estava mudando a sua estrutura espacial. No entanto, no interior dos becos do morro, moradores continuavam sofrendo com as investidas truculentas dos policiais. O favelado continuava sendo estigmatizado, embora o seu lugar de pertencimento estivesse vivenciando uma valorização monetária superior ao resto da cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁴.

Para Neil Smith (1988), estudioso de base marxista, a gentrificação é um processo de reestruturação urbana e de luta de classes. Isso porque cada sociedade produz um espaço dominante e esse movimento expulsatório faria uma filtragem social da cidade. A fim de resistir a essa segregação socioespacial promovida pelos *meia hora de morro*, os *crias* desenvolveram estratégias. Vamos a elas.

Muitos moradores investiram no comércio e no turismo comunitário a fim de competir com os empreendimentos dos *meia hora de morro* (cinco agências de turismo externas à favela vendiam visitação ao Vidigal). No entanto, isso não era suficiente para garantir a permanência daqueles que não podiam entrar nessa disputa financeira. Abordarei aqui as estratégias que buscaram resgatar a memória local como fortalecimento da identidade e motivadora da permanência dos moradores.

Stuart Hall questiona se “  possível, de algum modo, em tempos globais, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral?” (HALL, 1999, p. 84). O mesmo autor considera que o fortalecimento de identidades locais pode ser observado como uma reação   ameaça de grupos dominantes. Hall está analisando a identidade cultural no mundo globalizado, “de fronteiras dissolvidas e de continuidades rompidas” (idem).

A busca de uma identidade fixa e unificada é uma ingenuidade no mundo pós-moderno. Porém, apesar de sermos influenciados por essa “aldeia global”, temos códigos culturais e estratégias de sobrevivência próprias. Criadas, justamente, por

¹⁰⁴ Ver: <https://diplomatieque.org.br/favelas-pacificadas-para-a-nova-burguesia-brasileira/>

termos o direito à cidade negado, devido à nossa classe e raça. Acredito que afirmar a identidade local é uma estratégia para exigir o reconhecimento desse território como parte integrante da cidade.

“O futuro do Vidigal significa também olhar para o passado. O Vidigal dos anos 80 era muito bom!! Eu queria reanimar essa identidade, dar uma olhada para essa origem. Eu trabalho na Associação de Moradores, e agora uma das nossas prioridades é a cultura. Sair do traumatismo e do medo com projetos de arte e de festas para revitalizar o Vidigal” (André Gosi, cria, diretor cultural da AMVV).

O Vidigal já vinha se organizando coletivamente nas reuniões do FIV (Fórum intersetorial do Vidigal), descrito na abertura dessa dissertação. Através desse grupo foi construído um processo eleitoral democrático para a eleição do presidente da AMVV, em junho de 2012. Debates entre os candidatos foram organizados por voluntários nas instituições locais e na praça do Vidigal, na entrada do morro. Batizados de “Quartas Eleitorais”, pois aconteciam às quartas-feiras, esses encontros também promoveram debates entre candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro.

A estratégia de ocupar essa praça é bastante usada pelas lideranças e movimentos culturais locais. Por ser a porta de entrada da favela, possibilita que discursos alcancem aqueles indivíduos que estão simplesmente voltando de um dia de trabalho e por ali precisam transitar. É uma forma de atingir aqueles que estão alheios às demandas sociais, sofrendo com os reflexos das opressões, mas isentos das discussões a respeito das causas e das elaborações de estratégias coletivas. É uma espécie de convite ao despertar crítico. Inclusive, foi na praça do Vidigal que ocorreram os debates “Fala, Vidigal”, organizado por lideranças locais, a respeito das mudanças ocorridas após a instalação da UPP, entre elas, a gentrificação¹⁰⁵.

Como narrado na abertura, eu já desenvolvía uma pesquisa pessoal a respeito da memória do Vidigal para o projeto que criei “Núcleo de Memórias do Vidigal”, aproveitei o espírito coletivo dos indivíduos que estavam disposto a discutir propostas para o morro e propus um trabalho coletivo. A ideia era organizar uma série de eventos e ações comemorativas dos setenta anos e meio da favela, completados

¹⁰⁵ Ver: <https://rioonwatch.org.br/?p=11349>

naquele ano.

Através da pesquisa para o projeto que desenvolvo, pude observar que os órgãos do governo municipal e estadual consideram 1940 a data do início da ocupação da população favelada no Vidigal. O objetivo era que a comemoração dos 75 anos de ocupação do morro proporcionasse a ação coletiva a partir da memória do Vidigal e motivasse a discussão a respeito da trajetória local promovida pelos seus pertencentes. Várias reuniões foram realizadas, tanto a preparação, quanto à realização foram coletivas.

Em março de 2015 foi realizado o primeiro evento comemorativo dos 75 anos do Vidigal, na praça do morro. Além de apresentações de artistas locais, moradores *raízes* e *crias* deram depoimento a respeito da história do morro. A plateia era convidada a todo momento a participar e dela surgiam relatos sobre a história da favela, seus personagens, boatos e curiosidades. O questionamento sobre a “idade” da favela era sempre colocado pelos moradores presentes. Afirmavam e comprovavam que o Vidigal tinha mais de 75 anos, afinal D. Antônia, uma das depoentes, tinha 87 anos e é *cria*.

Nessa ocasião, foi inaugurada a “Galeria Viva do Vidigal”, um painel de grafite representando a trajetória local em diálogo com a história nacional. O projeto cultural, urbanístico e ecológico foi idealizado pelo arquiteto Guto Graciliano e pela chef Graça dos Prazeres. Uniu as temáticas urbanística e medicinal (trata-se de um telhado verde medicinal que serve de abrigo para o ponto de transporte alternativo) à representação mnemônica (a contextualização para a elaboração do mural foi fornecida pelo projeto “Núcleo de Memórias do Vidigal”).

Este ano, a Lei 6.555 de 2019, de autoria do vereador Reimont, tornou Patrimônio Cultural Urbano de Natureza Imaterial da Cidade do Rio de Janeiro o espaço Telhado Orgânico Medicinal e Galeria Viva. Considerada a primeira estrutura de abrigo de passageiros constituída por telhado verde do Rio de Janeiro, é também o único bem patrimonizado no Vidigal.

Outros eventos para celebrar a memória local foram realizados (produção independente de um documentário¹⁰⁶, cineclubes com exibição de filmes

¹⁰⁶ Realizei em parceria com o coletivo de audiovisual CRUA o documentário homônimo dessa dissertação.

de diretores vidigalenses ou que tinham a favela como cenário/tema, realização de festas comunitárias aos moldes das pretéritas). Aqui irei destacar a reedição do show realizado na década de 1980, “Tijolo por tijolo”. O espetáculo descrito na análise do primeiro movimento expulsatório foi remontado. Novamente dirigido por Sérgio Ricardo, o show impossibilitado de ocorrer no ano de celebração dos 75 anos da favela, devido ao temporal ocorrido no dia do evento, foi realizado em maio de 2016. Entre bandas e artistas locais, “Tijolo por tijolo II” contou com um discurso memorável de Sérgio Ricardo em defesa do Vidigal e contra a gentrificação da favela, além das participações, inesperadas para o público, de João Bosco, a portuguesa Carminho e Chico Buarque¹⁰⁷.



Foto: Reedição do Show “Tijolo por tijolo”, maio de 2016. Arquivo pessoal da autora.

Em 2017, ocorreu a FLUP (Festival Literário do Universo das Periferias)¹⁰⁸ no Vidigal. Tal festival tem uma modalidade infanto-juvenil, a FLUP Parque, que escolheu a memória do morro como tema. Habitualmente essa vertente do festival homenageia um autor do universo literário por meio de disputas intercolegiais. Ao trabalhar com a memória do Vidigal, encontramos o

¹⁰⁷ Ver: <https://oglobo.globo.com/cultura/chico-no-vidigal-19248509>

¹⁰⁸ A Festa Literária do Universo das Periferias (Flup) foi criada em 2011, inspirada na Festa Literária de Paraty (Flip). Ocorre a cada ano em uma favela carioca e tem como público focal moradores de territórios marginalizados.

desafio de criar uma estratégia que fosse capaz de resgatar e difundir a história.

A FLUP Parque: Gincana da memória do Vidigal foi baseada na pesquisa aqui apresentada e elaborada aos moles das disputas de galeras ocorridas nos bailes *funks*, nas décadas de 1980 e 1990, no Águia Social Clube. Sendo assim, o Vidigal foi dividido em cinco áreas mais representativas e em cinco fases de sua trajetória (desde o major homônimo, ocupação, remoção, favela-bairro até a gentrificação). Várias linguagens foram usadas para representar a memória vidigalense (tapete de sal, desfile carnavalesco e esquetes teatrais, por exemplo).



Foto: Felipe Paiva. O 314 representou a chegada do Papa ao Vidigal e emocionou a todos.

O festival foi apresentado ao Vidigal durante uma feijoada de São Jorge, que reuniu treze moradores antigos que narraram a história do morro. Em novembro do mesmo ano, o evento ocorreu durante três dias, e na abertura foi executado o maior desafio da gincana. As cinco equipes em uma ação conjunta convidaram 300 moradores para participar de um mosaico fotográfico “Os Crias”.

Cada equipe elaborou sua estratégia para selecionar as figuras representativas do Vidigal. Embora a questão etária tenha sido a preferida, outras

representatividades foram eleitas. Atletas e artistas locais, lideranças do movimento de resistência contra a remoção dos barracos na década de 1970, primeiros comerciantes, responsáveis por projetos sociais e famílias fundadoras foram convidados a representar “os *crias*” do morro. Formou-se uma fila enorme no galpão sede do evento. Havia um orgulho de pertencimento ao ser convidado como figura representante da memória local. É interessante falar que as pessoas dispostas na fila para o registro das imagens ditavam quem não deveria ser fotografado com a seguinte frase: “Essa pessoa não representa a memória do Vidigal”. Os conceitos de memória e representatividade foram apreendidos por aqueles que não se importam com definições teóricas, mas percebem os sentidos por serem construtos da própria identidade.

Em virtude da mobilização conquistada e da satisfação dos moradores ao ver sua memória retratada por meio de figuras representativas, vislumbrou-se a possibilidade de tornar tal exposição definitiva e inserir no espaço outros suportes de memória. A institucionalização daquele galpão como espaço de memória foi impossibilitada. A ong perdeu a concessão de uso do espaço. A abertura do Museu da Memória do Vidigal ainda não foi concretizada. Porém, a vontade de memória da população foi evidenciada.

Logo após o término da FLUP, as impressões expostas nas paredes do galpão foram vandalizadas por *um meia hora* de morro, que prestava serviço para um evento que ocorria no local. Trinta e sete imagens foram destruídas. Ao destruir tais imagens, maculou símbolos da história do Vidigal e de suas instituições. Mais uma vez houve a tentativa de ocultamento dos suportes da memória do Vidigal.

Tal atitude provocou a indignação dos moradores, que a expressaram nas redes sociais, exigindo a reconstrução da exposição e a punição do responsável. Aspecto interessante é que as postagens sempre traziam a certeza de que o autor do ataque não era um *cria da favela*. Devido à repercussão que o episódio alcançou dentro do morro, a fim de não ter a reputação comprometida, a empresa que contratou os serviços do vândalo refez o mosaico.



Foto: Mosaico destruído. Arquivo pessoal da autora.

Desde os preparatórios das comemorações dos 75 anos do morro, um projeto mnemônico vem sendo desenvolvido: o Emplacando a memória do Vidigal. Trata-se de uma intervenção artística e urbana que visa sinalizar as áreas dessa favela, preservar a memória local a partir de sua identidade espacial e incentivar o turismo, desenvolvido por mim, pelo designer André Koller e pelo diretor cultural da AMVV André Gosi. Esse propósito se justifica uma vez que em uma favela as áreas são mais conhecidas (e reconhecidas) do que as ruas. Essas determinações localizam o indivíduo muito mais que os logradouros onde residem. Legitimam a identidade e o pertencimento do indivíduo dentro do morro, pois a favela preserva relações socioespaciais autônomas. Há uma afirmação do pertencimento e uma marca identitária espacial ao dizer “sou cria da Pedrinha”, “moro no 314”, por exemplo.

Ainda assim, não há nenhuma identificação visual dessas localidades, pois tais nomeações não são oficiais. Essas são dadas pelos seus moradores e suas motivações encontram-se na memória de quem tem o pertencimento local. São homenagens a pessoas e símbolos representativos da trajetória da favela. Embora tais logradouros possuam CEP, não há placas indicativas. Isso porque existe uma

lei¹⁰⁹ que determina que ruas só podem ser nomeadas por personalidades já falecidas. Houve, inclusive, na década de 90, a intenção por parte da prefeitura de substituir os nomes já adotados por nomes de frutas. Esse fato gerou polêmica por parte dos moradores que se recusavam em morar na “rua da laranja” ou na “rua do abacaxi”. A ideia não emplacou.

Compreendo o espaço a partir dos seus agentes e suas práticas. Dessa forma, registrar materialmente essas áreas é preservar a história do lugar e partilhar os arquivos até então orais. Emplacar a memória do Vidigal é reconfigurar os suportes de memória que registram a identidade local. Afinal, cabe “aos próprios indivíduos/cidadãos envolvidos no planejamento ou na gestão em um determinado espaço e tempo controlar o processo de construção e reconstrução dos desafios socioespaciais” (SOUZA, 2002, p.68).



Foto: protótipo da 1ª. Placa.

¹⁰⁹ Vide: Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977.

O que se deseja com o projeto “Emplacando a Memória do Vidigal” é, também, reivindicar o direito de marcar a presença da favela na cidade a partir de códigos que representam a sociabilidade desse território. Afinal, “o direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é, fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade” (PESAVENTO, 2005, p. 14). Nesse sentido, emplacar as áreas do morro é afirmar símbolos e representações criados por moradores de favela – contingente significativo da população carioca¹¹⁰. É reconfigurar os suportes de memória que registram a identidade local.

Este é um processo de definição de um pertencimento, composto não apenas pelos registros do mundo material, dados a ver, tangíveis, à disposição do passante, como também aqueles advindos da esfera do imaterial, depositadas na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas no mundo das coisas ditas. (SEEMANN, 2003, p. 12).

Embora muito elogiado e comentado¹¹¹, por falta de recursos financeiros para o custeio da matéria-prima, o projeto ainda não foi concluído. Em 2019 foi realizada uma parceria entre os seus idealizadores e estudantes da Faculdade de Belas Artes da UFRJ. A previsão é que a inauguração ocorra em novembro desse ano.

Diversas foram as ações que buscaram a memória como motivo de coesão entre os *crias* do morro. Instrumento que despertaria o orgulho do pertencimento capaz de motivar a permanência diante do movimento expulsatório da gentrificação. Aqui elegi apenas aqueles que considerei mais representativos dentre os realizados em parceria com o “Núcleo de Memórias do Vidigal”, uma das fontes de pesquisa desse trabalho. As estratégias aqui apresentadas foram elaboradas pela coletividade de que faço parte. Outras propostas de cunho individual ou coletivo foram desenvolvidas durante o auge da gentrificação (2012 até 2017) tendo a memória do Vidigal como tema. Os dois eventos realizados (a reedição do show “Tijolo por tijolo”, nos 75 anos do Vidigal e a “FLUP Parque: Gincana da Memória do Vidigal”) e o projeto em desenvolvimento (Emplacando a Memória do Vidigal) foram escolhidos como representantes das estratégias a partir da memória para enfrentamento à gentrificação pela força coletiva que proporcionaram/proporcionam.

¹¹⁰ Em 2010, a população residente em favelas representava 23% do total da população carioca, ou seja, 1.443 mil habitantes (IBGE – CENSO 2010)

¹¹¹ Ver: <https://rioonwatch.org.br/?p=25223> e <https://extra.globo.com/noticias/rio/os-apelidos-que-guiam-os-moradores-pelo-vidigal-20548755.html>

Foram capazes de difundir a memória e representá-la com e para diversas gerações de crias e motivar o desejo de memória, ou seja, de conhecê-la e preservá-la. Isso foi percebido através da aceitação e engajamento das lideranças envolvidas nesses projetos, o protagonismo dos moradores e a autonomia durante todo o desenvolvimento.

Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. (CASTELLS, ANO, p. 168)

Segundo o autor supracitado, essa autonomia é construída em redes que possibilitam que atores individuais se reconheçam em pessoas de posições semelhantes. Essa identificação anima a ação conjunta. A vivência no mesmo espaço cria laços identitários. “A memória elucida o sentimento de pertencimento que temos com uma comunidade ou grupo social, atuando como um fenômeno que cria vínculos entre os indivíduos” (MORIGI, 2012, p. 511).

O conceito de memorização foi o norteador de todas as propostas. Essa vem a ser a abordagem da memória social como um processo que se analisa a partir da relação com o tempo, o espaço, a linguagem e a criação. Os eventos e o projeto foram concebidos a partir do processo de memorização definido por Dodebei (2005) como dissolução de memórias. Memórias de natureza processual, não cumulativas que se desenvolvem quando o grupo social as incorpora e as transforma, cedendo espaço para a criação de valores memoriais. É a dissolução como possibilidade de construção da memória individual. Todas as ações partiram de depoimentos de moradores. As narrativas dos *crias* de diversas faixas etárias e o envolvimento deles em todo o processo foi o que legitimou a identidade mnemônica despertada pelo o sopro da Mnemosyne (ABREU, 2016).

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós. “Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 1990, p. 26)

Dodebei (2014, p. 33) diz que “a escrita acrescenta mais um nível de redução em relação à mesma fonte e, portanto, toda proposta de representação de linguagens reduz a informação na fonte”. Logo, a breve descrição dos eventos e

projeto que representavam estratégias de resistência contra a gentrificação, não deu conta da totalidade do que foi e vem sendo desenvolvido a respeito da memória vidigalense.

A locução verbal é de ação contínua porque a memória local permanece como instrumento de resistência. Porém, devido à política de segurança bélica praticada pelo Estado e à crise financeira, o turismo caiu drasticamente no Vidigal. Restaurantes e pousadas fecharam as portas. Os imóveis já não recebem ofertas de compra e nem são vendidos a preços exorbitantes. A favela voltou a ser favela. Não há mais o risco da expulsão motivada pela gentrificação. O Vidigal voltou a ser notícia não por conta da sua vista deslumbrante e suas festas agitadas, mas pela violência e deslizamentos.

“Eu acho que hoje a polícia não pensa em vidas. Eles pensam apenas em abater mais um para ganhar mais uma estrela em seu uniforme, uma consideração no trabalho, na sociedade e no sistema. E aí nosso governo dá esse aval. Entre na favela e tudo que tiver referência ou for parecido com um fuzil, atire! Se o cara está com guarda-chuva, leva bala, se está com um macaquinho de criança, leva bala, se está com uma vassoura, leva bala, se está com mochila nas costas, mas. é negro, leva bala porque pode ser que ele esteja com artefatos dentro da mochila. Vivemos em um momento de terror e me faz remeter ao ano de 2004 aonde ao menos eles comunicavam que iria ter operação. Hoje do nada o tiro come, vidas se perdem e é mais um bandido que morre (som de tiros), e essa realidade da favela e do Rio de Janeiro, e eu posso te dizer que ando com muito mais medo da polícia do que qualquer bandido, porque a polícia tem todo aval para apertar o gatilho e não importa se é homem ou mulher.

Um dia teve operação no morro e acordei com 05 (cinco) policiais na minha casa, (e eu só passei por isso em 2004 e eles nem entraram na minha casa) e eu nua, a única coisa que pedi foi o mandato, e eles me encheram de perguntas querendo saber quem eu era. Lógico que questionei e quis saber quem eram eles e porque estavam na minha casa e não obtive uma resposta plausível”. (Cida Costa)

Esse foi o último depoimento para este trabalho, registrado em junho de 2019. Eu quis expor uma narrativa mais atual a fim de trazer uma visão sobre o Vidigal no presente. A narradora relatou a violência como afetação, tema de sua análise sobre o que morro vivencia no momento. Imediatamente remeteu ao período de conflitos mais violentos entre grupos armados (2004). Esse não é um temor só dela, a necropolítica está em curso.

“Enquanto o helicóptero de combate Apache é usado para patrulhar o ar

e matar a partir dos céus, o trator blindado bulldozer (Caterpillar D-9) é usado em terra como arma de guerra e intimidação” (MBEMBE, 2019, p.48). Nessa citação, o autor está ilustrando o caso palestino; porém, as tecnologias com alta capacidade de letalidade são utilizadas também em favelas. Logo, a descrição feita por Achille Mbembe poderia ser a da atuação da polícia em qualquer favela carioca.

Acredito que o acirramento da “guerra às drogas”, que “justifica e banaliza as ações de aniquilamento dos inimigos, em geral jovens negros e pobres, que não têm, em geral, nem o direito à prisão” (SILVA, 2009, p. 70), não ocultará a memória do morro. Afinal, “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir.” (RIBBEIRO, 2017, p. 66). O Vidigal continuará existindo através das memórias de seus moradores, que desejam narrar histórias menos traumáticas e criar estratégias para tornar essa memória um patrimônio local aberto à toda cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tá tranquilo? Tá favorável?

É que cada tempo histórico tem suas perguntas sobre o passado, pois cada conjuntura produz uma história para justificar o seu presente. Há que se mapear lembranças do passado não tão distante. (Marielle Franco, 2014, p. 40)

A memória de um lugar é seu patrimônio indissociável. A lembrança e o pertencimento entrecruzam-se e evocam cenários, pessoas, histórias e hábitos que, embora residam no passado, são atualizados com uma certa nostalgia ou desejo de esquecimento. É essa relação que forja a trajetória de um lugar e de sua gente. Acredito que a análise do Vidigal como um espaço dialético que constrói socialmente o indivíduo e por ele é construído favoreceu uma visão ampla do Vidigal, considerando os limites propostos na pesquisa. Busquei analisar a memória da favela a partir da ocupação do território, estereótipos sofridos, estruturação interna, ameaças de expulsão, estratégias de resistências e direito à cidade. Lógico, a pesquisa não esgotou (e nem se propunha a isso) nenhuma dessas vertentes de observação.

Através das memórias narradas e da pesquisa documental, foram feitas associações entre o passado e o presente. Afinal, é essa a relação possível para construção do futuro. Para tanto, em alguns momentos comparei fatos ocorridos no agora com outros a eles semelhantes ocorridos em outrora. Não se tratou de uma busca nostálgica, mas de uma memória capaz de criar práticas que superem as opressões. Estamos vivendo um momento de questionamentos sobre a memória do país. Questiona-se sobre a existência de uma ditadura militar no Brasil, questionam-se dados divulgados por órgãos de pesquisa. É preciso registrar percepções sobre o presente. É preciso relembrar os fatos do passado e construir outros possíveis, outras narrativas.

O trabalho realizado por mim sobre a memória do Vidigal, antes mesmo do interesse acadêmico, foi pautado na oralidade. Eram trocas e conversas com os mais velhos (*os raiz*) e os *crias* em diversas situações cotidianas. Embora eu já desejasse registrá-las em algum suporte, na maioria das vezes eu só ouvia. Colhia daquelas fontes o quebra-cabeça que compunha a história do meu lugar, contida na

minha memória. Era a palavra dita e pela memória revivenciada, arquivada e difundida através dos eventos e ações promovidas pelo projeto que idealizei em prol da memória do meu lugar. Agora, também, através de escrituras presentes nesse texto.

As narrativas aqui registradas foram coletadas em momentos diversos, desde junho de 2012 até junho de 2019. Escolhi usar os depoimentos narrados durante e após a ameaça de gentrificação por representarem a visão sobre o morro no momento da afetação. Momentos distintos, é claro. No primeiro a memória estava em disputa; no segundo, reivindicando o seu direito de ser reconhecida, inclusive através de suportes e espaços de rememoração.

O indivíduo não é capaz de lembrar a totalidade dos fatos vividos direta ou indiretamente, então a sociedade cria as exomemórias, memórias externas, registradas em escritas ou suportes técnicos. Quando há a consciência do esquecimento, manifesta-se o desejo das reproduções mnemônicas. Os moradores do Vidigal expuseram a vontade de ter um espaço que registre e simbolize a memória local. Isso foi evidenciado no episódio da exposição “Os Crias”, na disposição em narrar suas memórias e em todos os eventos aqui descritos.

O objetivo de difundir a memória do Vidigal vem sendo cumprido através das ações realizadas que promovem a história do morro. Há a pretensão que os meus pares, os *crias* e *vidigalizados*, leiam esse texto e se reconheçam nessas linhas. Desejo que reflitam, busquem outras fontes levados pela identidade mnemônica com o aqui é descrito e queiram contar, preservar, essa memória. A preservação e divulgação da memória do Vidigal foi um interesse inicialmente individual e que alcançou a adesão de muitos moradores.

Ainda que meu objetivo seja alcançado, ele não dará conta de constituir uma representação física da memória local. Suporte algum teria essa capacidade de representar a totalidade mnemônica de um lugar. Porém, um espaço que aglutinasse vários suportes de registro da trajetória do Vidigal seria uma forma de arquivar essas memórias em uma instituição capaz de torna-las patrimônio, aberto ao público para um constante processo de atualização.

Nesse sentido, acredito que o projeto “Emplacando a Memória do Vidigal” seja também uma importante estratégia de representação da memória vidigalense. É a reivindicação do direito da população favelada de ter sua memória

preservada em conformidade com os seus códigos locais. Impõe-se o reconhecimento das áreas do Vidigal como espaços identitários. As placas não apenas nominativas, mas também artísticas, com finalidade de salvaguardar e difundir a memória e compor um museu ao céu aberto. A memória patrimonializada pelos favelados. E, a o favorecimento do turismo de memória, distante da comerciazilação da pobreza praticada muitas vezes por agências externas.

Foram várias entrevistas realizadas em momentos diversos. Entre elas, fiz questão de descrever minhas sensações e relações com os narradores Carlos Duque e Paulinho. Isso porque foram as primeiras registradas em audiovisual, as primeiras que realizei como pesquisadora (mesmo que naquele momento ainda não fosse uma mestranda). Conforme o trabalho foi sendo conhecido, fui sendo reconhecida pelos moradores como uma cria preocupada com a memória local. Isso favoreceu relatos bastante pessoais. As pessoas por já conhecerem o trabalho, sentiam-se à vontade para falar, queriam narrar suas memórias. Além disso, por eu ser também uma moradora, conhecida por todos os narradores, havia uma empatia que animava o falar.

Preocupada com as estratégias elaboradas frente aos movimentos expulsatórios aqui tratados, a pesquisa analisou aquelas mais representativas na trajetória do morro. Observou-se que nos três momentos aqui analisados, a coletividade foi o que possibilitou a permanência dos moradores no Vidigal. Foram as estratégias desenvolvidas coletivamente que proporcionaram a coesão dos moradores, animaram o pertencimento e a identidade local. Acredito que a trajetória de resistência dos moradores do Vidigal seja capaz de animar a luta coletiva contra as demandas atuais. Vivemos um cenário de genocídio da população negra favelada. Essa coletividade precisa atender ao momento atual e se unir a outras favelas que vêm sofrendo violações de direitos.

A memória é concebida como um processo no qual as representações coletivas interferem na sua construção. É uma afetação que possibilita a criação de novos discursos mediante ressignificações, ampliações de perspectivas. O espírito combativo e coletivo já vivenciado no Vidigal através da associação de moradores, projetos sociais e ações coletivas provaram a capacidade de elaboração de estratégias e articulação com outros grupos e espaços. O momento atual exige que

a população favelada do Rio de Janeiro discuta de forma conjunta estratégias contra as opressões advindas do Estado e que afetam a vida cotidiana.

Entendendo a memória do Vidigal como um patrimônio local que precisa ser difundido e servir de base para reelaboração de estratégia de enfrentamento. A trajetória vidigalense é marcada pelo protagonismo local e a articulação com indivíduos e instituições externas. Essa capacidade de diálogo deve ser uma prática renovada. Se no passado o Vidigal se uniu a outras favelas através da FAFERJ, que se fortaleça tal instituição ou se aproxime cada vez mais de grupos que militam pelas causas relacionadas à população favelada, como o Fórum Parem de Nos Matar, por exemplo. Isso é discutir planejamento, lutar pelo direito à cidade.

Durante as disputas entre grupos armados no Vidigal, houve um silenciamento da memória. Indivíduos nascidos nessa época conheciam muito pouco da história local. Houve a necessidade de falar sobre a memória vidigalense quando a identidade foi ameaçada. Pelo o que foi notado durante todo o processo de pesquisa e nas minhas práticas cotidianas, o Vidigal quer continuar a contar sua história.

A favela deveria configurar oficialmente patrimônio pela sua capacidade de produzir subjetividades, garantir a diversidade e possibilidade de resistência à globalização cultural _ valores necessários para a patrimonização. Porém, a quem interessa reconhecer esse espaço como pertencente à trajetória da cidade, protagonista de práticas culturais diaspóricas e de estratégias de resistência diante de constantes tentativas de marginalização impostas pela elite?

Uma vez que esse reconhecimento patrimonial não é legitimado, cabe à população favelada criar seus suportes de memória dentro de seus territórios e conjuntamente rememorar as ações coletivas que objetivavam a organização das favelas para as reivindicações políticas e sociais. Não está tranquilo, não está favorável. Cabe a nós, sujeitos afetados por essa necropolítica, criarmos estratégias. Como se diz nos espaços periféricos: “é nós por nós”.

Em toda parte há homens que lutam para despertar as consciências, e eles encontram quem os ouça. O que é importante é nunca deixar de lutar. Qualquer esforço conta. A aparente pequenez de um esforço não impede que ele possa ter consequências consideráveis. Como dizia meu mestre Tierno Bokar: apesar de sua envergadura gigantesca, o baobá é engendrado por uma semente que não é maior que um grão de café. (Hampaté Bâ, 2004, p.12).

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO, 1987.

ABREU, R.M. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa nos estudos em memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: DPA, 2006.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ALMEIDA, Manuel Antônio. **Memórias de um sargento de milícias**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

ALVES, Iulo Almeida & OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de. **As “histórias únicas” e seus impactos na construção de representações e de identidades**. Mulemba, UFRJ. Rio de Janeiro: 2014.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: A História Secreta do Crime Organizado**. Rio de Janeiro, Best Bolso, 2012.

ASSMANN, Aleida. **Espaço da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARATA, Carlos Eduardo e GASPAR, Claudia Braga. **A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas na formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade**. Rio de Janeiro: Cassará Editora, 2015.

BARRETO FILHO, Mello; LIMA, Hermeto. **História da polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca (1565-1831)**. Rio de Janeiro: Editora S.A. A NOITE :1939.

BATALLER, Maria Alba Sartagal. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012

BENJAMIN, W. **O Narrador**. In: **Walter Benjamin**. Obras Escolhidas I. Magia, técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1936.

BESSA FREIRE, José Ribamar. Patrimônio, língua e narrativa oral. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (org). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008

BEZERRA, Luciana. **Meu destino era o Nós do Morro**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

BRINGEL, Breno. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Práxis e Direito**, Rio de Janeiro: vol. 07, N. 13, 2016, p. 389- 413.

BORDA, Orlando Fals. **Aspectos teóricos de pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.), São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRUM, Mario Sérgio Ignácio. **Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2011. Tese de Doutorado.

_____. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969- 1973). **Cadernos MetrÓpole**, v. 14, n. 28, 2012.

_____. Despertar e Incentivar. Revista Cantareira – **Revista Eletrônica de História**, Volume 2, Número 3, Ano 3, dez. 2005 .

CAMPOS, Adrelino. **Planejamento urbano e a invisibilidade dos afrodescendentes: Discriminação étnico-racial, intervenção estatal segregação socioespacial no Rio de Janeiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia: 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. (Trad. Arlene Caetano) 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COUTINHO, Marina Henriques. Nós do Morro – 30 anos de uma turma de bambas no Vidigal. **O Percevejo Online** | V. 9, n. 1 | p. 76-88 | jan. / jun. 2017.

DA ROSA, Barbara Cristina Nascimento. Produções textuais implicadas à memória do Vidigal e à afirmação do pertencimento. In: NICODEMOS, Alessandra (org). **Saberes e Práticas Docentes na Educação de Jovens e Adultos**, São Paulo: Paco Editorial, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e classe**. São Paulo, Ed Boitempo, 2017.

DODEBEI, Vera. Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital: In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (orgs.). **Memória e Novos Patrimônios**, Ed. Open Edition, Saint Hilaire, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/417>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

_____. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (org). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA: 2008.

FARAGE, Eblin. As favelas cariocas e sua sociabilidade: diferentes formas de apropriação do espaço urbano. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro: IPPUR/UFR, 2009. Disponível in: www.sbsociologia.com.br/portal/index. Acesso em 20 de setembro de 2017.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: Nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales** (Serie documental de *Geo Crítica*). Universidad de Barcelona, 25 de junho de 2009.

FRANCO, Marielle. **UPP – A Redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. UFF, 2006. Dissertação de Mestrado em Administração.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na Laje: Produção, circulação e consumo da favela turística**. FGV Editora, Rio de Janeiro: 2009.

GAGNEBIN, Jeane Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GASPAR, Samantha dos Santos. Gentrification: processo global, especificidades locais?. **Revista de Antropologia urbana da USP**, São Paulo, Pontourbe, São Paulo : 2010.

GLENNY, Micha. **O dono do morro: um homem e a batalha pelo Rio**. Tradução Denise Bottman. Companhia das Letras, São Paulo: 2016.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GONÇALVES. R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: 2013. Ed. PUC-Rio.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. Revista Morpheus, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.

GUIMARÃES, A.P. As favelas do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro, v.14, n.55, p.250-278, jul/set. 1953.

GUTIÉRREZ, García A. **Desclassificar La Identidad**. In: **La Identidad Excessiva**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

_____. **Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia**. TransInformação, Campinas, 18(2):103-112, maio/ago., 2006.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

_____. **M. A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 2004. Tradução de: La mémoire collective.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. Amkoullel, o menino fula. São Paulo: Palas/Casa das Áfricas, 2003.

_____. **Tradição viva**. In: **História geral da África I**. ZERBO, J.K (org.). Brasília: MEC/Unesco, 2010.

_____. **A Tradição Viva: As características da cultura tradicional africana, suas múltiplas facetas, a oralidade, mitologia, religiosidade e formas de expressão**. In Introdução à Cultura Africana. Lisboa: Edições 70, 1977.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IANNI, O. **Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IBGE\2010. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso: 20 de março de 2018.

IPP\2010 - www.rio.rj.gov.br/web/ipp.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 10a edição. São Paulo: Editora Ática, 2017.

KILOMBA, Grada. A máscara. “The Mask”. In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. 2010.

KI ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

_____. **Introdução Geral. História geral da África I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo.– 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

LEEDS, Anthony, e LEEDS Elizabeth (1978). O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana: Experiência Urbana, Trabalho e Valores nas 'Áreas Invadidas' do Rio de Janeiro e de Lima. In **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LIMA, Armando. **Resistências e conquistas do Vidigal**, São Paulo: Nelpa, 2010.

LIMA, Lucas Pedretti. A ditadura sobre o morro: reflexões sobre a violação do direito à cidade e os limites da justiça de transição. Entre o local e o global. **Anais do XVII Encontro de História da ANPUH, UFRRJ**. Nova Iguaçu: 2016.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1975, p.26.

MACEDO, Roberto Sidnei. Etnopesquisa implicada, currículo e formação. **Revista Espaço e Currículo**, v. 5, n. 1, p. 176 – 183. Dezembro de 2012. In: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>.

MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 3, 2004.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêntricas. Civitas - **Revista de Ciências Sociais**, vol. 14, núm. 1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2014.

MBEMBE. Achille. Necropolítica, biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrrj** | n. 32 | dezembro 2016.

MENDES, Luís. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. E-metropolis – **Revista Electrónica de Estudos Urbanos e Regionais**, Lisboa: 2010.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MISKOKOLCI. Richad. Do desvio às diferenças. São Carlos. UFSCAR. **Revista TEORIA & PESQUISA**, v 47, JUL/DEZ DE 2005.

MORIGI, Valdir José. **Memória, Representações Sociais e Cultura Imaterial**. Morpheus, Rio de Janeiro: 2012.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e Dificuldades. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo: 1990.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre o Império**: com contribuições da Michael Hardt e Danilo Zolo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OAKIM, Juliana & PESTANA, Marco. **A ditadura nas favelas do Rio de Janeiro**. Comissão Estadual da Verdade do Rio, 2015. Disponível em: <http://www.cevrio.org.br/site/arq/Oakim-J-e-Pestana-M-A-ditadura-nas-favelas.pdf>

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESAVENTO, S. J. **Cidade, espaço e tempo: Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano**. V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

_____. **O imaginário da cidade**. Porto Alegre: Universitária/UFRGS, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola – Ensaio Sócio-Etnográfico**. Salvador: Itapoã, 1968, pg. 293 e 294.

RIBEIRO, Camilla, DIAS, Rafael e CARVALHO, Sandra. **A Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Justiça Global. - Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

ROCHA, Daniella Guedes Rocha. **Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca**. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú. MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

ROSA, Johnny Roberto. Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 289 - 327, jul./set. 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: USP, 2009.

_____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A Natureza do Espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana**. Rio de Janeiro: TOPOI, v. 5, n. 8, jan.- jun. 2004, pp. 138-169.

SCHELLE, Mônica Bahia. **O lugar da favela na paisagem e no patrimônio**. Coordenadoria de Macro Planejamento - Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – CMP/SMU/ PCRJ, 2014.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espaciais nas pesquisas sociais históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v. 4\5, 2003.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon: uma investigação de história cultural**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SILVA, Eliana Sousa Silva. **O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: Outubro de 2009.

SILVA, Itamar; ROCHA, Lia de Mattos. **Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: O discurso e a ação como reversos do medo**. In: Segurança, tráfico e Milícia. Justiça Global (ORG). Heirich Boll Foundation: 2008.

SILVA, Jailson Farias da. **Por que ler e escrever são atos políticos?** A literatura marginal periférica para além das representações. Aurora. São Paulo: PUC, 2017.

_____ (org.). **Seminário: O que é favela, afinal?** Observatório de Favelas do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro: 2009

_____; BARBOSA, Jorge Luiz. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. Rio de Janeiro: **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, V. 1, 2013.

SILVA, L. A. M. **Afinal, qual é a das UPPs?** 2008. Disponível em: <www.observatiodasmetrolopoles.ufrj.br>.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Lissandra Vieira & MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, vol. 1, São Paulo: maio e agosto de 2017.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **"Dai e vos será dado": benfeitores do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, séculos XVI – XVIII**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____ **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUSA, Mauro Wilton de. O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. Significação, nº34 , Eca, USP 2010.

TADDEO, Eduardo. **A guerra não declarada na visão de um favelado.** Edição independente. São Paulo: 2012.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **O traço como texto: A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930.** Edições Casa de Rui Barbosa, coleção Papéis Avulsos, n. 38. Rio de Janeiro: 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1980.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela - Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar.** In: Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1987.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIEIRA, Sérgio Luiz de Sousa. **Da Capoeira: como patrimônio cultural.** (Tese de Doutorado – PUC/ SP). São Paulo, 2004.

ZALUAR. **A máquina e a Revolta: As organizações sociais e o significado da pobreza.** São Paulo, Editora Brasiliense:1999.